



DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS E EMPRESARIAIS

MESTRADO EM GESTÃO DE EMPRESAS

UNIVERSIDADE AUTÓNOMA DE LISBOA

“LUÍS DE CAMÕES”

**VISÃO ESTRATÉGICA DE RSC E MODELO DE *SHARED VALUE*.
SUA IMPORTÂNCIA PARA A CRIAÇÃO DE VALOR À MARCA**

Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Gestão de Empresas

Autora: Filipa Nogueira Batista

Orientador: Professor Doutor Georg Michael Jeremias Dutschke

Número da candidata: 30001923

Fevereiro de 2020

Lisboa

Agradecimentos

Queria começar por agradecer ao meu orientador, o Professor Doutor Georg Dutschke, por toda a dedicação, empenho, esforço e alguma paciência que teve para comigo no desenvolvimento desta dissertação. Foi, sem dúvida, incansável e nunca me deixou ficar para trás durante este longo e trabalhoso caminho.

À minha família, que se não fossem eles, a realização da dissertação não teria sido possível de todo, pois o apoio incondicional foi imprescindível, assim como todo o carinho que me deram, que sempre me incentivou a ser melhor e a ganhar meios para conquistar algumas vitórias.

Aos meus amigos, que mais uma vez, mostraram-se verdadeiros companheiros de vida, por toda a dedicação que tiveram comigo, por todos os desabafos e momentos que se esforçaram em motivar-me.

De forma especial, agradeço ao David Mina, o meu companheiro, que demonstrou ser um suporte incrível na minha vida, tendo estado ao meu lado nos momentos bons e maus, o apoio dele foi essencial para a elaboração desta dissertação.

De uma maneira mais prática, queria agradecer todas as contribuições que tive, desde os inquiridos, às empresas e instituições, que tiraram um pouco do seu tempo para enriquecer esta investigação, como: Santa Casa da Misericórdia de Almada, EMAÚS de Caneças, Câmara Municipal de Lisboa, Ares do Pinhal - Quinta do Lavrado, Junta de Freguesia de Agualva e Mira Sintra, Santa Casa da Misericórdia de Sintra, Entrajuda, Irmãos do Roteiras, Centro Social 6 de Maio GAS, Grupo Sonae, Informa D&B, Social Mind, Omnova, Longo Prazo, Sumol+Compal, por fim, e de uma forma especial, o Banco Invest.

Por último e não menos importante, queria agradecer à Universidade Autónoma de Lisboa, que possibilitou a oportunidade de realizar um mestrado em Gestão de Empresas, além de que me foram facultadas todas as ferramentas, conhecimento e condições para a elaboração do mesmo, que sempre foi um objectivo de vida.

“Be the change you want to see in the world”

Gandhi

Resumo

Nos dias de hoje, cada vez mais se verifica a relevância do tema da responsabilidade social corporativa, pois as empresas não se limitam a cumprir requisitos legais, mas já o fazem de forma voluntária. Neste momento as empresas estão a integrar a responsabilidade social na estratégia, e de uma maneira mais evoluída surge o modelo de *shared value*.

Deste modo, o foco desta investigação incide em ajudar as empresas a focar as suas estratégias de responsabilidade social, para tal foi feito um questionário que ajudou a encontrar factores, na área da Grande Lisboa, que mais contribuem para a pobreza e o parecer das empresas sobre os mesmos. Foi possível ajudar a proporcionar às diferentes empresas a possibilidade de criar e partilhar valor, no que realmente faz sentido para a sociedade e empresa, de modo a repensarem estrategicamente a responsabilidade social corporativa.

Palavras-chave: responsabilidade social corporativa; *shared value*; Lisboa; pobreza; estratégia.

Abstract

Nowadays, the relevance of the topic of corporate social responsibility is increasingly verified, as companies are not limited to complying with legal requirements but are already doing it voluntarily. At the moment, companies are integrating social responsibility into the strategy, and in a more evolved way, the shared value model emerges.

In this way, the focus of this investigation is on helping companies to focus their social responsibility strategies. To this end, an inquiry was made and helped to find factors in the Greater Lisbon area that most contribute to poverty and the opinion of companies about them. It was possible to help provide to different companies the possibility to create and share value, in what makes sense for society and the company, to strategically rethink corporate social responsibility.

Keywords: *corporate social responsibility; shared value; Lisbon; poverty; strategy.*

Índice

Introdução	10
Capítulo I. Revisão Bibliográfica	14
1.1 Responsabilidade Social Corporativa	14
1.1.1 Responsabilidade Social Corporativa ao nível da estratégia	17
1.1.2 Responsabilidade Social Corporativa e sua mensuração	18
1.2 <i>Shared Value</i>	19
1.2.1 Mensuração do Processo de <i>Shared Value</i>	22
1.2.2 Criação do conceito de <i>shared value</i>	24
1.2.3 O valor económico e social do <i>shared value</i>	26
1.2.4 A influência do <i>shared value</i> na sociedade e economia	27
1.3 SROI (<i>Social Return On Investment</i>)	28
1.4 RSC vs Criação de <i>shared value</i>	29
1.5 Vantagem competitiva sustentável	30
1.6 Pobreza	31
1.6.1 A verificação prática de pobreza	33
1.6.2 Etapas na mensuração multidimensional de pobreza	35
1.7 Lisboa	36
1.7.1 Movimentos urbanos em Lisboa	36
1.8 Relação entre conteúdos abordados na revisão bibliográfica	40
Capítulo II - Modelo e Perguntas de Investigação	44
2.1 Modelo de Investigação e Validação de Variáveis	44
2.2 Perguntas de investigação	53
Capítulo III - Metodologia	55
3.1 Método de recolha dos dados	55
3.2 Justificação do Questionário	56
3.3 Universo e Amostra - processo de amostragem	57
3.4 Recolha de Dados e Aplicação do Questionário	57
3.5 Análise Estatística dos dados obtidos	58
3.6 Verificação com as empresas	62
Capítulo IV - Análise e Discussão de Resultados	63
4.1 Caracterização dos respondentes	63
4.2 Análise das médias	66
4.3 Análise fatorial e análise de fiabilidade	70
4.3.1 Factores da amostra “não pobres”	71
4.3.2 Correlações entre as variáveis na amostra “não pobres”	76
4.3.3 Correlações entre factores na amostra “não pobres”	77
4.3.4 Factores da amostra “Pobres”	78
4.3.5 Correlações entre as variáveis na amostra “pobres”	81
4.3.6 Correlações entre factores na amostra “pobres”	82
4.4 Discussão dos resultados com empresas	83
Capítulo V. Conclusões, Limitações e Sugestões	87
5.1 Principais conclusões e reflexões	87
5.2 Contribuição da investigação para a Gestão	88
5.3 Contribuição da investigação para a Universidade	89
5.4 Limitações de estudo	89
5.5 Sugestões para futura investigação	91
Referências Bibliográficas	92

Índice de Figuras

Figura 1 - Estratégia integrada do <i>shared value</i> e mensuração	24
Figura 2: Objectivos do desenvolvimento sustentável até 2030	33
Figura 3: Modelo das vias para duas variáveis/modelo de um factor comum	59
Figura 4: Equação coeficiente de correlação de Pearson	60
Figura 5: Equação do coeficiente alfa de Cronbach	61
Figura 6: Cálculo do alfa com base nos dados de questionário	61

Índice de Quadros e Tabelas

Quadro 1: Distribuição da amostra de “não pobres” consoante a idade	63
Quadro 2: Distribuição da amostra de “pobres” consoante a idade	64
Tabela 1: Diferenças entre RSC e a Criação de <i>Shared Value</i>	30
Tabela 2: Etapas na mensuração multidimensional de pobreza	35
Tabela 3: Movimentos cívicos e urbanos em Lisboa	38
Tabela 4: Apuramento das variáveis parte	47
Tabela 6: Distribuição da amostra “não pobres” consoante o agregado	65
Tabela 7: Distribuição da amostra “pobres” consoante o agregado familiar	66
Tabela 8: Análise descritiva da amostra “não pobres”	68
Tabela 9: Análise descritiva da amostra “pobres”	70

Índice de Anexos

Anexo I - Questionário	103
Anexo II - Resultados da amostra "não pobres" - Teste de KMO e Bartlett	108
Anexo III - Resultados da amostra "não pobres" - Comunalidades	108
Anexo IV - Resultados da amostra "não pobres" - Variância total explicada	109
Anexo IX - Resultados da amostra "não pobres" - Factor Sociedade/Sociais	113
Anexo V - Resultados da amostra "não pobres" - Matriz de componente	110
Anexo VI - Resultados da amostra "não pobres" - Matriz de componente rotativa	111
Anexo VII - Resultados da amostra "não pobres" - Matriz de transformação de componente	112
Anexo VIII - Resultados da amostra "não pobres" - Factor Macroeconómico	113
Anexo X - Resultados da amostra "não pobres" - Factor Organização política e Medidas Estatais	113
Anexo XI - Resultados da amostra "não pobres" - Factor Associação Familiar e Cultural	114
Anexo XII - Resultados da amostra "não pobres" - Factor Indicadores de Saúde	114
Anexo XIII - Resultados da amostra "não pobres" - Correlações entre variáveis	115
Anexo XIV - Resultados da amostra "não pobres" - Correlações entre factores	118
Anexo XIX - Resultados da amostra "pobres" - Matriz de componente rotativa	122
Anexo XV - Resultados da amostra "pobres" - Teste de KMO e Bartlett	119
Anexo XVI - Resultados da amostra "pobres" - Comunalidades	119
Anexo XVII - Resultados da amostra "pobres" - Variância total explicada	121
Anexo XVIII - Resultados da amostra "pobres" - Matriz de componente	121
Anexo XX - Resultados da amostra "pobres" - Matriz de transformação de componente	123
Anexo XXI - Resultados da amostra "pobres" - Factor Sociopolítico	123
Anexo XXII - Resultados da amostra "pobres" - Factor Impacto no Rendimento	124
Anexo XXIII - Resultados da amostra "pobres" - Factor Influência da economia	124
Anexo XXIV - Resultados da amostra "pobres" - Factor Influência de grupos	124

Anexo XXV - Resultados da amostra "pobres" - Factor Qualificação profissional	125
Anexo XXVI - Resultados da amostra "pobres" - Correlações entre variáveis	125
Anexo XXVII - Resultados da amostra "pobres" - Correlações entre factores	129

Introdução

A dissertação tem como objectivo procurar responder à seguinte questão: “*Como podem as empresas enfocar estratégias que promovam a RSC?*”. Através do apuramento de diversas variáveis que podem contribuir para a pobreza em Lisboa, as empresas podem ter efectivamente a informação em que áreas deverão enfocar as práticas estratégicas de responsabilidade social corporativa, de modo a que seja criado valor para todas as partes envolvidas. Esta dissertação foi escrita com base na grafia anterior ao AO90.

O contexto desta investigação incide no âmbito da responsabilidade social corporativa, que consiste num sistema em que as empresas assumem práticas de forma voluntária, ultrapassando o paradigma da obrigatoriedade, de modo a integrarem os seus interesses sociais, económicos e ambientais nas actividades consideradas como principais, tendo em conta a exigência das demais partes interessadas e a sua interacção, de acordo com o conhecimento adquirido (Knorringa e Nadvi, 2016)

A responsabilidade social corporativa (RSC) é considerada como fonte para a criação do *shared value*, entre as empresas e a sociedade, quando actua de forma mais estratégica e menos táctica (Melo, Souza e Yaryd, 2018).

No entanto, o conceito de responsabilidade social corporativa tem sofrido várias alterações ao longo do tempo e, ainda assim, existem diferentes interpretações, não existe uma definição completamente fixa. Deste modo, a responsabilidade social corporativa pode ser ampliada à componente ambiental, sendo o conjunto de unidades ecológicas que envolvem tudo ao nosso redor, com o objectivo de satisfazer necessidades em ambos os âmbitos, tendo como base a sustentabilidade.

Incorporar a responsabilidade corporativa na estratégia das empresas, faz com que estas tenham diversas vantagens, pois possuem a oportunidade de aceder ao conhecimento de toda a envolvente externa, o que pode gerar retornos positivos, tanto internos como externos (Melo, Souza e Yaryd, 2018). A RSC estratégica é algo mais evoluído em comparação a meras práticas, está intimamente ligada ao *core business* da empresa, é mais próxima ao conceito de *shared value* (Porter, 2007).

Torna-se extremamente relevante a ligação das empresas com a responsabilidade social, pois estas conseguem criar ligações mais fortes com os diferentes *stakeholders*, esta pode ser considerada com uma fonte de inovação, a partilha de informação é maior, existem prémios de destaque que oferecem credibilidade e reputação e, por fim, os *stakeholders*, *shareholders* e clientes cada vez mais têm preferência na escolha de empresas que estejam

ligadas à RSC (Du & Luo, 2015). A mensuração da RSC é fundamental, pois permite medir os valores sociais agregados em todos os passos, considerando a cadeia de valor da empresa (Froes e Melo Neto, 2001).

O modelo teórico da investigação passa pela abordagem do modelo de *shared value*, tratado por Kramer e Porter (2011), que é definido como políticas e práticas operacionais que geram competitividade de uma empresa, em simultâneo com o avanço da economia e condições sociais nas comunidades. O modelo é considerado com uma estratégia de gestão que tem como objectivo aumentar os vínculos entre os sectores sociais e progressos económicos, pode ser feito através da recriação de produtos e mercados, redefinição da cadeia de valor e a permissão do desenvolvimento e cooperação local ou construção de *clusters*.

A mensuração do *shared value* consiste num processo que se encontra ligado ao atendimento das necessidades sociais e melhoria do negócio, sendo a chave para entender a criação do valor adicional (Porter et al., 2012).

Assim, a criação de *shared value* deve substituir a responsabilidade social corporativa ao nível da estratégia, no que toca à orientação e ao foco dos investimentos das empresas (Kramer e Porter, 2011), é uma estratégia verdadeiramente qualificada relativamente ao alcance de uma vantagem competitiva sustentável (Belo, 2016).

Nesta investigação foi abordado o conceito de pobreza, sendo este um estado de escassez, privação e ausência de qualidade de algo considerado como positivo. Normalmente é considerada como o problema mais sério do mundo (Messina, 2017), por esse motivo e pelo facto que a Organização das Nações Unidas em 2015 definiu objectivos para serem completados até 2030, e considerou a erradicação da pobreza como prioridade, foi escolhida como área de actuação da responsabilidade social desta investigação.

O contexto do estudo desta dissertação incide na área da Grande Lisboa, a cidade de Lisboa é a capital do País, sempre soalheira e apreciada pela sua beleza e qualidade de vida (Silva, 2015). Como expressão da pobreza existem alguns bairros degradados que se expressam como a falta de resposta às necessidades das classes mais desfavorecidas (Gaspar, 1987), desvantagens inerentes à imigração e alguns conflitos entre comunidades. Ainda assim, Lisboa está inserida no programa Europa 2020, com o objectivo principal de tirar 20 milhões de pessoas da situação de pobreza (Cantillon, 2011).

De modo a perceber quais as áreas de maior necessidade em Lisboa, dentro do que está ligado à pobreza, foi elaborado um questionário, tendo como base teórica outros

autores que referenciam, o que contribui para a pobreza em determinado contexto. Após a elaboração do questionário, este foi validado, com especialistas ou indivíduos que apresentassem conhecimento nesta temática, após essa validação o questionário foi distribuído afectando dois públicos-alvo: os “pobres” e os “não pobres”. Foi realizada uma análise factorial confirmatória, com base nos questionários recolhidos de bairros sociais, instituições, amigos e conhecidos. Esta permitiu a redução da dimensão de variáveis para factores que indicam o que mais contribui para a pobreza em Lisboa. Deste modo foi feita uma análise qualitativa exploratória, nomeadamente de conteúdo através de entrevistas/recolha de respostas com os directores e/ou responsáveis de diferentes empresas, com o objectivo de perceber de forma realista como as empresas realmente actuam no que toca à responsabilidade social e se o presente estudo pode ou não ajudar as empresas a focar estratégias de responsabilidade social.

Esta dissertação está organizada da seguinte maneira:

- **Capítulo I. Revisão Bibliográfica** - foi feita uma revisão de literatura com base em diferentes autores e diferentes meios, para que fosse possível contextualizar e perceber o objecto da investigação. Foram abordados temas, como: responsabilidade social corporativa, *shared value*, valor económico, valor social, SROI, vantagem competitiva sustentável, pobreza e Lisboa;
- **Capítulo II. Modelo, Perguntas e Hipóteses de Investigação** - foi realizada a identificação do modelo de investigação, o questionário, assim como toda a explicação da construção do mesmo, seguindo-se da formulação das questões, aos quais este estudo pretende dar resposta;
- **Capítulo III. Metodologia** - foram abordadas todas as ferramentas utilizadas para o alcance de conteúdo que possibilitou a elaboração desta dissertação, como o método de recolha de dados, a definição do universo e amostra, o tratamento dos dados e, por fim, como foi feita a validação e recolha de *feedback* real por parte das diversas empresas;
- **Capítulo IV. Análise e Discussão de resultados** - foi feita uma análise de todos os dados recolhidos ao longo do estudo, assim como uma análise factorial, análise de correlações e verificação das respostas finais recolhidas das empresas;
- **Capítulo V. Conclusões, Limitações e Sugestões** - foram definidas todas as conclusões possíveis, incluindo as respostas às perguntas de investigação, as

limitações foram identificadas e foram expostas diferentes sugestões que podem possibilitar a continuação do estudo dentro desta temática.

Capítulo I. Revisão Bibliográfica

1.1 Responsabilidade Social Corporativa

O conceito de responsabilidade e a sua aplicação às organizações tem sido estudado em profundidade ao longo do tempo por diferentes autores, como: Davis (1990), Carroll (1999), Garriga e Melé (2004) e Argandoña (2008). As diferentes abordagens do conceito levaram a diferentes tipos de responsabilidade que podem afectar as organizações, como: responsabilidades morais, sociais e legais. As responsabilidades morais, por sua vez, são classificadas em responsabilidades como atribuição, como prestação de contas (responsável pelas ações), como dever ou obrigação e como uma atitude que revela a disponibilidade para as necessidades dos outros. As responsabilidades sociais são entendidas principalmente como uma resposta às expectativas geradas pela sociedade. Por outro lado, as responsabilidades legais são baseadas na lei civil, criminal e na conformidade (Argandoña, 2008). De um ponto de vista ético no mundo dos negócios, as duas responsabilidades que mais nos interessam são as morais e sociais. De uma maneira, a responsabilidade como obrigação de prestação de contas, gera que as empresas sejam cada vez mais obrigadas a ser mais transparentes na informação que oferecem à sociedade em relação às suas práticas e formas de gestão. Por outro lado, a empresa como instituição social tem credibilidade e legitimidade social que é necessário manter para garantir a sua existência e longevidade. Essa legitimidade é alcançada através da contínua resposta responsável às expectativas da sociedade e a assunção dos valores/comportamentos que a própria empresa estabelece (Argandoña, 2007).

Os autores Knorringa e Nadvi (2016) definem RSC como um sistema em que as empresas integram os seus interesses sociais, económicos e ambientais nas actividades principais, com a exigência e interacção do conhecimento adquirido dos diversos *stakeholders*, *shareholders*, colaboradores, fornecedores, instituições, comunidade e o governo, que visa moldar todo o processo. Elkington (1998) favorece tal definição e afirma que a integração dos elementos ambientais, económicos e sociais da empresa são essenciais para o alcance da sustentabilidade.

Em conformidade com o Instituto Ethos (2009) a RSC tem uma forma de gestão que é definida por uma relação transparente e ética entre os objectivos das empresas e o desenvolvimento sustentável da sociedade, através da conservação dos recursos, de modo a

que as gerações futuras não fiquem comprometidas, incluindo o respeito pela diversidade social, cultural e ambiental.

De acordo com Barbieri & Cajazeira (2009) os *stakeholders* de uma empresa têm expectativas e interesses próprios, esta deve adequar as suas respostas, pois as partes interessadas entendem o ambiente empresarial através da percepção dos diferentes segmentos da sociedade e avaliam de forma satisfatória ou não, a interacção da empresa com a sociedade, sendo necessário promover o engajamento das partes interessadas nas estratégias de gestão.

É necessário que exista divulgação da RSC através de indicadores, como: o código de ética e conduta; identificação de parceiros relacionados com o âmbito; o balanço social; informações relativas a projectos sociais e seus detalhes; benefícios gerados e tipo de recursos utilizados (Sousa Filho e Wanderley, 2007).

Campbell (2007) considera que, as empresas não podem prejudicar as demais partes interessadas, para serem classificadas como socialmente responsáveis. Possíveis erros ou danos causados por diversos tipos de pressões (económica, financeira, concorrência, entre outras...) devem ser corrigidos da melhor maneira possível.

Através de elementos como os recursos internos, a estrutura da indústria, a ideologia, os valores da organização e a relação com os *stakeholders*, as ferramentas de *business strategy* podem formular modelos de estratégia social, como referem Husted (2003), Allen (2001) e Sousa Filho (2008).

De acordo com Du & Luo (2015), as empresas com a aplicação de acções de RSC conseguem criar redes e laços muito mais fortes com os *stakeholders*, o que facilita a troca de informações que promovem a criação de valor. O conhecimento interno é aumentado pelo conhecimento dos diferentes *stakeholders*, existindo a possibilidade de promover a inovação. As empresas que dispõem de práticas e modelos de RSC promovem uma maior agregação de valor, de forma colaborativa com os *stakeholders*, através de um acesso mais amplo do conhecimento externo e da partilha de recursos com a comunidade. Os temas relacionados com a RSC têm recebido um aumento quantitativo de sua discussão entre 2010 e 2015, assim como se pode observar a actualidade deste âmbito.

Autores como Canepa (2007), Lemos et al. (2008) e Santos (2010) defendem a ampliação da RSC para Responsabilidade Socioambiental Corporativa, consideram que existe indissociabilidade das dimensões social e ambiental, é definida por Lemos et al. (2008), como um conjunto de acções, nos âmbitos social e ambiental, desenvolvidas e

praticadas por uma empresa com o objectivo de desenvolver o negócio, através da identificação e minimização de impactos negativos, de modo a que seja possível criar e manter uma imagem institucional positiva. É importante que exista integração da RSC na estratégia empresarial e no seu planeamento, com iniciativas relacionadas com práticas positivas, tendo como objectivo o alcançar de uma posição que explicita que a empresa possa ser considerada socialmente responsável (Mcintosh et al., 2001).

Lemos et al. (2008) afirma que a gestão estratégica socioambiental é parte da adopção do novo indicador (socioambiental), não só através de práticas, mas com inerência em todo o processo de gestão, desde o planeamento à execução e controle. Os objectivos e metas das empresas são atingidos de forma sustentável devido à percepção e interacção que a empresa tem com o ambiente/ecossistema ao seu redor. A análise estratégica do ambiente é fulcral, considerando as tendências tecnológicas, demográficas, socioculturais, económicas, a competitividade e político-legais ao nível macro, assim como ao nível micro, que engloba os *stakeholders* e o funcionamento/gestão da empresa.

É importante consciencializar os colaboradores da visão socioambiental da empresa, com o objectivo de fortalecer a cultura empresarial da gestão da sustentabilidade, para que a gestão estratégica com a componente socioambiental seja institucionalizada na empresa, sendo posta em prática através de actividades que envolvam os colaboradores (Aligreri et al., 2009).

De modo a que a implantação da gestão estratégica socioambiental seja concretizada é necessário que exista uma gestão da qualidade, pois possui ferramentas direccionadas aos *stakeholders* com o objectivo de obter um desenvolvimento e desempenho mais sustentável (Santos, 2010).

Relativamente à responsabilidade social corporativa de empresas em Lisboa e de acordo com Matos (2013), as empresas que estão cotadas na bolsa de valores de Lisboa apresentam uma relação positiva com a responsabilidade social corporativa quanto maior for o tamanho da sociedade. Ou seja, as empresas que apresentam maior sociedade, um gestor dominante e a presença de conselheiros não executivos tendem a pôr mais em prática a responsabilidade social corporativa, assim como, o relato da mesma. Tem-se verificado um aumento do número de empresas que divulgam as suas decisões e práticas de RSC, por um lado existem empresas que apenas fazem uma pequena referência, de outra maneira, existem empresas que procuram de fazer uma divulgação exaustiva e detalhista das suas

práticas neste âmbito, que até seguem a estrutura global de relatórios ao nível do desempenho social, económico e ambiental.

1.1.1 Responsabilidade Social Corporativa ao nível da estratégia

Kramer e Porter (2006) definem Responsabilidade Social Corporativa ou Empresarial ao nível da estratégia, quando as condições sociais compreendidas no cenário competitivo em que a empresa atua afectam de forma significativa a execução da estratégia da empresa, o que garante um contexto competitivo adequado. Esta considera os impactos sociais, além dos resultados económicos da empresa, o que resulta na criação de *shared value*. Este valor pode ser caracterizado como uma relação, em que o sucesso empresarial e o da comunidade acontecem de forma mútua e directamente ligada. Cada vez mais, as empresas têm-se aliado à RSC com o intuito de maximizar os impactos e resultados positivos, que são reflectidos na competitividade empresarial.

A responsabilidade social corporativa (RSC) deve ser interpretada de uma forma estratégica e não táctica, pois é considerada como fonte para a criação do *shared value* entre as empresas e a sociedade. As empresas que actuam no âmbito de RSC ao nível estratégico apresentam maior acesso ao conhecimento da envolvente externa, o que possibilita a manifestação de relações *win-win* entre os diferentes *stakeholders* e a empresa, sustentando a ideia de que o investimento em RSC traz tanto retornos externos, como internos (Melo, Souza e Yaryd, 2018).

De acordo com Porter (2007), a sustentabilidade deve ser vista como uma oportunidade de negócio e deve ser considerada no patamar da estratégia da empresa, pois tem como principais pilares os aspectos ambiental, social e económico-financeiro. Antes da formação oficial do conceito de *shared value*, o autor dá ênfase à importância da actuação da RSC ser feita através da estratégia da empresa. Assim, constata-se que a RSC estratégica é algo muito mais evoluído em comparação a actuações práticas ou meras atitudes, no que toca ao desenvolvimento e reputação das empresas, estando esta mais próxima do que são os princípios da criação de *shared value*, encontrando-se intimamente ligada ao *core business* da empresa.

1.1.2 Responsabilidade Social Corporativa e sua mensuração

Segundo Ashley (2002), cada vez mais as empresas sentem a necessidade de avaliar a responsabilidade social, através de um modelo analítico e conceitual, ao invés de meras abordagens conceituais.

Froes e Melo Neto (2001) propõem um modelo analítico e conceitual, que é demonstrado através de uma matriz que possibilita a avaliação do nível de responsabilidade social de uma empresa. Consiste na aplicação de uma escala de 0 a 3 que permite a avaliação dos seguintes segmentos:

- Nível de investimento na criação de um ambiente de trabalho agradável;
- Nível de apoio ao desenvolvimento da comunidade;
- Nível de transparência das comunicações internas e externas;
- Nível de investimento na preservação do meio ambiente;
- Nível de retorno aos accionistas;
- Nível de satisfação dos clientes e/ou consumidores;
- Nível de investimento no bem-estar dos colaboradores e seus dependentes;
- Nível de sinergia com os diversos parceiros.

Ashley (2002) apresenta outros modelos de análise e avaliação, entre eles um modelo que propõe três níveis diferentes de desafios éticos que possam surgir à empresa:

- Nível 1: Os requisitos éticos mínimos são atendidos pela empresa;
- Nível 2: A empresa cumpre além do nível ético mínimo;
- Nível 3: A empresa demonstra intenção em responder aos ideais éticos.

Froes e Melo Neto (2001) estabelecem um modelo que permite mensurar o valor do benefício social e o custo/benefício de uma determinada iniciativa, com o objectivo de avaliar as actividades sociais, considerando o custo inerente ao valor social. Este modelo possibilita a mensuração dos valores sociais agregados em todas as etapas do projecto com a devida apreciação da cadeia de valor.

A empresa pode optar por definir a sua estratégia considerando e privilegiando as actividades que agregam maior valor social e eliminando aquelas que apresentam maior custo e que geram menor nível de agregação social.

1.2 Shared Value

De acordo com Kramer e Porter (2011), o modelo *shared value* pode ser definido como políticas e práticas operacionais que aumentam a competitividade de uma empresa, ao mesmo tempo que avança a economia e melhora as condições sociais nas comunidades em que opera.

Os autores afirmam que o ambiente competitivo melhora, quando a empresa opta por aplicar recursos e investe nos âmbitos sociais e ambientais, além do âmbito económico. Cria-se um cenário de crescimento auto-sustentado com base no *shared value*, em que são gerados benefícios mútuos (Kramer e Porter, 2006).

O *shared value* é uma oportunidade de inovar, crescer e causar impacto a nível ambiental e social (Hawkins, Hills, Patscheke, Pfitzer, & Porter, 2011).

A criação de *shared value* concentra-se no crescimento da receita, participação de mercado e lucratividade que surgem dos benefícios de desenvolvimento ambiental, social e/ou económico, alimentados pelos produtos e serviços de uma empresa (Cox & Pawar, 2013), como também, consiste nos valores económicos e sociais que geram, de forma sustentável, valor substancial para as empresas e sociedade (Kramer & Porter, 2011).

De acordo com Hawkins, Hills, Patscheke, Pfitzer, & Porter (2011), a criação de *shared value*, a partir da redefinição da produtividade na cadeia de valor, concentra-se na evolução das operações internas que melhoram o custo, qualidade e produtividade alcançados por meio de melhorias ambientais, utilização maximizada de recursos, investimento em funcionários, capacidade de fornecedor, entre outras áreas. Permite o desenvolvimento do *cluster* local, derivado da melhoria do ambiente externo, por meio de investimentos na comunidade e do fortalecimento de fornecedores locais, instituições locais e infra-estruturas, assim como, permite a produtividade dos negócios.

O *shared value* é uma oportunidade de negócio, que é identificada pelas empresas na sociedade, com o objectivo de gerar vantagens económicas e benefícios sociais (Kramer & Porter, 2011). Ou seja, é uma estratégia de gestão que se concentra em reconhecer e aumentar os vínculos entre os sectores sociais e progressos económicos. Estas estratégias devem ser desenvolvidas usando uma abordagem valiosa e consistente com os trabalhos anteriores de Porter sobre o conceito de vantagem competitiva. Nestes, Porter enfatiza a necessidade de incluir necessidades e desafios da comunidade em proposições de valor.

A criação de *shared value* foca o equilíbrio entre os negócios e a sociedade, isto é, a integração de questões sociais nos negócios essenciais das empresas sem obstruir os ganhos económicos, implicando que as empresas e a sociedade deverão maximizar os ganhos através do *shared value*. De fato, Kramer e Porter (2006) propuseram que as empresas de sucesso precisam de uma sociedade saudável e uma sociedade saudável precisa de empresas de sucesso. Alegam que a criação de *shared value* é uma nova ideia de negócio e uma alternativa ao capitalismo, que tem potencial para aumentar a produção global. Consideraram a RSC estratégica e propuseram que esta pode criar uma vantagem em inovação e ganho de poder competitivo para as empresas, resolvendo ao mesmo tempo os desafios críticos da sociedade.

Considera-se que a sociedade e as empresas têm estado em constante confronto, deve-se à ideia que os benefícios providenciados à sociedade têm como consequência alguma fragilidade causada à economia das empresas. Existem três maneiras de criação de *shared value* por parte das empresas (Kramer & Porter, 2011):

- Recriar produtos e mercados: Inserção de produtos e/ou serviços no mercado, que vão de encontro às necessidades sociais, em que a procura é garantida, pois estas demandas ainda não se encontram totalmente satisfeitas, o que pode possibilitar a chegada de novas oportunidades ao nível da inovação. Um exemplo de oportunidade são as comunidades consideradas desfavorecidas, que com o seu desenvolvimento e evolução, podem ser transformadas em mercados viáveis e estáveis. De outro modo, o fornecimento de bens de baixo custo e essenciais às comunidades em questão, pode originar uma considerável expansão do negócio da empresa, que poderá ser desafiante no que toca à sustentabilidade (Comissão Europeia, 2011; Porter & Kramer, 2011 & Smith, 2003);

- Redefinição da cadeia de valor: A cadeia de valor é definida como um conjunto de actividades que uma empresa tem de realizar para gerar valor. O modo como as actividades da cadeia são efectuadas determina os custos e afecta os lucros, de maneira directa. A cadeia de uma empresa é afectada e afecta várias questões sociais, como o uso de água e matéria-prima, saúde e segurança, condições de trabalho e o ambiente de trabalho. Por vezes, manifestam-se externalidades negativas por parte de uma empresa devido a problemas sociais causados pelo

negócio, o que se considera como uma fonte de custos para a empresa. Assim, surgem oportunidades de criar *shared value*, através da melhoria da forma ao nível da operação, criando sinergias positivas e promovendo a eficiência da cadeia de valor em geral. Esta melhoria abrange uma logística, distribuição e localização adequada, o uso sustentável de energia e recursos, o desenvolvimento e acompanhamento profissional/pessoal dos colaboradores e o cumprimento de práticas de gestão ligadas aos fornecedores de forma justa e adequada (Comissão Europeia, 2011 & Kramer e Porter);

- Permitir o desenvolvimento e cooperação local ou construção de *clusters*:

Um *cluster* é um grupo de empresas geograficamente concentrado, que se encontram interligadas e com instituições associadas, relacionadas através de aspectos comuns e por complementaridades. Podem adoptar diferentes formas, embora a maioria compreenda empresas de serviços, produtos ou serviços, instituições financeiras, empresas complementares, fornecedores especializados, componentes, máquinas e serviços e fontes de conhecimento, como centros técnicos. Esta criação de *shared value* identifica-se pela construção de *clusters*, os quais originam ganhos de produtividade, inovação e competitividade. Esta estratégia só é efectivamente conseguida, quando existe a identificação de fraquezas e dificuldades na comunidade em que o *cluster* está inserido, assim como, a aplicação de esforços e resolução das mesmas. A vantagem dos *clusters* passa pela criação de uma relação entre o sucesso da empresa e o desenvolvimento da comunidade local (Kramer e Porter, 2011).

O conceito de *shared value* define mercados, pois os objectivos também passam pelas necessidades da sociedade, pois reconhece-se que as fraquezas da sociedade podem prejudicar a performance da empresa. Não está relacionado com a partilha de valor, já anteriormente criado pelas empresas, com a sociedade, ao invés está relacionado com a expansão da economia e do valor social (Kramer & Porter, 2011).

Cada vez mais, as empresas estão focadas em criar *shared value*, através de estratégias rentáveis que permitem criar benefícios sociais. O objectivo passa por obter vantagem competitiva e receita através da resolução de problemas fundamentais sociais, apesar das ferramentas estarem num processo de desenvolvimento, alega-se que as

empresas que não aplicam estratégias direccionadas ao *shared value* perdem, efectivamente, valor (Kramer e Porter, 2011).

1.2.1 Mensuração do Processo de *Shared Value*

A mensuração do *shared value* consiste num processo que se encontra intimamente ligado à estratégia de negócio da empresa, é interactiva, não tem uma frequência específica, mas está associada à mensuração do desenvolvimento e desempenho do próprio negócio. A mensuração do *shared value* é feita através de um modelo qualitativo, apesar de apresentar técnicas quantitativas. Este modelo dá-se pelo facto de não existir um coeficiente ou escala específica, entre outros métodos de mensuração no âmbito quantitativo, que permita que seja elaborada uma análise quantitativa do posicionamento da empresa, tendo como base o *shared value*. A avaliação e a mensuração dependem das organizações e do contexto, sendo que os dados adquiridos informam o aperfeiçoamento da estratégia de *shared value* e as prioridades estratégicas focam-se na extensão e na medição do mesmo (Porter et al., 2012).

Apesar de algumas complexidades, o caminho da mensuração do *shared value* é claro. As empresas devem incluir a mensuração na sua estratégia, pois um processo interactivo e integrado de *shared value* providencia um foco para a mensuração, através da produção de dados que validam e aprimoram estratégias de *shared value*. A mensuração deve estabelecer uma ligação directa entre atender às necessidades sociais e melhorar o negócio, a percepção dessa ligação é a chave para desbloquear a criação de valor adicional. Deve avaliar a extensão da criação de valor (acompanhando os resultados sociais e comerciais relativos aos custos) a fim de garantir a eficiência dos esforços actuais e futuros. As empresas precisam de distinguir claramente a mensuração do *shared value* de outras formas importantes de mensuração, incluindo avaliações de conformidade, sustentabilidade e impacto, assim como, adoptar abordagens pragmáticas para lidar com os desafios da mensuração do *shared value*. Por último, a mensuração do *shared value* inspirará e influenciará os investidores, não apenas os CEO's ou gerentes. A comunidade de investimentos continua a ser a alavanca máxima para incentivar a adopção partilhada de valor em escala. Os conceitos de mensuração do *shared value* revelarão dados novos e importantes para analistas de investimento e investidores líderes. Isolar as estratégias de negócios que impulsionam os resultados sociais e vice-versa ajudará a criar um novo nível de diálogo com os investidores. Estes terão evidências de valor económico directo criado a

partir dos investimentos das empresas em questões sociais e, assim, estarão mais bem informados em suas decisões de alocação de capital entre as empresas. A mensuração do *shared value* fornece um roteiro para alcançar a promessa do próprio conceito, que é um imperativo global, no momento em que inovar para obter soluções sustentáveis e escalonáveis para os problemas mais difíceis do mundo, exige que as empresas dêem o melhor de si (Kramer e Porter, 2011).

De acordo com (Hawkins, Hills, Patscheke, Pfitzer, & Porter, 2011) a mensuração do processo de *shared value*, apresenta as seguintes etapas:

- Etapa 1 - Identificar os problemas sociais a serem segmentados. O ponto de partida para o *shared value* é identificar e priorizar questões sociais específicas, que representam oportunidades para aumentar a receita ou reduzir custos. É necessário uma triagem sistemática das necessidades e lacunas sociais não atendidas e uma análise de como elas se sobrepõem aos negócios nos diferentes níveis de *shared value*, de modo, a ser apurada uma lista de problemas sociais priorizados que uma estratégia de *shared value* pode segmentar;
- Etapa 2 - Desenvolver um caso de negócio sólido baseado numa pesquisa/análise de como a evolução positiva social melhora directamente o desempenho dos negócios. Inclui identificar as metas e especificar as actividades e os custos envolvidos para cada oportunidade de *shared value*, moldando os possíveis resultados comerciais e sociais relativos aos custos e tomar uma decisão de ir / não ir;
- Etapa 3 - Através do estudo do caso de negócio, as empresas devem rastrear o progresso em relação às metas desejadas, como em qualquer processo de melhoria de desempenho. Esta etapa inclui o acompanhamento de entradas e actividades de negócios, produtos e desempenho financeiro (receitas e custos) em relação às projecções;
- Etapa 4 - A etapa final concentra-se em validar o vínculo antecipado entre os resultados sociais e comerciais e determinar se o desembolso de recursos e esforços corporativos produziram um retorno conjunto positivo. Os resultados da análise

desbloquearão oportunidades de criação de valor adicional através do refinamento da estratégia e execução do *shared value*.

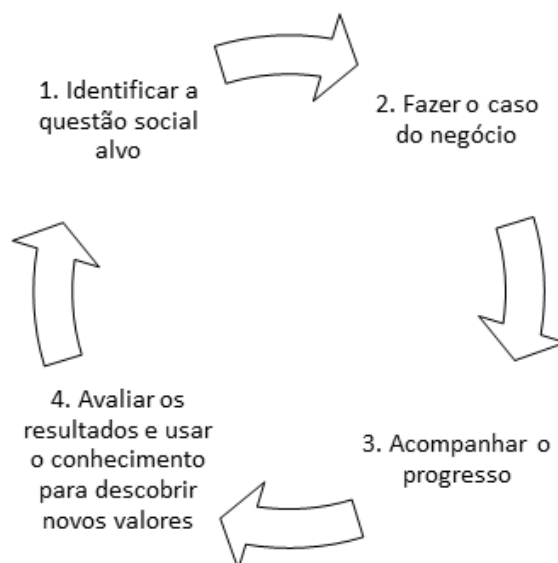


Figura 1 - Estratégia integrada do *shared value* e mensuração

Fonte: Porter et al. (2012)

As etapas 1 e 2 fazem parte da estratégia, enquanto que as etapas 3 e 4 pertencem à mensuração, sendo que as últimas acabam por interceptar as outras etapas.

1.2.2 Criação do conceito de *shared value*

A ideia da criação do *shared value* começou com Kramer e Porter através de várias publicações feitas na Universidade de Harvard até aos anos 90, após um prolongado debate sobre a responsabilidade social corporativa nos meados do século XX (Carroll, 1999).

Embora o conceito de *shared value* tenha feito uma contribuição significativa para melhorar o relacionamento empresarial e societário, tem algumas limitações que podem diminuir sua relevância para buscar a mudança que Kramer e Porter defendiam (Crane, Matten, Pallazzo & Spence, 2014). Os autores consideram que a partilha de valor não é um conceito original, que negligencia a tensão existente entre os negócios e a sociedade, enfocando o conceito superficial do mandato de uma corporação na sociedade. Além disso, Kramer e Porter não podem reivindicar o *shared value* como um novo conceito para seu crédito. Consideram-se que faltou creditar estudiosos anteriores que prudentemente

pensaram em criação simultânea de valor social e económico para um conjunto de partes interessadas.

De acordo com Hart (2005), o conceito de *shared value*, que se centra principalmente na criação simultânea de valor social e económico, não é diferente da visão da criação de valor de estudiosos anteriores como Ed Freeman. Da mesma forma, a criação de *shared value* de Kramer e Porter, tem algumas características da teoria do valor misturado de Jed Emerson, que se concentra no duplo objectivo das empresas que lucram, enquanto atendem às necessidades sociais.

Gidron e Hasenfeld (2012) acreditam que as críticas mencionadas são vitais no discurso académico. Apesar das críticas, é necessário testar o conceito de *shared value* em organizações empresariais sociais que aplicam objectivos e abordagens baseadas no mercado para atingir objectivos sociais ou ambientais. Dado isso, é sugerido que o conhecimento do *shared value* pode ser utilizado por empresas que visam resolver problemas de pessoas pobres que não podem pagar uma educação de qualidade. Alguns empreendedores sociais inovaram as combinações de objectivos sociais e económicos, de modo a efectuar a mudança na sociedade ao fazer o negócio (Mair & Seelos, 2005).

A partir do momento em que a criação de *shared value* começou a ser implementada, muitas empresas diferentes como a Nestlé, Novo Nordisk e a Google, adoptaram este método e alcançaram sucesso. O conceito de *shared value* está a ser estudado e utilizado em diferentes sectores como a hotelaria e saneamento básico, mas por exemplo, o sector da educação carece de conhecimentos a este nível (Chuang & Hisao, 2016; Orr & Sarni, 2015).

Nas últimas décadas, um número significativo de organizações empresariais reconheceram a importância do impacto social e da sustentabilidade das suas práticas. No entanto, os negócios contemporâneos e as catástrofes naturais/sociais confirmam a desorganização natural que o modelo de capitalismo actual causou, assim como, a falta de percepção da essência dos mercados sociais (Scagnelli & Cisi, 2014). Uma nova abordagem feita pelos investigadores de negócios emergiu, a criação do *shared value*, o conceito que tem em consideração as necessidades sociais, e que possa até ser usado como vantagem competitiva sustentável. Existe um novo paradigma relacionado com o *shared value*, que se estende para lá da responsabilidade social corporativa, através da criação de ligações entre as empresas privadas e as entidades de carácter público (Schmitt, 2014; Von Liel, 2016).

1.2.3 O valor económico e social do *shared value*

Definição de valor económico

A noção de valor económico tem sido debatida ao longo do tempo por diferentes autores. Assim, a sua definição varia dependendo do ponto de vista dos mesmos.

Simmel (1978) afirma que o valor económico pode ser definido não apenas considerando o valor real do objeto, mas também pode ser visto com base nas percepções subjectivas dos indivíduos. O valor económico denota a quantidade máxima de valor que um indivíduo deseja pagar por um artigo numa economia de mercado livre, onde os preços dos bens e serviços são determinados pela mão invisível (procura e oferta) sem interferência do governo. No entanto, numa visão de gestão estratégica, o valor económico surge quando existem diferenças entre os benefícios percebidos pelo consumidor, isso é, a máxima disposição a pagar e o custo económico de uma empresa (Barney & Peteraf, 2003; Wójcik, 2016).

De acordo com Hubbard, Johnson e Zubac (2010), o valor é percebido a partir da perspectiva dos clientes, ou seja, estes irão efectuar uma compra quando o preço é mais atractivo ou quando a qualidade do desempenho do bem/serviço for melhor, se assim se proporcionar um produto substituto disponível, também seria uma opção de compra.

Bowman e Ambrosini (2000) apresentam a teoria da utilidade como o gasto de rendimentos por parte dos consumidores com o objectivo de maximizar a satisfação dos bens/serviços adquiridos, no que toca à relação entre o comportamento do consumidor e o valor. Os autores, também, sugerem a diferença entre os conceitos de valor de uso e de valor de troca, que são muitas das vezes usados por economistas clássicos, sendo que o valor de troca é referente ao preço aplicado e o valor de uso é percebido pelo cliente.

Do ponto de vista do *shared value*, as organizações terão uma imagem precisa e evidente dos ganhos de valor económico através das suas actividades de intervenção social (Porter et al, 2012).

Definição de valor social

Os autores definem valor social como a criação de benefícios ou reduções de custos para a sociedade, através de esforços para lidar com as necessidades e problemas da sociedade, que vão além dos ganhos privados (Deiglmeier, Miller e Phills, 2008). A criação de valor social consiste em servir a sociedade com o objectivo de melhorar os padrões de vida das pessoas desfavorecidas (Kramer & Porter, 2011).

Portanto, a criação de valor social sintetiza um veículo para a inovação e é alcançada pelos líderes empresariais através da integração da inovação social. A ideia de valores sociais aproveita-se das oportunidades de inovação social, sugerindo que o valor social pode ser impulsionado pela inovação social (Have & Rubalcaba, 2016).

1.2.4 A influência do *shared value* na sociedade e economia

A criação de *shared value* contribuiu enormemente para a melhoria dos negócios e da sociedade. Foi observado que cumprem as normas e leis éticas e fornecem um meio para crescer em valor económico e valor social. É importante esta acção, pois as organizações desenvolverão um espírito de cuidar do meio ambiente e da sociedade, considerando o *shared value* como catalisador de produção e não como reparador de imagens. Além disso, opiniões gerenciais instigantes surgirão quando os líderes organizacionais não implementam apenas as principais iniciativas de *shared value*, mas quando, também, decidem aplicar ferramentas que lhes permitam medir o impacto sobre a organização e até que ponto o efeito produtivo sobre a sociedade irá fortalecer o desempenho das empresas (Kramer e Porter, 2011).

De acordo com de los Reyes Jr., Scholz e Smith (2017), o *shared value* direcciona os gestores para o esforço de identificarem oportunidades de negócios que respondam significativamente a questões ambientais e sociais e, ao fazê-lo, que reforcem a sua vantagem competitiva e o retorno económico. Consideram que, a criação do *shared value*, é um caminho que deve ser tomado, pois os gestores que atuam por este meio, tendem a estar mais bem equipados no cumprimento do seu papel na empresa, assim como, no relacionamento com a sociedade do que, em comparação, aqueles que adoptam medidas capitalistas. Afirmam que a missão da criação do *shared value* baseia-se na ideia que as necessidades da sociedade fornecem algumas das oportunidades de negócio mais frutíferas.

1.3 SROI (*Social Return On Investment*)

O conceito de SROI (*Social Return On Investment*) surgiu como uma maneira de apurar o valor total de investimento em resultados sociais ou ambientais. Ao estimar e atribuir um valor financeiro a resultados sociais ou ambientais e, em seguida, adicionar esse valor estimado ao valor económico real, o SROI cria um valor económico “total” (Gambhir, Gupta, Majmudar e Sodhani, 2017).

O SROI é definido como uma estrutura para medir e contabilizar o valor criado por iniciativas empresariais, além do valor financeiro, incorpora custos/benefícios sociais, ambientais e económicos (Jan Brouwers, 2010).

A metodologia do SROI é uma problemática para a comunidade de investidores porque combina o valor económico real com o valor económico, resultante de uma estimativa subjectiva do valor monetário da mudança social, um exemplo de tal dificuldade é o desafio de atribuir um valor monetário a uma vida humana. Em contrapartida, a mensuração do *shared value* considera o valor económico real acumulado para o negócio da melhoria dos resultados sociais, sem fazer nenhuma suposição sobre o valor económico da mudança social (Gambhir, Gupta, Majmudar e Sodhani, 2017).

Apesar de os autores considerarem a importância dos benefícios intangíveis de intervenções sociais, como o aumento de confiança e auto-estima, promoção e vinculação de laços sociais, entre outros, os métodos convencionais de retorno do investimento (ROI) acabam por comparar o investimento feito em resultados sociais tangíveis e visíveis, como o aumento nos níveis de receita (Gambhir, Gupta, Majmudar e Sodhani, 2017).

Erroneamente, os benefícios sociais ou ganhos intangíveis são ignorados no cálculo dos ganhos monetários totais, ou seja, o custo da análise de benefícios só compararia os insumos monetários no programa com os resultados monetários criados pelo programa. Estas limitações na abordagem convencional podem ser ultrapassadas seguindo o conceito de *Social Return On Investment* (SROI), ou seja, os benefícios "sociais" são credibilizados. O SROI monetiza todas as experiências sociais/ambientais e os resultados financeiros (tangíveis e intangíveis) para cada valor investido em iniciativas de assistência social/ambiental, através de uma combinação de métodos de análise de benefícios de custo, análise de custo de oportunidade e a avaliação do impacto (Gambhir, Gupta, Majmudar e Sodhani, 2017).

1.4 RSC vs Criação de *shared value*

A criação de *shared value* deve substituir a responsabilidade social corporativa ao nível da estratégia, no que toca à orientação de investimentos das empresas nos diferentes sectores da sociedade. Os programas de responsabilidade social corporativa estão focados maioritariamente na reputação das próprias empresas e apresentam uma ligação limitada ao negócio, o que torna difícil a manutenção e a continuidade efectiva dos programas, o que se deve, também, ao facto de não apresentarem um modelo sequencial de actividades e acções. Em oposição, a criação de *shared value* está conectada de forma integral à receita da empresa e à posição que esta tem no mercado, faz um aproveitamento profundo dos recursos únicos e das competências da empresa, de modo a gerar valor económico através da criação do valor social, incluindo totalmente ou parcialmente o desenvolvimento sustentável dentro do capitalismo (Kramer & Porter, 2011).

Segue uma tabela que exemplifica e explicita as grandes diferenças da RSC e a criação de *shared value*, de acordo com Kramer e Porter (2011):

RSC	Criação de <i>Shared Value</i>
Valor: Praticar o bem	Valor: Criação de benefícios económicos e sociais relativos ao custo
Sustentabilidade, Filantropia, Cidadania, Caridade, Humanitarismo	Criação de valor em conjunto entre a empresa e a sociedade
Facultativa, respostas dadas consoante a pressão externa ou necessidade	Parte integral da competição
À parte da maximização de lucros	Inserção integral na maximização de lucros
A agenda é definida consoante estímulos externos e preferências pessoais	A agenda é gerada pela própria empresa
O impacto e orçamento são limitados	Realinha o orçamento integral da empresa

Tabela 1: Diferenças entre RSC e a Criação de *Shared Value*

Fonte: Kramer e Porter (2011).

1.5 Vantagem competitiva sustentável

Relativamente à definição do conceito de vantagem competitiva sustentável, compreende-se como uma vantagem competitiva, aquela que é diferente da obtida pelos diversos concorrentes e novos entrantes. Esta não pode ser replicada por outras empresas (Saes, 2008).

As fontes de vantagem competitiva sustentável ultrapassam os níveis de eficiência dos recursos de produção económica, assim como, os níveis de eficácia em relação à satisfação das necessidades dos consumidores. É baseada numa natureza complexa e tática relativamente aos mecanismos/ferramentas de protecção da empresa, as suas fontes estão relacionadas com as propriedades únicas e irreplicáveis pela concorrência de uma empresa (Kretzer e Menezes, 2006).

Segundo os autores Barney & Peteraf (2003) e Barney & Jay (2011), a diferença entre os benefícios que são atribuídos pelos clientes (o valor que estão dispostos a pagar pelo bem e/ou serviço) e o custo de produção dos mesmos, reflecte o valor criado pela empresa. O valor criado pode diferir de acordo com a minimização dos custos de produção e/ou pelo aumento de benefícios inerentes. Assim, os autores declaram que a vantagem competitiva de uma empresa sucede-se quando esta consegue criar maior valor económico, que os concorrentes, num determinado mercado.

Barney e Clark (2007) sustentam a afirmação dos autores Barney & Peteraf (2003) e Barney & Jay (2011) relativamente ao valor criado e vantagem competitiva, definem vantagem competitiva sustentável baseada em recursos, quando os concorrentes são inaptos a replicar os benefícios gerados por essa estratégia.

As empresas perseguem a ideia de adoptar a melhor estratégia, ou seja aquela que reflecte os valores, o modelo de negócio e a cultura organizacional, com o objectivo de superar as expectativas dos *stakeholders*, com o suporte de uma componente de inovação e conhecimento interno. Os procedimentos de diferenciação das empresas compreendem o acrescento de valor com base na inovação e implementação de novos produtos/serviços, assim como, diferentes práticas e funcionalidades, através do conhecimento alcançado. A criação de *shared value* ultrapassa a responsabilidade social corporativa, a mesma pode mudar o pensamento das empresas no que toca ao negócio, alterando o foco da operação

para a satisfação das necessidades sociais ou melhoria das condições da comunidade envolvente. Considera-se que é uma estratégia verdadeiramente qualificada no que toca ao afetamento do mercado e no alcance de uma vantagem competitiva sustentável (Belo, 2016).

1.6 Pobreza

Considera-se que o conceito de pobreza faz referência a um estado de escassez, privação e ausência de qualidade de algo considerado como positivo. A pobreza deve ser quantificada de modo a que surjam reflexões sobre a sua distribuição e os princípios que a regem. A pessoa pobre é uma pessoa que não tem o “suficiente”, tendo como base um parâmetro normativo já estabelecido. A reflexão sobre a pobreza está associada ao conceito de suficiência e permite verificar se um determinado indivíduo ou grupo humano tem o suficiente desses bens socialmente valorizados (Messina, 2017).

De acordo com Cox & Pawar (2013), a pobreza em geral é influenciada pelas condições geográficas, políticas anti pobreza, circunstâncias económicas e políticas, cultura e factores governamentais, consideram que a pobreza é um conceito bastante complexo.

O alívio da concentração de pobreza dá-se, sobretudo, ao crescimento da economia, à prestação de serviços sociais básicos, a abordagem de projectos, à existência de uma rede de segurança e ao desenvolvimento de recursos humanos (Cox & Pawar, 2013).

Em conformidade com o UNDP, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, em 1991, baseava-se um paradigma em que o objectivo era aumentar a opção de escolha das pessoas em diversos níveis, através da possibilidade de ter uma vida duradoura, saudável e com criatividade. Assim, considera-se que a pobreza é a incapacidade de obter oportunidades ou realizar escolhas, sendo um atentado à dignidade humana.

A falta de capacidade de participar efectivamente numa sociedade engloba a impossibilidade de alimentar/vestir uma família, não ter acesso à escola e clínicas de saúde, não ter terra para cultivar ou não ter emprego. A pobreza significa insegurança, impotência e exclusão de indivíduos, famílias e comunidades, assim como, susceptibilidade à violência e, muitas vezes, implica viver em ambientes marginais ou frágeis, sem acesso a água potável ou saneamento básico (United Nations, 2017).

O trabalho social em países de desenvolvimento e em alguns países desenvolvidos,

muitas vezes ignora a pobreza, pois apenas se baseia em respostas relacionadas com a caridade que não fazem abordagem directa às causas da pobreza. A explicação pode passar pelo facto de que a pobreza, por vezes, é generalizada e encontra-se entranhada na sociedade, não se aproxima da viabilidade, e também, por ser um fenómeno tão complexo, as suas causas são bastante diversas, que a resolução da pobreza parece exigir a resolução de praticamente todos os outros grandes problemas, como por exemplo: serviços inadequados de saúde e educação, baixos níveis de desenvolvimento económico, conflitos, degradação ecológica, corrupção política, má governança e preconceito étnico (Cox & Pawar, 2013).

A pobreza, juntamente com a mortalidade infantil, a má nutrição e vulnerabilidade, é normalmente considerada como o problema mais sério do mundo. A definição do conceito de pobreza e a sua mensuração pode ser variável, ainda assim ninguém contestaria que pelo menos 1/3 da população mundial vive numa situação de pobreza. O fenómeno pode acontecer devido a mudanças económicas, nomeadamente o crescimento de taxas de inflação, a deterioração dos acordos comerciais ou reduções nos subsídios por parte do estado, mudanças ecológicas, como o agravamento do estado do meio ambiente ou esgotamento de fontes alimentares essenciais, conflitos sociais numa nação ou guerra entre nações, mudanças demográficas por migração, aumento natural ou mudança perfis demográficos e desastres naturais que possam destruir casas e os meios de subsistência das pessoas (Cox & Pawar, 2013).

A Organização das Nações Unidas, em 2015, define 17 objectivos para um desenvolvimento sustentável para serem concretizados até 2030, de modo a que todas as nações criem um modelo que proporcione o bem-estar e a prosperidade para todos. Em destaque e com a primeira posição nos objectivos, encontra-se o objectivo de acabar com pobreza, como explícito na figura seguinte:



Figura 2: Objectivos do desenvolvimento sustentável até 2030

Fonte: Organização das Nações Unidas (2015)

1.6.1 A verificação prática de pobreza

A definição de pobreza deve-se tornar prática com o objectivo de obter informações úteis e relevantes ao nível do discurso público e acções políticas.

A pobreza deve ser medida por diferentes razões, tais como, a possibilidade de obter a magnitude de um problema, proporcionando a sua visibilidade, assim como, a identificação de pessoas consideradas pobres. Estas informações permitem direccionar e criar intervenções políticas apropriadas.

A identificação de grupos populacionais, que enfrentam maior risco de pobreza, requer desagregação e tratamento de dados que evidenciem as características pessoais,

estrutura familiar, local de residência e entre outros, assim como a aplicação de medidas dinâmicas que podem monitorizar a pobreza ao longo do tempo, identificando-a por períodos mais longos.

A desintegração da pobreza, de acordo com os indicadores da UNECE, deve ser feita através de dados como a idade, género, estado ocupacional, tipo de casa, tipo de deficiência (ou ausência desta) e população rural/urbana.

Embora as tentativas de produzir e usar estatísticas de pobreza globalmente comparáveis, enfrentam, inevitavelmente, questões relativas aos diferentes padrões e estilos de vida, estas possibilitam comparações e esforços internacionais que podem ajudar a estabelecer as melhores práticas possíveis. Assim, conclui-se que a promoção da comparabilidade internacional é de grande importância (United Nations, 2017).

1.6.2 Etapas na mensuração multidimensional de pobreza

De acordo com as Nações Unidas (2017), seguem-se as etapas que possibilitam a mensuração da pobreza:

Etapa 0	Determinar a unidade de identificação (família/individuais)
Etapa 1	Definir uma série de indicadores (nível de escolaridade, tipo de alojamento...)
Etapa 2	Definir o nível de privação
Etapa 3	Apurar o nível de privação em cada indicador por parte de uma família/individuais
Etapa 4	Calcular o impacto em percentagem de cada indicador
Etapa 5	Calcular a percentagem relativa ao nível de privação
Etapa 6	Determinar o valor em percentagem que indica que a unidade de identificação é ou não classificado como pobre multidimensional
Etapa 7	Calcular o rácio da proporção das famílias/individuais que são pobres
Etapa 8	Determinar a intensidade de pobreza entre os pobres
Etapa 9	Apurar o rácio de pobreza, através do produto entre o resultado da etapa 7 e o resultado da etapa 9

Tabela 2: Etapas na mensuração multidimensional de pobreza

Fonte: Nações Unidas (2017)

O seguimento das etapas acima mencionadas possibilita o aumento de probabilidade de sucesso no que toca à erradicação da pobreza, pois permitem que a mensuração se processe com o objectivo de enfocar soluções nos âmbitos de maior necessidade (Nações Unidas, 2017).

1.7 Lisboa

A cidade de Lisboa é a capital de Portugal, soalheira e rodeada pelo Rio Tejo, sempre foi apreciada pela sua beleza, qualidade urbana e clima. É uma cidade com bastante história e autenticidade cultural, com vasto património e arquitectura de excelência, está situada no canto ocidental da Europa (Silva, 2015).

Lisboa é uma das cidades mais recomendadas na Europa para viajar, devido à cultura, localização, valor, à variedade de oferta turística, entre outras razões. É de facto, uma das grandes cidades históricas, sendo a segunda mais antiga da Europa, com características muito particulares desde tesouros culturais à geografia inigualável, é uma cidade com custos bastante acessíveis comparando com outras cidades europeias (Lobão, M., Negas, M. & Rodrigues M., 2017).

É capital europeia que fica mais próxima do continente americano e à volta de 2h da maioria das principais cidades europeias, o clima é bastante moderado, sendo agradável durante todo o ano, nunca atingindo grandes extremos comparando com outras cidades na Europa. Lisboa tem, além da vida citadina, uma proximidade grande com as praias, o que dá a possibilidade de experienciar diferentes tipos de turismo num raio próximo (Lobão, M., Negas, M. & Rodrigues M., 2017).

A Área Metropolitana de Lisboa abrange cerca de 18 municípios, apresenta diversos transportes públicos, nomeadamente, autocarros, comboios, metro e até eléctricos, o que permite uma deslocação fácil dentro da cidade (Lobão, M., Negas, M. & Rodrigues M., 2017).

1.7.1 Movimentos urbanos em Lisboa

Em Portugal, mais especificamente em Lisboa, está a decorrer uma crise da habitação devido à permanência de formas de habitação precária e de habitação pública em péssimas condições. Tem como principal motivo a pressão feita à classe média e classe baixa devido ao crescimento repentino e sublinhado do custo de habitação em Lisboa que se tem verificado nos últimos anos. O centro de Lisboa encontra-se saturado ao nível imobiliário e turístico, assim os jovens adultos, estudantes e outros moradores têm sido obrigados a deslocar-se para os bairros periféricos que, também, andam a sofrer um

aumento de rendas tão agudo quanto o centro histórico (Allegretti, G., Seixas, J. & Tulumello, S., 2019).

Lisboa passou e continua a passar por um processo de mudança bastante acelerado, tendo aparecido ambivalências, divergências e conflitos entre a inovação e transformação, que poderão fomentar a segregação e a desigualdade. O objectivo da mudança é estabelecer maior qualidade de vida urbana através do empreendedorismo em infra-estruturas, espaços públicos, estruturas de governação territorial e serviços ambientais. No entanto, algumas associações e movimentos sociais têm vindo a pressionar mais vincadamente o aumento das rendas, assim como, toda a especulação e mercado imobiliário, através de apresentações de propostas aos responsáveis do governo pela oportunidade de habitação da cidade (Allegretti, G., Seixas, J. & Tulumello, S. (2019).

A tabela que se segue apresenta alguns movimentos cívicos e urbanos em Lisboa, assim como áreas que estão a receber intervenção com objectivo de melhorar a qualidade de vida na cidade. A tabela expressa a situação actual de cada movimento, o grau de sucesso e tendências. A maioria dos movimentos encontra-se numa situação de fortalecimento ou de estabilidade, o que indica que estes movimentos estão a ganhar posicionamento (Seixas e Guterres, 2018).

Área de Intervenção	Forma	Territórios	Tipo de reivindicação	Grau de sucesso	Tendência
Habitação	Diversos movimentos e associações	Centro de Lisboa e áreas suburbanas	Direito à habitação, realojamento, liberalização do mercado imobiliário, gentrificação turística	Crescimento ao nível da atenção social, pressão política, percepção e mobilização social	Em fortalecimento

Ecologia	Movimentos coletivos e comunitários	Centros de Lisboa, bairros sociais	Horticultura urbana comunitária e orgânica	Projetos vitoriosos com orçamentos aceitáveis	Estável
Mobilidade	Diversos movimentos e associações	Centro de Lisboa	Direito à mobilidade não motorizada na cidade	Ao nível político e crescente percepção social	Estável
Desenvolvimento Comunitário	Movimentos coletivos e comunitários muito variados	Diversos bairros	Centros sociais, apoio e providências sociais	Consolidação de centros comunitários.	Estável ou em fortalecimento
Feminismo	Movimentos e associações específicas	Âmbito Nacional	Igualdade de género	Atenção mediática e aumento de iniciativas	Em fortalecimento
Antirracismo	Movimentos e associações específicas	Âmbito Nacional	Combate ao racismo e à discriminação	Carta de renúncia de racismo em Portugal à ONU	Estável ou em fortalecimento

Tabela 3: Movimentos cívicos e urbanos em Lisboa

Fonte: Seixas e Guterres (2018)

1.7.2 Pobreza em Lisboa

Em Lisboa, existem alguns bairros degradados que se expressam como a falta de resposta às necessidades das classes mais desfavorecidas (Gaspar, 1987). Infelizmente, o conceito de bairro degradado aparece bastante associado à cidade, que corresponde a um contínuo desequilíbrio entre a oferta e a procura de habitações, não sendo apenas um problema local. Este conceito está directamente ligado ao processo de industrialização e de crescimento da cidade de Lisboa, sendo uma das expressões mais relevantes de pobreza (Cardoso, 1993).

Além dos bairros degradados, de acordo com os autores Alves, Raposo, Roldão e Varela (2019), a população imigrante apresenta desvantagens em comparação à população de nacionalidade portuguesa, e evidência de pobreza, nomeadamente no que toca à taxa de desemprego, nível salarial e ao tipo de emprego. O racismo e a segregação influenciam de forma negativa a frequência das crianças imigrantes nas escolas, assim como, a *performance* e aproveitamento.

Os factos mencionados contribuem para a perpetuação do baixo estatuto social, que está ligado à pobreza, em Lisboa. O trabalho, a segurança e a educação ainda não estão em níveis equivalentes relativamente à população imigrante e à população de nacionalidade portuguesa., o que eventualmente pode gerar conflitos e condicionar a pobreza (Alves, Raposo, Roldão e Varela, 2019).

Foram estabelecidas políticas destinadas ao combate da pobreza na Europa, o programa Europa 2020, que tem como objectivo principal tirar 20 milhões de pessoas da situação de pobreza. A cidade de Lisboa está incluída nesta meta, sendo que é necessário fazer um balanço dos processos e resultados de modo a que se verifique aumento da taxa de emprego e inclusão social. Além disso, torna-se indispensável perceber os focos que têm mais necessidade de acção e daqueles que não são tão relevantes ou até mesmo os que se tornaram inadequados, de modo a rentabilizar todo o tipo de recursos (Cantillon, 2011).

1.8 Relação entre conteúdos abordados na revisão bibliográfica

Um dos conceitos mais importantes a salientar é a responsabilidade social corporativa, por ser a grande base dos modelos que as empresas devem optar, para poderem alcançar a rentabilidade máxima através do desenvolvimento das diversas partes. A cooperação sustentável entre a empresa e os diferentes *stakeholders* é essencial para a criação de valor para ambas as partes interessadas. A responsabilidade social corporativa contribui para a sustentabilidade da empresa (Elkington, 1998), o que torna bastante relevante a abordagem deste conceito, pois é importante para a sobrevivência da própria empresa e das relações existentes e outras que poderão ser criadas/desenvolvidas. Efectivamente, as empresas que apresentam responsabilidade social corporativa têm a possibilidade de criar mais laços e ao mesmo tempo fortificá-los, o que facilita a comunicação, entretida e a partilha de informação entre as demais, sendo considerada um motor para a criação de valor partilhado.

Cada vez mais a escolha dos clientes é influenciada por questões éticas e morais, os temas têm sido bastante discutidos ultimamente, o que poderá efectivamente condicionar a decisão e a opção no que toca às empresas, tanto na prestação de serviços como na venda de produtos. Pode-se afirmar que as empresas que apresentam responsabilidade social corporativa têm mais valor atribuído em modo geral. Diversas práticas e modelos de RSC promovem, como abordado, a criação de valor tanto para as empresas como para os diferentes *stakeholders*, através de várias e diferentes maneiras como a partilha de recursos com a comunidade (Du & Luo, 2015). Além das empresas apresentarem mais sucesso por optarem por práticas ligadas à responsabilidade social corporativa, vários autores concluem que ainda é mais benéfico se estas utilizarem tal conceito na sua estratégia. A responsabilidade social corporativa ao nível da estratégia torna-se uma fonte de criação de valor/*shared value* tanto para a sociedade, como para as empresas, pois é criada a possibilidade de obter mais regalias no que toca ao conhecimento da envolvente externa, proporcionando relações mais fortes, sustentando sempre a ideia que existirão retornos tanto externos, como internos (Melo, Souza e Yaryd, 2018).

De modo a que exista uma percepção profunda do que é a responsabilidade social corporativa e que o seu aproveitamento em práticas e estratégias seja máximo, torna-se relevante medir o conceito. A abordagem da mensuração da responsabilidade social corporativa é consideravelmente importante na medida em que permite medir o valor do

benefício social com base no custo/benefício que as empresas têm, tomando uma certa decisão neste âmbito, assim as empresas têm a possibilidade de eliminar as iniciativas que apresentam maior custo e menor benefício social. Como referido por Melo Neto e Froes (2011), existem modelos que permitem mensurar valores sociais em todas as etapas do processo, tendo em consideração a cadeia de valor da empresa.

Relativamente ao conceito de *shared value*, surge numa dimensão superior à responsabilidade social ao nível da estratégia, não está só relacionado com a partilha de valor, mas efectivamente com a expansão da economia e valor social (Kramer & Porter, 2011). O *shared value* tem como principal objectivo fazer gerar benefícios mútuos (sociedade e empresa) da melhor maneira possível, sem que existam factores prejudiciais ou que pelo menos não tenham impacto consideravelmente significativo. Este conceito supera a simples responsabilidade corporativa porque permite que as empresas atinjam um outro patamar no que toca à geração de valor e rentabilidade. O *shared value* está directamente ligado às práticas operacionais e políticas que aumentam a competitividade de uma empresa, proporciona, também, um ambiente competitivo mais saudável, ao mesmo tempo que impulsiona o negócio, a economia e as condições em geral de uma sociedade e que poderá estar relacionado com uma vantagem competitiva sustentável, sendo que é baseada nos recursos ou habilidades que não podem ser replicadas, assim como os benefícios gerados pela estratégia, por outros concorrentes. Tanto o *shared value*, como a vantagem competitiva sustentável passam por linhas semelhantes como a reflexão de valores, modelo de negócio e a cultura organizacional, assim como, pela inovação e implementação de novos produtos/serviços e práticas/funcionalidades. De acordo com Belo (2016), o *shared value* é uma estratégia qualificada no que respeita ao alcance de uma vantagem competitiva sustentável.

Através do ímpeto do conceito de *shared value*, a responsabilidade social corporativa pode criar um ganho em poder competitivo e de inovação em relação a outras empresas, tendo a possibilidade de resolver desafios sociais (Kramer & Porter, 2016). A avaliação das necessidades sociais é imprescindível, pois reconhece-se que as próprias fraquezas da sociedade podem prejudicar directamente a performance das empresas. Como abordado anteriormente por Hawkins, Hills, Patscheke, Pfitzer, & Porter (2011), a primeira etapa da mensuração do processo de *shared value* é, além de identificar, objectivar e priorizar temas sociais específicos que podem ser oportunidades para aplicação de iniciativas, de modo a aumentar a rentabilidade da empresa e em simultâneo reduzir custos,

realizando um vínculo antecipado entre os resultados sociais e os resultados económico-financeiros. Para tal, é necessário compreender o conceito de valor social, que entende a criação de benefícios ou reduções de custos para a sociedade com o trabalho de satisfazer necessidades prioritárias (Deiglmeier, Miller e Phills, 2008). O *social return on investment* permite avaliar de forma precisa o apuramento do valor total de investimento em resultados sociais, o que se considera como uma ferramenta extremamente relevante para as empresas estimarem um valor financeiro aplicável em iniciativas com o conhecimento efectivo dos resultados sociais ou ambientais que surgem dessa aplicação (Gambhir, Gupta, Majmudar e Sodhani, 2017).

Faz sentido abordar o tema da pobreza, visto que, de acordo com as Nações Unidas é o primeiro objectivo do desenvolvimento sustentável, ou seja o que apresenta maior necessidade de ser erradicado. Como abordado anteriormente, é necessário perceber as áreas com maior necessidade numa sociedade, para as empresas poderem actuar no âmbito da responsabilidade social corporativa do modo mais eficaz e com maior sucesso possível. De acordo com Messina (2017), a pobreza está relacionada com a privação de algo que proporciona o bem-estar, esta é influenciada por diversos factores, como a política, condições geográficas, economia, governo e a cultura (Cox & Pawar, 2013), sendo que é um conceito multifacetado e bastante complexo. Deste modo, torna-se importante a abordagem deste tema e a exploração das variáveis que mais contribuem para a pobreza num determinado contexto. Por vezes, o trabalho social ignora a pobreza, ou seja, em vez de ser aplicado de acordo com as necessidades com maior prioridade apenas se baseia na caridade que não apresenta uma luta directa contra a pobreza. Como já referido, a pobreza é um conceito complexo com diversas causas que precisa de uma resolução focada nas mesmas de modo a alcançar um alívio notório (Cox & Pawar, 2013).

De acordo com as Nações Unidas (2017), a mensuração da pobreza é imprescindível para a resolução da mesma, por isso foram estabelecidos diferentes passos que ajudam neste processo, como a definição de indicadores e o seu impacto, sendo uma das etapas importantes da dissertação.

Além dos diversos conceitos anteriormente mencionados, é necessário referir e abordar o contexto da dissertação, o estudo insere-se na área da Grande Lisboa. Lisboa, é uma capital europeia com boas referências em diversos âmbitos, tem ganho muitos

visitantes nos últimos anos, sobretudo pela qualidade urbana e clima (Lobão, M., Negas, M. & Rodrigues M., 2017).

Além da caracterização do contexto, é de interesse mencionar acontecimentos e medidas recentes que possam estar interligadas com a responsabilidade social, como movimentos urbanos e cívicos, que podem ajudar no combate da crise da habitação e na melhoria de outras áreas altamente relevantes como: a ecologia, mobilidade, desenvolvimento comunitário, feminismo e racismo (Seixas e Guterres, 2018). As mudanças em Lisboa têm sido constantes em diversos sectores, que têm um objectivo em comum que remete para a evolução positiva da qualidade de vida urbana (Allegretti, G., Seixas, J. & Tulumello, S., 2019).

Por último, a pobreza em Lisboa exprime-se de maneiras diferentes, uma das maneiras é a expressão e a existência de bairros degradados, que estão intimamente relacionados com a pobreza e que são habitados por indivíduos de classe mais baixa, sendo a crise da habitação uma das principais causas (Cardoso, 1993). Além dos bairros degradados, é evidente que a população imigrante sofre algumas desvantagens relativamente à restante população no âmbito económico e social, por esse motivo a pobreza inicia e/ou agrava-se, o que influencia de forma negativa a qualidade de vida de toda a população, devido a diversas consequências como a segregação e racismo (Alves, Raposo, Roldão e Varela, 2019).

No entanto, existem programas activos para o combate da pobreza, em que Lisboa se encontra incluída como a Europa 2020, que tem como principal objectivo retirar pessoas da pobreza. As medidas passam por políticas estabelecidas que combatem directamente a pobreza, para isso é necessário elaborar balanços, desde os pontos iniciais, de modo a que se verifique os progressos e as falhas, o que possibilita o alcance da eficácia das medidas. Torna-se extremamente relevante, para este processo, a identificação das áreas com maior necessidade de ajuda/acção (Cantillon, 2011).

Capítulo II - Modelo e Perguntas de Investigação

2.1 Modelo de Investigação e Validação de Variáveis

O modelo de investigação aplicado tem como base um questionário com objetivo de realizar um inquérito a determinada população considerando as amostras aprovadas.

Numa primeira fase, foi feita uma pesquisa com o intuito de encontrar questionários que tinham enquadramento no estudo pretendido, ou seja, que demonstrassem como verificar e encontrar variáveis que contribuem para a pobreza, considerando principalmente a componente externa e que pudessem ser adaptados à área da Grande Lisboa.

Conclui-se que seria melhor opção criar um questionário de raiz com base em diferentes autores, de modo a que fosse indicado para dar resposta à questão da investigação, como a outras questões adjacentes que surgiram com o decorrer do processo.

A avaliação das variáveis foi determinada por uma escala, a de *Likert*, que avalia entre 1 a 5, considerando que 1 a variável não contribuía/influenciava a pobreza em Lisboa e que 5 a variável contribuía/influenciava muito a pobreza em Lisboa, dando a possibilidade de o indivíduo escolher com base na sua opinião a intensidade da contribuição da variável, sendo estas questões de carácter obrigatório.

Com base em diferentes autores, foram apuradas várias variáveis que possam contribuir para que alguém seja pobre em Lisboa e foram agregadas consoante a sua dimensão, como se pode verificar na seguinte tabela:

Dimensão	Variáveis	Autores
Idade	0-17 18-24 25-49 50-64 65+	(United Nations, 2017)

Agregado Familiar	1 adulto 2 adultos 2 adultos + 1 criança 2 adultos + 2 ou mais crianças 1 adulto + 1 criança Outro	(United Nations, 2017)
Status de Emprego	Empregado/Desempregado Reformado Privado/Público Dependente/Independente Outro tipo de trabalho	(United Nations, 2017), (Azeem , Mugerá, Schilizzi, & Siddique, 2017)
Rendimento	Empréstimos Venda de pertences Rendimento suficiente para sobreviver	(Bluhm, Dräbing, Hilger, & Neubourg, 2010), (Coromaldi & Zoli, 2012)
Capacidade de Manutenção	Atrasos nas contas Capacidade de proporcionar refeições ao agregado familiar Capacidade de enfrentar despesas inesperadas Capacidade de suportar as despesas Possibilidade de manter a habitação com temperatura adequada Possibilidade de suportar o encargo financeiro do custo total de habitação	(Coromaldi & Zoli, 2012)

	Capacidade de comprar vestuário necessário Possibilidade de despende dinheiro em saúde Possibilidade de despende dinheiro na educação Possibilidade de despende dinheiro em transportes Capacidade de suportar impostos	
Educação	Inscrição no ensino primário (crianças entre os 6 e 12 anos) Nível de educação	(Bluhm, Dräbing, Hilger, & Neubourg, 2010)
Água/Saneamento	Acesso a água corrente Tipo de latrina interna/externa Posse de banheira/duche Acesso a água quente	(Bluhm, Dräbing, Hilger, & Neubourg, 2010), (Coromaldi & Zoli, 2012)
Habitação	Ambiente residencial Superlotação (3 ou mais pessoas num quarto) Electricidade Tipo de Habitação Telhado apropriado Humidade	(Bluhm, Dräbing, Hilger, & Neubourg, 2010), (Azeem , Mugera, Schilizzi, & Siddique , 2017), (Coromaldi & Zoli, 2012)
Região da Habitação	Urbana/Rural	(United Nations, 2017)

Outras questões relativas à habitação	Problemas de Ruído Poluição Criminalidade	(Coromaldi & Zoli, 2012)
Acesso aos Mercados	Acesso ao mercado Acesso aos serviços de saúde Acesso a infraestruturas	(Bluhm, Dräbing, Hilger, & Neubourg, 2010)
Estado de Saúde	Estado de Saúde em Geral Doença crónica Limitação em realizar actividades devido a problema de saúde Incapacidade de obter emprego devido a problema de saúde	(United Nations, 2017), (Coromaldi & Zoli, 2012)
Social	Participação Social	(United Nations, 2017)
Privação de Materiais/Consumo	Posse de telemóvel/telefone Acesso à internet Posse de computador Posse de carro Posse de televisão Posse de eletrodomésticos essenciais	(United Nations, 2017), (Coromaldi & Zoli, 2012)

Tabela 4: Apuramento das variáveis parte I

Fonte: Própria

Com base na informação da tabela e para a realização de uma análise qualitativa exploratória, foi elaborado um questionário que serviu de suporte para entrevistas, com o objectivo de perceber em que medida as variáveis (razões) apontadas pelos autores são

relevantes e/ou importantes na área da Grande Lisboa e se existem outras, além daquelas que por eles foram mencionadas, considerando que as pessoas entrevistadas são especialistas neste tema, de acordo com o seu conhecimento profissional.

As entrevistas foram feitas de modo presencial, desloquei-me às diferentes instituições e falei com especialistas (assistentes sociais, colaboradores dentro da acção social, responsáveis por instituições, profissionais que lidam com as necessidades alheias, entre outros), tendo como ferramenta o questionário, deram a sua opinião sobre as variáveis, fizeram críticas construtivas e indicaram novas variáveis que não constavam no questionário. Esta apreciação foi imprescindível no processo de afinação e melhoramento do questionário, pois houve a oportunidade de o submeter a outra perspectiva mais realista.

O questionário contém cerca de 48 perguntas, com as diversas variáveis apontadas pelos autores, como forma de responder, foi utilizada uma escala linear de 1 a 5, considerando que o número 1 correspondia ao “Discordo Completamente” e o número 5 ao “Concordo Plenamente”, tal como mencionado no questionário, sendo que estas questões não eram de carácter obrigatório, pois a ausência de resposta foi assumida como “não sei, não respondo” de acordo com os entrevistados. Além das 48 perguntas de resposta fechada, o questionário apresentava no final uma pergunta de resposta aberta, de carácter obrigatório, que tinha como objectivo apurar 5 razões (variáveis) mais importantes que contribuem para a pobreza em Lisboa, na opinião do entrevistado, tendo ou não sido anteriormente mencionadas no questionário.

Goode & Hatt (1972) afirmam que a verificação empírica, ou seja a realização de um pré-teste, é um ensaio geral que pode ultrapassar os pensamentos mais lógicos. Pode ser feita antes do questionário estar completamente elaborado e tem como objectivo prever alguns problemas ou dúvidas e garantir o aumento de probabilidade de sucesso do estudo.

Assim foram realizadas um total de 10 entrevistas, com profissionais de diferentes instituições, contei com a contribuição da Santa Casa da Misericórdia de Almada, EMAÚS de Caneças, Câmara Municipal de Lisboa, Ares do Pinhal - Quinta do Lavrado, Junta de Freguesia de Agualva e Mira Sintra, Santa Casa da Misericórdia de Sintra e Entrajuda.

Após a realização das entrevistas, foi feita uma análise aos resultados obtidos, nomeadamente nas perguntas de resposta fechada, que consistiu na agregação de valores parecidos, 1-2 e 4-5, e na verificação da percentagem, assumindo que os valores somados que ultrapassaram os 50% em soma de respostas, decidiam a concordância ou discordância por parte dos entrevistados o que levou a descartar as variáveis que se concluíam em

discordância, porque de acordo com os entrevistados especialistas, as variáveis em questão não contribuíam para pobreza na área da Grande Lisboa.

No caso das percentagens de resposta serem iguais para 1-2 e 4-5 (incluindo ou não o 3), optou-se pela quantidade maior de respostas nos extremos 1 e 5, que levou à conclusão da concordância ou discordância.

Assim, numa segunda fase, foram apuradas as seguintes variáveis:

- Emprego/Desemprego;
- Ser aposentado (separado de “outro tipo de trabalho” passou a fazer mais sentido);
- Ter outro tipo de trabalho;
- Posse de rendimento necessário para sobreviver;
- Existência de atrasos de pagamento nas contas;
- Capacidade de proporcionar refeições ao agregado familiar;
- Capacidade de suportar as despesas;
- Capacidade de enfrentar despesas inesperadas;
- Possibilidade de manter a habitação com temperatura adequada;
- Possibilidade de suportar o encargo financeiro do custo total de habitação;
- Capacidade de comprar vestuário necessário;
- Possibilidade de despende dinheiro em saúde;
- Possibilidade de despende dinheiro na educação;
- Possibilidade de despende dinheiro em transportes;
- Capacidade de suportar impostos;
- Nível de educação;
- Acesso a água corrente;
- Tipo de latrina (interna/externa);
- Posse de banheira/duche;
- Acesso a água quente;
- Ambiente residencial;
- Superlotação na habitação (3 ou mais pessoas num quarto);
- Acesso à electricidade;
- Tipo de habitação;
- Posse de um telhado apropriado;
- Problemas de humidade na habitação;

- Grau de criminalidade na região da habitação;
- Acesso aos serviços de saúde;
- Acesso a infra-estruturas;
- Estado de saúde em geral;
- Ser portador de uma doença crónica;
- Existência de limitação em realizar actividades devido a um problema de saúde;
- Incapacidade de obter emprego devido a problema de saúde;
- Ter participação social;
- Posse de telemóvel/telefone;
- Acesso à internet;
- Posse de Computador;
- Posse de Carro;
- Posse de TV;
- Posse de electrodomésticos essenciais.

No que toca à pergunta aberta, foram recolhidas variáveis sugeridas pelos entrevistados, considerando uma análise de conteúdo. As novas razões que não foram mencionadas anteriormente são as seguintes:

- Idade;
- Emigração;
- Falta de coordenação entre entidades;
- Burocracia;
- Falta de acesso à habitação;
- Falta de acesso à cultura;
- Suporte familiar inexistente;
- Associativismo juvenil;
- Exclusão social;
- Princípios e valores do indivíduo;
- Transmissão intergeração da pobreza;
- Valores da sociedade.

Considerando que o público-alvo seria um pouco mais diversificado, sendo que não seriam apenas especialistas, foi feita uma adaptação da linguagem e vocabulário com objectivo do questionário ser acessível para todos os indivíduos.

De seguida, foi feita uma triagem em que foram identificadas apenas as variáveis que contribuem directamente para a pobreza em Lisboa, assim como foi feita uma nova pesquisa de modo a complementar o questionário. Pois, numa fase final não seria importante a caracterização de alguém que seja pobre, nem quais os critérios ou razões que contribuíram para tal estado, mas sim as variáveis que afectam de modo directo a cidade de Lisboa em geral. As variáveis que constam no questionário final, apresentam-se na seguinte tabela:

Dimensão	Variáveis	Autores
Idade	0-17 18-24 25-49 50-64 65+	(United Nations, 2017)
Agregado Familiar	1 adulto 2 adultos 2 adultos + 1 criança 2 adultos + 2 ou mais crianças 1 adulto + 1 criança Outro	(United Nations, 2017)
Educação	- Nível de educação (ensino obrigatório, licenciatura, mestrado...)	(Bluhm, Dräbing, Hilger, & Neubourg, 2010)
Ambiente	- Grau de criminalidade	(Coromaldi & Zoli, 2012)

Sistema Público	- Falta de coordenação entre entidades (segurança social, autoridade tributária...) - Burocracia - Falta de benefícios sociais	(Sugestões feitas por especialistas em entrevista) (da Costa, L., P. & Dias, J., G., 2015)
Social	- Associativismo juvenil (influência entre os jovens) - Exclusão Social - Princípios e Valores da Sociedade - Transmissão intergeracional da pobreza - Discriminação - Cultura - Desigualdade - Elevada Emigração - Poder dos ricos sob os pobres - Desintegração da família nuclear (pais e filhos) - Natalidade não programada	(Sugestões feitas por especialistas em entrevista) (Beca-Frei & Pablo, J., 2018) (da Costa, L., P. & Dias, J., G., 2015) (Babjáková J., Dzuka J. & Gresty J., 2019) (Almasaeed, S. & Al-Fawwaz, T., 2016) (Reyna, C. & Reparaz, M., 2014) (Committee on Ways and Means, 1996)
Governo	- Medidas Estatais	(Beca-Frei & Pablo, J., 2018)
Justiça	- Existência de falhas judiciais	(Davids, Y. D. & Gouws, A., 2013)
Economia	- Sistema Económico Nacional - Sistema Económico e Banca Mundial	(da Costa, L., P. & Dias, J., G., 2015) (Panadero, S., Pascual, J., 2010)

Política	- Sistema Político Nacional	(da Costa, L., P. & Dias, J., G., 2015)
Autoridade Tributária	- Tributação (pagamento de impostos)	(Panadero, S., Pascual, J., 2010)
Saúde	- Doença Crónica - Incapacidade	(Coromaldi & Zoli, 2012)
Habitação	- Custos inerentes à habitação	(Oliveira, 2012)

Tabela 5: Apuramento das variáveis parte II

Fonte: Própria

2.2 Perguntas de investigação

A realização desta dissertação tem como objectivo responder à seguinte e principal questão: “Como devem as organizações pensar estrategicamente ao nível da responsabilidade social corporativa, identificando áreas de actuação e, desta forma criarem valor à marca e accionistas?”. Ou seja, perceber como as organizações podem agregar valor de acordo com estratégias focadas em factores específicos no âmbito da RSC, considerando o modelo de *shared value*, assim como a averiguação de sugestões de implementação.

De acordo com Du & Luo (2015), cada vez mais nos nossos dias, os clientes são influenciados por questões éticas e morais e começam por refinar a sua decisão e opção de escolha por empresas que seguem os seus ideais, sobretudo no âmbito da responsabilidade social corporativa. Os autores afirmam que as empresas que apresentam uma estrutura sólida no que toca ao modelo de procedimentos e práticas de responsabilidade social corporativa, conseguem gerar mais valor em comparação às empresas que não apresentam qualquer indício neste âmbito.

Como parte do processo investigativo surgiram algumas questões, como:

- Como podem as empresas pensar e implementar estrategicamente ao nível de RSC?;

- Como identificar as áreas com maior necessidade de apoio em Lisboa?;
- Como podem a sociedade e as empresas tirar benefícios da sua relação?;
- Será que as empresas actuam ao nível da responsabilidade social corporativa no que realmente é necessário?.

O presente estudo tem como objectivo, responder ou ajudar a responder às questões supra citadas, o âmbito e a área da investigação passam por contextos e verificações semelhantes às conclusões que se podem realizar.

Capítulo III - Metodologia

A investigação passou por várias fases, primeiramente por uma análise descritiva, como já mencionado, feita com base em entrevistas que permitiram avaliar o conteúdo já descrito por outros autores. Após validação e melhoramento do questionário, este foi pré-testado com alguns indivíduos e, posteriormente, oficialmente aplicado às duas amostras pretendidas: "pobres" e "não pobres".

Em segundo, de acordo com as respostas obtidas, foi realizada uma interpretação dos dados recolhidos e uma análise factorial dos resultados (uma análise para cada amostra), como vai ser explicado neste parâmetro, que permitiram reduzir a dimensão para factores, sendo que estes são compostos por diferentes variáveis, foi possível realizar e comentar a análise de correlações entre variáveis e, posteriormente, entre factores.

Após verificação e estudo dos resultados, aplicaram-se questões no âmbito da responsabilidade social corporativa a algumas empresas para que fosse possível ter uma verdadeira noção da realidade, recolhendo *feedbacks* que permitissem avaliar os factores encontrados, assim como entender a perspectiva das empresas neste âmbito, de modo a possibilitar o ajustamento das estratégias com base nos resultados obtidos.

3.1 Método de recolha dos dados

Na primeira fase de recolha de dados, foi utilizado um questionário que contemplava um inquérito, que tinha como objectivo encontrar as variáveis que mais contribuem para a pobreza em Lisboa, com o intuito de prestar a informação verdadeira às empresas, que estão dispostas a apostar na responsabilidade social corporativa, de quais as áreas que realmente apresentam maior necessidade de auxílio e que estejam ligadas com a pobreza, considerando que esta é o problema com maior urgência de resolução (Nações Unidas, 2017).

Para tal efeito, o questionário recolhe opiniões de diferentes indivíduos que possam experienciar a pobreza ou que apenas tenham conhecimento sobre ela, de modo a apurar variáveis, que de acordo com a pesquisa paralela à dissertação, se verificou que não existia informação que indicasse tais variáveis.

Assim, as empresas poderão prestar todo o tipo de ajuda considerando o que na realidade efectivamente fará mais sentido, de modo a que o aproveitamento dos recursos seja máximo, assim como o sucesso da satisfação da área com necessidade em questão.

3.2 Justificação do Questionário

De acordo com Parasuraman (1991), um questionário é caracterizado como um conjunto de questões, com o objectivo de gerar resultados e dados que sejam apropriados a um determinado estudo. A construção de questionários não é considerada como uma tarefa fácil e simples, é necessário esforço e tempo, pois só um questionário bem elaborado e aplicado pode garantir significativamente a redução do erro. Para construir um questionário é necessário criar uma relação entre os seguintes pontos:

- 1 - O problema e os objectivos da pesquisa;
- 2 - As hipóteses da pesquisa;
- 3 - A população;
- 4 - Os métodos de análise de dados.

Após a realização do questionário por completo, através do *Google Forms*, que se encontra no anexo I, este foi validado por dez pessoas de forma aleatória, tendo sido feitas pequenas alterações, de modo a que a compreensão do mesmo fosse acessível e objectiva para os públicos-alvo. Assim o mesmo questionário foi aplicado aos dois públicos-alvo, aos "pobres" e aos "não pobres" mas através de dois *links* diferentes, que foram criteriosamente aplicados a cada amostra, tendo até estéticas diferentes, de modo a que os resultados apurados na recolha das respostas, fossem fidedignos e que correspondessem à amostra correcta.

3.3 Universo e Amostra - processo de amostragem

De modo a apurar as variáveis que mais contribuem para a pobreza em Lisboa, é necessário perceber com a população que habita a área da Grande Lisboa o que, na sua opinião, influencia ou contribui para criar ou agravar a pobreza em Lisboa.

É relevante obter opiniões de indivíduos, de forma mais genérica, que tenham conhecimento sobre o dia-a-dia em Lisboa, assim como indivíduos que efectivamente experienciam a pobreza, independentemente do âmbito, e que possam percepcionar por experiência própria o que realmente contribui para a pobreza. Assim, foram definidos dois públicos-alvo:

- Indivíduos “pobres”: pessoas que estejam inseridas numa classe inferior à classe baixa, que não tenham rendimento suficiente para sustentar a sua sobrevivência, que experienciam directamente a pobreza nos seus diferentes âmbitos.
- Indivíduos “não-pobres”: todas as pessoas que não estejam inseridas na classe anteriormente mencionada, sobretudo e principal foco em pessoas de classe baixa, classe média e classe média alta que tenham conhecimento sobre a pobreza em Lisboa.

3.4 Recolha de Dados e Aplicação do Questionário

Relativamente à recolha de respostas dos indivíduos não-pobres, foram distribuídos questionários através de diversos meios de comunicação *online* como *e-mail*, *Whatsapp*, *Instagram* e *Facebook* entre família, amigos e conhecidos que apresentavam as características/requisitos necessários para o estudo em questão, que por sua vez partilharam o *link* a pedido, de modo a que este chegasse a todos indivíduos que pertencem a seus círculos de amigos e familiares, chegando até a algumas extremidades.

No que toca, aos indivíduos considerados como pobres, o questionário também foi enviado a amigos que tinham como conhecidas pessoas que se enquadrassem nos parâmetros. Foram enviados diversos *e-mails* a instituições que lidam de alguma forma com a ação social no âmbito da pobreza, para que pudessem prestar auxílio na recolha de dados, visto terem contacto directo com pessoas, que apresentam maiores necessidades. A cooperação e ajuda de algumas instituições foi essencial na recolha de respostas deste

público-alvo, como as Irmãs do Roteiras que se disponibilizaram na partilha do questionário na sua instituição através da partilha do *link* do mesmo, assim como, a Entrajuda, visto que as pessoas que usufruem dos serviços encontram-se dentro das características pretendidas.

O Centro Social 6 de Maio GAS é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, que pertence à congregação das Irmãs Dominicanas Missionárias do Rosário, que disponibilizou um gabinete dentro da própria instituição de modo a que pudesse aplicar o questionário à população que usufrui dos seus serviços. Foi uma prática bastante benéfica à elaboração desta dissertação, pois além da recolha das respostas, foi possível ouvir a opinião dos indivíduos e as suas diferentes abordagens no que toca à pobreza em Lisboa.

De acordo com o testemunho da assistente social responsável pelo centro social, a instituição contribuiu para a eliminação de vários bairros degradantes como o 6 de Maio, Estrela de África, Fontainhas e Novas Fontainhas, através de diversas práticas como a inserção de crianças na creche e jardim-de-infância, a insistência de um centro comunitário que apoia vários projectos como a mediateca, alfabetização de adultos e tudo o que esteja relacionado com o apoio social. Este centro conta com apoio de várias empresas a diversos níveis, o que realmente se apresenta como um forte pilar para a subsistência do centro, no entanto, considerando que o centro recebe à volta de 30 pessoas por dia e que tem de momento cerca de 145 crianças à sua responsabilidade, de acordo com o testemunho, as empresas deveriam focar as suas práticas e estratégias ligadas ao centro, de forma diferente, pois existem áreas que apresentam uma maior necessidade de ajuda que outras. Assim a rentabilização dos recursos seria máxima, assim como, o seu direccionamento seria objectivamente adequado ao aproveitamento máximo, de modo a que o sucesso seja alcançado por ambas as partes.

3.5 Análise Estatística dos dados obtidos

Segundo Bartholomew (1984), a análise factorial é uma análise que se inclui na estatística, as primeiras etapas foram criadas por Charles Spearman e Karl Pearson através de vários trabalhos realizados no âmbito da análise factorial (Zeller e Carmines, 1980). Spearman (1904) chegou a testar a hipótese que diferentes raciocínios e técnicas, ao nível mental, podiam ser explicados e transparecidos num factor.

O objectivo da análise factorial é gerar factores subjacentes que não são observados de uma forma directa de variáveis que foram recolhidas por algum instrumento (King, 2010), ou seja, a principal função está na redução de variáveis para um número inferior de factores lógicos. Consideram-se factores como uma combinação linear de diferentes variáveis que foram observadas (Anderson et al, 2005).

A figura infra ilustra a relação entre variáveis directamente observadas e os seus respectivos factores:

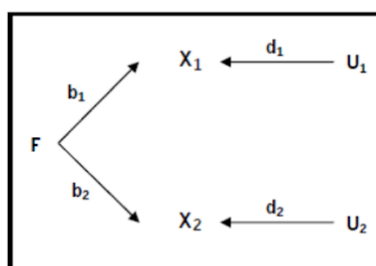


Figura 3: Modelo das vias para duas variáveis/modelo de um factor comum

Fonte: Asher (1983)

De acordo com a figura acima, considera-se que X_1 e X_2 são um exemplo de variáveis que foram directamente observadas, sendo que X_1 tem como base F e U_1 . X_2 foi causado por F e por U_2 . Assim F é comum às variáveis observadas, considerando-se como um factor. De outro modo, U_1 e U_2 são considerados factores únicos porque são específicos para X_1 e X_2 respectivamente (Asher, 1983).

De acordo com Kim e Mueller (1978), a análise factorial supõe que as diversas variáveis observadas são combinações de modo linear de variáveis-fonte subjacentes, que se consideram como factores, sendo não observáveis, mas encontradas através de uma análise estatística.

Existem duas modalidades de análise factorial, a análise factorial exploratória e a análise factorial confirmatória. A primeira é usada em fases primárias de um estudo, com o objectivo de exploração dos dados de modo a que a encontrar correlações, também pode ser usada na criação de variáveis dependentes ou independentes. A segunda é usada essencialmente para testar hipóteses, ou seja, em que medida determinadas variáveis são representativas de uma dimensão e/ou conceito (Tabachnick e Fidell, 2007).

Nesta dissertação será utilizada a análise factorial confirmatória, com intuito de encontrar factores que indicam, segundo a recolha de dados, o que mais contribui para a pobreza em Lisboa, de modo a que as empresas possam repensar a sua estratégia ao nível da responsabilidade social.

Foram identificadas correlações entre as variáveis, como entre os factores obtidos, com base no coeficiente de correlação de Pearson, a origem do coeficiente remonta um trabalho entre Karl Pearson e Francis Galton (Stanton, 2001). A correlação é uma medida com duas variáveis que remete para o grau de força do relacionamento entre ambas (Garson, 2009). De acordo com Moore (2007), a correlação tem como objectivo a mensuração da direcção e o grau da relação linear entre duas variáveis quantitativas. O coeficiente de correlação de Pearson traduz-se na seguinte equação:

$$r = \frac{1}{n-1} \sum \left(\frac{x_i - \bar{X}}{sx} \right) \left(\frac{y_i - \bar{Y}}{sy} \right)$$

Figura 4: Equação coeficiente de correlação de Pearson

Fonte: Moore (2007)

De forma estatística, duas variáveis associam-se consoante as suas semelhanças na distribuição da sua pontuação/valor, podem se associar de acordo com a distribuição das frequências ou da sua variância. A correlação de Pearson (r) é uma medida da variância partilhada entre duas variáveis, sendo que com o valor 1 estão fortemente relacionadas de forma directa, -1 fortemente relacionadas de forma inversa e com o valor 0 assume-se que não existe qualquer correlação (Moore, 2007).

Relativamente à fiabilidade, optou-se pelo alfa de Cronbach, em 1951, Lee J. Cronbach apresentou o coeficiente alfa de Cronbach com o objectivo de conferir a fiabilidade de questionário que foi aplicado a uma determinada amostra. Ou seja, o alfa mensura a correlação das respostas através de uma análise de perfil das respostas dadas pelos diferentes inquiridos. O coeficiente α é calculado a partir da variância em termos individuais e da variância da soma dos termos de cada avaliador. Esta resolução é feita através da seguinte equação:

$$\alpha = \left(\frac{k}{k-1} \right) \times \left(1 - \frac{\sum_{i=1}^k s_i^2}{s_t^2} \right)$$

Figura 5: Equação do coeficiente alfa de Cronbach

Fonte: Cronbach (2004)

Sendo que:

- k número de itens do questionário;
- s_i^2 variância de cada item;
- s^2 variância total do questionário (soma de todas as variâncias).

Avaliadores	Itens						Total
	1	2	...	i	...	k	
1	X ₁₁	X ₁₂	...	X _{1i}	...	X _{1k}	X ₁
2	X ₂₁	X ₂₂	...	X _{2i}	...	X _{2k}	X ₂
⋮	⋮	⋮	⋮	⋮	⋮	⋮	⋮
p	X _{p1}	X _{p2}	...	X _{pi}	...	X _{pk}	X _p
⋮	⋮	⋮	⋮	⋮	⋮	⋮	⋮
n	X _{n1}	X _{n2}	...	X _{ni}	...	X _{nk}	X _n
	s ₁ ²	s ₂ ²	...	s _n ²	...	s _k ²	s _t ²

Figura 6: Cálculo do alfa com base nos dados de questionário

Fonte: Adaptação de Cronbach (2004)

A tabela supra demonstra como o coeficiente é calculado, em que cada coluna corresponde a um item, a linha ao avaliador e encontro de ambas (X_{nk}). De acordo com Gil (2002), cada item deve estar relacionado com apenas uma ideia, sendo que cada item deverá ter a sua própria ideia com a consideração que devem ser independentes. Quando as respostas aos itens se comportam de maneiras semelhantes, conclui-se que um item explica o outro.

3.6 Verificação com as empresas

Após a realização da análise factorial, foram obtidos diversos factores, que por si só já são um agrupamento de variáveis, tendo sido feito uma redução da dimensão. Estes factores indicam, com base neste estudo, o que mais contribui para a pobreza em Lisboa.

Deste modo, foi feita uma verificação com as empresas para tentar perceber se esta investigação realmente faz sentido, de uma forma realista, no que toca a ajudar as empresas a pensar estrategicamente a responsabilidade social, de modo a que haja maximização de recursos e sucesso. Para tal efeito, foi pedido a diversas empresas, que de algum modo tenham actuação em Lisboa, com diferentes *core business* que respondessem às seguintes questões:

- 1- A vossa empresa tem alguma prática e/ou estratégia de responsabilidade social corporativa?;
- 2- De que maneira a vossa empresa actua na área de responsabilidade social (medidas, focos, áreas, temas...)?;
- 3- Os factores acima mencionados, podem ajudar a tomar decisões e aplicar estratégias ao nível da RSC de um modo mais focado naquilo que realmente é necessário?.

Algumas recolhas de respostas, foram feitas através de *e-mail* e outras de forma presencial, tendo sempre havido uma explicação em geral do conteúdo da dissertação, assim como, a identificação dos diversos factores.

Capítulo IV - Análise e Discussão de Resultados

4.1 Caracterização dos respondentes

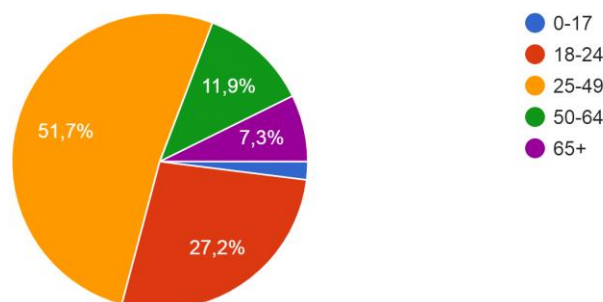
De acordo com a metodologia mencionada, foi feita uma análise de resultados a partir das respostas recolhidas que perfizeram um total de 253, sendo que 151 respostas pertencem à amostra de indivíduos "não pobres" e 102 respostas pertencem à amostra de indivíduos "pobres".

Idade

Relativamente à idade, verificou-se que na amostra de indivíduos “não pobres” cerca de 78 indivíduos (51,7%) tinham idades entre os 25 e 49 anos, 41 indivíduos (27,2%) tinham idades entre 18 e 24 anos, 18 indivíduos (11,9%) com idades entre os 50 e os 64 anos, cerca de 11 indivíduos (7,5%) com mais de 65 anos e, por fim, apenas 3 indivíduos (2%) tinham idade inferior a 18 anos.

Qual é a sua idade?

151 respostas



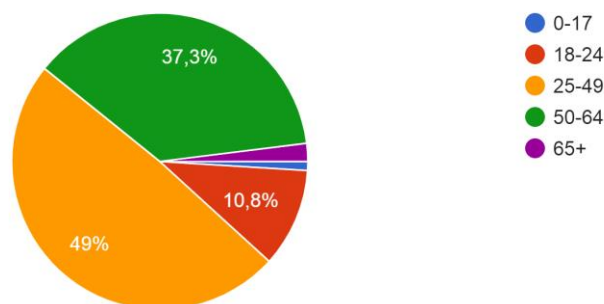
Quadro 1: Distribuição da amostra de “não pobres” consoante a idade

Fonte: Própria (*google forms*)

No que toca às idades presentes na amostra de “pobres”, aferiu-se que cerca de 50 indivíduos (49%) compreendiam idades entre os 25 e os 49 anos, 38 indivíduos (37,3%) tinham idades entre os 50 e 64 anos, 11 indivíduos (10,8%) tinham idades entre os 18 e 24 anos, 2 indivíduos (2%) com mais de 65 anos e apenas 1 indivíduo (1%) com idade inferior a 18 anos.

Qual é a sua idade?

102 respostas



Quadro 2: Distribuição da amostra de “pobres” consoante a idade

Fonte: Própria (google forms)

Agregado Familiar

Quanto ao agregado familiar da amostra “não pobres”, demonstrou-se que cerca de 57 indivíduos (37,5%) apresentam um agregado familiar de 2 adultos, 23 indivíduos (15,1%) de 1 adulto, 22 indivíduos (14,5%) de 2 adultos e 1 criança, 19 indivíduos (12,5%) de 2 adultos e 2 ou mais crianças, 14 indivíduos (9,1%) de 3 adultos, 7 indivíduos (4,6%) de 4 adultos, 4 indivíduos (2,6%) de 1 adulto e 1 criança, 3 indivíduos (2,1%) de 3 adultos e uma criança, 2 indivíduos (1,4%) de 6 adultos, 1 indivíduo (0,7%) de 2 adultos e 2 crianças e, por último, 1 indivíduo (0,7%) de 1 adulto e 2 crianças.

Agregado Familiar	Frequência	Percentagem
2 adultos	57	37,5%
1 adulto	23	15,1%
2 adultos + 1 criança	22	14,5%
2 adultos + 2 ou mais crianças	19	12,5%
3 adultos	14	9,1%
4 adultos	7	4,6%
1 adulto + 1 criança	4	2,6%

3 adultos + 1 criança	3	2,1%
6 adultos	2	1,4%
2 adultos + 2 crianças	1	0,7%
1 adulto + 2 crianças	1	0,7%

Tabela 6: Distribuição da amostra “não pobres” consoante o agregado familiar

Fonte: Própria

Em relação ao agregado familiar da amostra “pobres”, verificou-se que cerca de 46 indivíduos (41,5%) apresentam um agregado familiar de 2 adultos e 2 ou mais crianças, 14 indivíduos (13,7%) de 1 adulto e 1 criança, 10 indivíduos (9,8%) de 2 adultos e 1 criança, 8 indivíduos (7,8%) de 2 adultos, 7 indivíduos de 1 adulto (6,9%), 5 indivíduos (4,9%) de 1 adulto e 2 crianças, 2 indivíduos (2%) de 3 adultos e 2 crianças, 2 indivíduos (2%) de 3 adultos, 2 indivíduos (2%) de 3 adultos e 1 criança, 2 indivíduos (2%) de 4 adultos e 1 criança, 2 indivíduos (2%) de 4 adultos, 1 indivíduo (1%) de 4 adultos e 1 criança, 1 indivíduo (1%) de 1 adulto e 3 crianças e, por fim, 1 indivíduo (1%) de 5 adultos.

Agregado Familiar	Frequência	Percentagem
2 adultos + 2 ou mais crianças	46	41,5%
1 adulto + 1 criança	14	13,7%
2 adultos + 1 criança	10	9,8%
2 adultos	8	7,8%
1 adulto	7	6,9%
1 adulto + 2 crianças	5	4,9%
3 adultos + 2 crianças	2	2%
3 adultos	2	2%
3 adultos + 1 criança	2	2%
4 adultos + 1 criança	2	2%
4 adultos	2	2%

4 adultos + 1 criança	1	1%
1 adulto + 3 crianças	1	1%
5 adultos	1	1%

Tabela 7: Distribuição da amostra “pobres” consoante o agregado familiar

Fonte: Própria

4.2 Análise das médias

Foi feita uma análise das médias das respostas do questionário de ambas as amostras, com o objectivo de perceber quais as variáveis que apresentam uma média maior e menor no que toca à influência e contribuição da pobreza em Lisboa.

Seguem-se tabelas com os dados das respostas, para as ambas amostras, que permitem observar não só as médias, mas como o número de respostas nos diferentes parâmetros e respectiva percentagem.

Amostra “não pobres”

	1	2	3	4	5	Média
Desemprego	0	0	8 (5,3%)	23 (15,1%)	119 (78,3%)	4,68
Nível Salarial	0	2 (1,3%)	17 (11,2%)	37 (24,3%)	96 (63,2%)	4,49
Falta de oportunidade de emprego	0	3 (2%)	17 (11,2%)	55 (36,2%)	76 (50%)	4,32
Nível de educação	19 (12,5%)	25 (16,4%)	42 (27,6%)	41 (27%)	25 (16,4%)	3,18
Grau de criminalidade	12 (7,9%)	26 (17,1%)	33 (21,7%)	38 (25%)	43 (28,3%)	3,53
Falta de coordenação entre entidades públicas	5 (3,3%)	12 (7,9%)	32 (21,1%)	55 (36,2%)	48 (31,6%)	3,85

Burocracia	1 (0,7%)	8 (5,3%)	44 (28,9%)	54 (35,5%)	45 (29,6%)	3,88
Falta de benefícios sociais	4 (2,6%)	8 (5,3%)	40 (26,3%)	61 (40,1%)	39 (25,7%)	3,80
Associativismo juvenil	53 (34,9%)	28 (18,4%)	40 (26,3%)	14 (9,2%)	17 (11,2%)	2,43
Exclusão social	1 (0,7%)	8 (5,3%)	22 (14,5%)	57 (37,5%)	64 (42,1%)	4,15
Princípios e valores da sociedade	6 (3,9%)	13 (8,6%)	50 (32,9%)	48 (31,6%)	35 (23%)	3,61
Transmissão de pobreza intergeracional	5 (3,3%)	17 (11,2%)	36 (23,7%)	48 (31,6%)	46 (30,3%)	3,74
Discriminação	6 (3,9%)	6 (3,9%)	29 (19,1%)	53 (34,9%)	58 (38,2%)	3,99
Tipo de cultura	22 (14,5%)	29 (19,1%)	41 (27%)	32 (21,1%)	28 (18,4%)	3,10
Desigualdade	0	5 (3,3%)	25 (16,4%)	62 (40,8%)	60 (39,5%)	4,16
Elevada imigração	23 (15,1%)	28 (18,4%)	45 (29,6%)	30 (19,7%)	26 (17,1%)	3,05
Poder dos ricos sob os pobres	2 (1,3%)	12 (7,9%)	26 (17,1%)	49 (32,2%)	63 (41,4%)	4,05
Desintegração da família nuclear	17 (11,2%)	23 (15,1%)	52 (34,2%)	33 (21,7%)	27 (17,8%)	3,20
Natalidade não programada	15 (9,9%)	22 (14,5%)	43 (28,3%)	45 (29,6%)	27 (17,8%)	3,31
Medidas estatais	4 (2,6%)	5 (3,3%)	54 (35,5%)	56 (36,8%)	33 (21,7%)	3,72
Falhas judiciais	8 (5,3%)	15 (9,9%)	41 (27%)	47 (30,9%)	41 (27%)	3,64
Sistema económico português	2 (1,3%)	15 (9,9%)	39 (25,7%)	55 (36,2%)	41 (27%)	3,78

Custos inerentes à habitação	4 (2,6%)	3 (2%)	14 (9,2%)	53 (34,9%)	78 (51,3%)	4,30
Doença crónica	13 (8,6%)	12 (7,9%)	33 (21,7%)	57 (37,5%)	37 (24,3%)	3,61
Incapacidade física	9 (5,9%)	13 (8,6%)	36 (23,7%)	56 (36,8%)	38 (25%)	3,66
Sistema económico e banca mundial	3 (2%)	6 (3,9%)	27 (17,8%)	54 (35,5%)	62 (40,8%)	4,09
Tributação portuguesa	6 (3,9%)	10 (6,6%)	31 (20,4%)	51 (33,6%)	54 (35,5%)	3,90

Tabela 8: Análise descritiva da amostra “não pobres”

Fonte: Própria

De acordo com a tabela supra, podemos verificar que a variável que apresenta uma média maior é o desemprego com 4,68 e uma média menor é o associativismo juvenil com 2,43. Estes valores indicam que na opinião das pessoas que têm conhecimento sobre a pobreza e Lisboa, em média o desemprego é o que mais contribui para a pobreza e o associativismo juvenil é o que contribui menos para a pobreza.

Amostra “Pobres”

	1	2	3	4	5	Média
Desemprego	1 (1%)	0	1 (1%)	17 (16,7%)	83 (81,4%)	4,76
Nível Salarial	0	1 (1%)	12 (11,8%)	33 (32,1%)	56 (54,9%)	4,41
Falta de oportunidade de emprego	2 (2%)	1 (1%)	1 (14,7%)	33 (32,4%)	51 (50%)	4,27
Nível de educação	3 (2,9%)	(1%)	20 (19,6%)	34 (33,3%)	44 (43,1%)	4,13

Grau de criminalidade	3 (2,9%)	0	16 (15,7%)	22 (21,6%%)	61 (59,8%)	4,35
Falta de coordenação entre entidades públicas	4 (3,9%)	2 (2%)	18 (17,6%)	31 (30,4%)	47 (46,1%)	4,13
Burocracia	4 (3,9%)	2 (2%)	15 (14,7%)	29 (28,4%)	52 (51%)	4,21
Falta de benefícios sociais	5 (4,9%)	5 (4,9%)	15 (14,7%)	28 (27,5%)	49 (48%)	4,09
Associativismo juvenil	3 (2,9%)	6 (5,9%)	18 (17,6%)	28 (27,5%)	47 (46,1%)	4,08
Exclusão social	1 (1%)	1 (1%)	8 (7,8%)	35 (34,3%)	57 (55,9%)	4,43
Princípios e valores da sociedade	4 (3,9%)	0	15 (14,7%)	40 (39,2%)	43 (42,2%)	4,16
Transmissão de pobreza intergeracional	4 (3,9%)	0	13 (12,7%)	30 (29,4%)	55 (53,9%)	4,29
Discriminação	0	0	19 (18,6%)	32 (31,4%)	51 (50%)	4,31
Tipo de cultura	7 (6,9%)	4 (3,9%)	15 (14,7%)	30 (29,4%)	46 (45,1%)	3,98
Desigualdade	2 (2%)	1 (1%)	12 (11,8%)	32 (31,4%)	55 (53,9%)	4,34
Elevada imigração	4 (3,9%)	1 (1%)	14 (13,7%)	31 (30,4%)	52 (51%)	4,24
Poder dos ricos sob os pobres	3 (2,9%)	1 (1%)	15 (14,7%)	32 (31,4%)	51 (50%)	4,25
Desintegração da família nuclear	2 (2%)	1 (1%)	23 (22,5%)	32 (31,4%)	44 (43,1%)	4,13
Natalidade não programada	2 (2%)	4 (3,9%)	11 (10,8%)	32 (31,4%)	53 (52%)	4,28
Medidas estatais	1 (1%)	1 (1%)	17 (16,7%)	34 (33,3%)	49 (48%)	4,27

Falhas judiciais	3 (2,9%)	3 (2,9%)	19 (18,6%)	34 (33,3%)	43 (42,2%)	4,09
Sistema económico português	1 (1%)	4 (3,9%)	21 (20,6%)	32 (31,4%)	44 (43,1%)	4,12
Custos inerentes à habitação	0	1 (1%)	12 (11,8%)	29 (28,4%)	60 (58,8%)	4,45
Doença crónica	3 (2,9%)	0	9 (8,8%)	39 (39,2%)	51 (50%)	4,32
Incapacidade física	3 (2,9%)	1 (1%)	7 (6,9%)	39 (38,2%)	52 (51%)	4,33
Sistema económico e banca mundial	3 (2,9%)	2 (2%)	12 (11,8%)	36 (35,3%)	49 (48%)	4,24
Tributação portuguesa	1 (1%)	2 (2%)	8 (7,8%)	26 (25,5%)	65 (63,7%)	4,29

Tabela 9: Análise descritiva da amostra “pobres”

Fonte: Própria

De acordo com a tabela acima, podemos concluir que a variável que apresenta uma média maior é, também, o desemprego com 4,76, e uma média menor é o tipo de cultura com 3,98. Estes valores indicam que na opinião das pessoas que experienciam de certa forma a pobreza, em Lisboa, em média o desemprego é o que mais contribui para a pobreza e o tipo de cultura é o que contribui menos para a pobreza.

4.3 Análise fatorial e análise de fiabilidade

Com base na matriz componente rotativa, foi possível perceber quais as variáveis que se agrupavam entre si, considerando o valor mais alto que tinham em cada factor. Para tal, foi utilizado o programa SPSS que permitiu a obtenção dos resultados pretendidos dentro dos parâmetros. Nos anexos seguem todos os dados referentes a este estudo.

Os testes KMO e Bartlett apresentam-se pois, de acordo com os valores apresentados, conseguem validar a realização de uma análise factorial, tanto para a amostra de “não pobres”, como para a amostra “pobres”.

No cálculo da variância total explicada, foram considerados apenas 5 factores, apesar de 7 terem mais que um, de modo a que os dados fizessem sentido sem existir erros consideráveis.

4.3.1 Factores da amostra “não pobres”

Factor Macroeconómico

Este factor é composto pelas seguintes variáveis e respectivos valores altos, que determinaram a alocação neste conjunto: sistema económico português (0,768), tributação portuguesa (0,712), elevada imigração (0,599), falta de coordenação entre entidades públicas (0,586), grau de criminalidade (0,534) e a falta de benefícios sociais (0,429).

O factor foi denominado como “macroeconómico” pois as variáveis encontram-se ligadas com a economia e com sistemas que sejam necessários e relacionados com o tema, como a tributação portuguesa, a coordenação entre as entidades públicas e a falta de benefícios sociais. No que toca à imigração e criminalidade, estas são variáveis que acabam por ser afectadas pela macroeconomia, pois esta é responsável pela produção, distribuição e consumo de bens e serviços.

Uma relação entre o crescimento económico e a garantia de progresso dos indicadores de bem-estar, pode-se notar de forma positiva, dentro do ambiente macroeconómico e considerando que a desigualdade e pobreza têm a possibilidade de serem reduzidas. Ou seja, indicadores de desigualdade e de pobreza, que são responsáveis pela mensuração dos níveis de padrão de vida da população, são afectados de forma directa pelos choques macroeconómicos, ocorrendo de forma diferente entre os diversos grupos de agentes e os sectores da economia (Jayme Jr. et al, 2011).

De acordo com Singer (2004), o combate à pobreza requer o desenvolvimento da economia das comunidades, de modo a que em conjunto, seja possível beneficiar todos os indivíduos. Conforme Rodrigues (2012), o impacto da política fiscal afecta significativamente a desigualdade social, que está intimamente ligada à pobreza.

Relativamente à elevada emigração, um imigrante não é por si só um indicador de exclusão social na sociedade, mas sim um conjunto de diversas circunstâncias que afectam

e que fazem com que estas pessoas se categorizem como mais vulneráveis, destacam-se alguns factos que, grande parte não possui qualificações, ou pelo menos, com as que têm, não conseguem colocar-se no mercado de emprego, que depois tendem a ocupar os segmentos de menor qualidade, que por sua vez, tendem mais facilmente para a pobreza (Capucha, 2004).

Considera-se que a distribuição espacial da pobreza coincide sistematicamente com a criminalidade, ambos os conceitos estão fortemente ligados, no entanto não é a pobreza em si que gera criminalidade, pois existem zonas territoriais, como algumas aldeias, que são pobres mas que a criminalidade é praticamente nula, mas sim a densidade da pobreza que pode originar um desenvolvimento de marginalidade (Coelho, 1978).

Tudo o que esteja associado a políticas sociais assentes em condição de recursos e que tenham como objectivo o combate à pobreza e exclusão social, apresentam um impacto bastante positivo no que toca à pobreza em Portugal (Rodrigues, 2012). Portugal apresenta um fraco nível de eficácia nas prestações sociais na redução da desigualdade de rendimentos e da pobreza.

Este factor, no que toca ao resumo de processamento do caso, assumiu todas as respostas na realização dos resultados e apresentou um alfa de Cronbach de 0,788 o que confere fiabilidade a este factor.

Factor Sociedade/Social

Este factor é composto pelas seguintes variáveis e respectivos valores altos, que determinaram a alocação neste conjunto: discriminação (0,675), desigualdade na sociedade (0,618), exclusão social (0,617), sistema económico e banca mundial (0,603), poder dos ricos sob os pobres (0,588) e os custos inerentes à habitação (0,534).

O factor denominou-se como “sociedade/social” pois o factor tem como base variáveis que são relacionadas com as relações sociais de um indivíduo, como a exclusão e discriminação, outras que estão intimamente ligadas com o funcionamento, como o sistema económico e banca mundial, os custos inerentes à habitação e o comportamento da sociedade, como o poder dos ricos sob os pobres e a desigualdade.

Assim, considera-se que o factor social no contemporâneo emerge com a evidência do pauperismo resultante e/ou das relações que estão ligadas ao capitalismo (Engels, 1845 & Marx, 1867).

Considera-se exclusão social como uma realidade multidimensional (económica, social e política), processual, com carácter cumulativo e estrutural, que resulta de quebras algo sucessivas de laços sociais, sofridas por alguns indivíduos, que se colocam fora dos recursos e valores dominantes na sociedade (Capucha, 2004)

A discriminação tem como base preconceitos sobre as capacidades ou potencialidades de um indivíduo, que normalmente chocam com orientações culturais e algumas disposições pessoais marcadas pela motivação para a integração nas estruturas correntes da sociedade e no mercado. A discriminação pode originar exclusão social, normalmente está associada, nem que seja pela dificuldade extra que se pode adquirir no alcance de objectivos semelhantes.

Para a obtenção de resultados relacionados com este factor foram consideradas todas as respostas, que se pode verificar através da tabela de resumo de processamento do caso. Relativamente à fiabilidade, o alfa de Cronbach é de 0,8, o que se considera como positivo.

Factor Organização política e Medidas Estatais

Este factor é composto pelas seguintes variáveis e respectivos valores altos, que determinaram a alocação neste conjunto: falta de oportunidade de emprego (0,770), desemprego (0,673), burocracia (0,577), nível salarial (0,535), falhas judiciais (0,495) e as medidas estatais (0,481).

Atribui-se o nome de “organização política e medidas estatais” porque o conjunto de variáveis incide neste tema, pois o estado consegue influenciar cada uma delas de forma directa, que por sua vez, pode influenciar a pobreza de um indivíduo.

O estado assume um papel arbitral no que toca à consignação do acesso às oportunidades e a elevados padrões de qualidade de vida, assim da regulação das relações ao nível do emprego, sobretudo em processos institucionalizados, aquando de uma negociação e gestão de conflitos (Mozzicafreddo, 2000).

Relativamente ao aumento da procura global efectiva, o estado e as suas medidas apresentam um papel extremamente relevante no sistema económico (Mozzicafreddo, 2000). O estado, além de entidade reguladora, é fornecedor de serviços aos cidadãos pelas políticas sociais, como também, das empresas pelo investimento que nelas é aplicado, a

dinamização do emprego, pelo aumento do consumo e pela participação na investigação tanto científica como tecnológica.

De acordo com Capucha (2004), é necessário criar políticas que tenham como objectivo o acesso de cada pessoa a uma habitação decente e salubre, bem como, a todos os serviços considerados como essenciais.

De acordo com o resumo de processamento do caso, conclui-se que não existiu qualquer exclusão de respostas. Este factor apresenta um alfa de Cronbach de 0,777, ou seja, é considerado como fiável.

Factor Associação Familiar e Cultural

Este factor é composto pelas seguintes variáveis e respectivos valores altos, que determinaram a alocação neste conjunto: associativismo juvenil (0,787), tipo de cultura (0,637), transmissão de pobreza entre gerações (0,540), princípios e valores da sociedade (0,522), nível de educação (0,483) e a desintegração da família nuclear (0,534).

Denominou-se este factor como “associação familiar e cultural” porque as variáveis indicam esse sentido, ou seja, estão relacionadas com grupos e associativismo tanto ao nível do tipo de cultura, como das relações mais familiares.

Os estudos sobre pobreza devem considerar a cultura, pois assim torna-se possível entender melhor a causa da reacção das pessoas à pobreza e a maneira como resolvem/lidam com ela. A cultura pode-se definir como um conjunto de questões ao qual os estudantes da pobreza deveriam dar mais importância (Harding et al, 2011).

No entanto, pessoas igualmente pobres que vivem nos mesmos bairros de pobreza podem tomar rumos bastante diferentes no que toca à gravidez, estudos, participação social e crime. Existe uma variação significativa no comportamento, atitudes e nos resultados entre pessoas que vivem em condições aparentemente semelhantes. A concepção parsoniana de cultura é a mais comum dentro do tema da pobreza, assume que os valores da sociedade especificam os resultados aos quais o comportamento é direccionado (Harding et al, 2011).

A família é considerada como uma construção social, que se forma a partir de um conjunto de emoções e acções familiares, pessoais e culturais, construindo o universo do mundo familiar. É único para cada família, mas circula na sociedade com as diferentes interacções com o meio social. A família é a influência com mais poder para o

desenvolvimento do carácter e personalidade das pessoas, o que influencia e condiciona atitudes, chegando até serem semelhantes entre si (Petrini, 2003).

Relativamente à educação, o modo de funcionamento dos sistemas relacionados com a educação são cruciais para o abrandamento dos modos de produção e reprodução social da desigualdade e pobreza (Ferreira, 2005).

Este factor considerou todas as respostas, de acordo com o resumo de processamento do caso. Apresenta um alfa de Cronbach de 0,749, o que confere fiabilidade.

Factor Indicadores de Saúde

Este factor é composto pelas seguintes variáveis e respectivos valores altos, que determinaram a alocação neste conjunto: doença crónica (0,864), incapacidade física (0,857) e a natalidade não programada (0,465).

As 3 variáveis estão relacionadas com a saúde, a doença crónica e a incapacidade física com um impacto mais directo no estado físico do indivíduo e a natalidade de uma forma mais genérica. Todas as variáveis, de acordo com os resultados, podem contribuir para a pobreza em Lisboa.

Notam-se as desigualdades de saúde entre pessoas mais pobres e ricas, ocorrem tanto nos níveis de saúde e nutrição, como também no acesso aos serviços sociais e de saúde (Buss, 2007).

As pessoas que apresentam incapacidades, deficiências ou algum tipo de doenças são particularmente mais vulneráveis à pobreza, acumulam as limitações funcionais (físicas, sensoriais ou mentais), com a falta de respeito das consequências dessas limitações, com representações sociais negativas predominantes e ainda com barreiras à participação social. Nestas situações, com frequência, prevalece a exclusão em relação às oportunidades de educação, formação, emprego, constituição de família e a outros bens e serviços sociais, limitando a autonomia e a igualdade de oportunidades em relação aos restantes indivíduos. (Capucha, 2004).

Por vezes no sentido da pobreza, o controlo da natalidade é considerado como uma prioridade, uma vez que o crescimento demográfico numa zona territorial pobre não é benéfico, pois pode atrasar o crescimento económico e perpetuar a pobreza, com o

nascimento de uma criança que não foi esperada e que terá diversos custos associados (Konig, 2012).

De acordo com o resumo de processamento do caso, todas as respostas foram consideradas, sendo que o factor apresentou um alfa de Cronbach de 0,739, ou seja, é fiável.

4.3.2 Correlações entre as variáveis na amostra “não pobres”

De acordo com os resultados obtidos, verifica-se que as correlações entre variáveis mais fortes apresentadas e respectivos valores, são os seguintes:

- Desemprego & Falta de oportunidade de emprego (0,525);
- Nível salarial & Falta de oportunidade de emprego (0,468);
- Nível de educação & Associativismo juvenil (0,341);
- Grau de criminalidade & Sistema económico português (0,433);
- Falta de coordenação entre entidades públicas & Burocracia (0,552);
- Falta de benefícios sociais & Falta de coordenação entre entidades públicas (0,430);
- Associativismo juvenil & Princípios e valores da sociedade (0,474);
- Exclusão social & Desigualdade na sociedade (0,486);
- Transmissão de pobreza entre gerações & Discriminação (0,405);
- Discriminação & Exclusão Social (0,547);
- Tipo de cultura & Associativismo juvenil (0,419);
- Desigualdade na sociedade & Discriminação (0,544);
- Elevada imigração & Sistema económico português (0,491);
- Poder dos ricos sob os pobres & Exclusão social (0,369);
- Desintegração da família nuclear & Falhas judiciais (0,580);
- Natalidade não programada & Desintegração da família nuclear (0,541);
- Medidas estatais & Burocracia (0,455);
- Falhas judiciais & Tributação portuguesa (0,555);
- Sistema económico português & Tributação portuguesa (0,558);
- Custos inerentes à habitação & Incapacidade física (0,813)
- Doença crónica & Incapacidade física (0,813);
- Sistema económico e banca mundial & Elevada imigração (0,549);

- A tributação portuguesa & Custos inerentes à habitação (0,558).

Verifica-se que, de acordo com as respostas dadas da amostra “não pobres”, as variáveis apresentam maioritariamente correlações médias a fortes entre si, todas de modo positivo, sendo que as correlações com o valor mais alto apresentam-se entre as variáveis doença crónica/incapacidade física e custos inerentes à habitação/incapacidade física com um coeficiente de correlação de 0,813. As variáveis nível de educação e associativismo juvenil apresentam o valor mais baixo de correlação com um coeficiente de 0,341.

Considera-se que o nível de correlação pode estar relacionado com conteúdo e significado semelhantes e sobretudo com a tendência de evolução das variáveis. A correlação entre variáveis permite o melhor entendimento da redução da dimensão em factores.

4.3.3 Correlações entre factores na amostra “não pobres”

De acordo com os resultados obtidos, foi possível verificar o nível de correlação entre os factores, considerando a correlação de Pearson, sendo que apenas se seguem os valores de correlação mais altos (negativos e positivos):

- Macroeconómico (V2) & Associação familiar e cultural (V5) 0,467;
- Sociedade/Social (V3) & Indicadores de saúde (V6) 0,759;
- Organização política e medidas estatais (V4) & Indicadores de saúde (V6) 0,863;
- Associação familiar e cultural & Indicadores de saúde (V6) 0,906.

Entende-se que as correlações mais significativas entre factores, apresentam-se de modo positivo, todas as correlações apresentam um coeficiente que indica que as mesmas se consideram relativamente fortes, à excepção da correlação entre o factor macroeconómico e associação familiar e cultural com uma correlação média de 0,467. Indica que os factores encontram-se direccionados para uma evolução semelhante.

4.3.4 Factores da amostra “Pobres”

Factor Sociopolítico

Este factor é composto pelas seguintes variáveis e respectivos valores altos, que determinaram a alocação neste conjunto: falta de coordenação entre entidades públicas (0,482), burocracia (0,406), falta de benefícios sociais (0,406), associativismo juvenil (0,466), princípios e valores da sociedade (0,528), discriminação (0,750), desigualdade na sociedade (0,856), poder dos ricos sob os pobres (0,745) e falhas judiciais (0,573).

Denominou-se o factor como sociopolítico, pois este abrange tanto as áreas sociais, como medidas e acções que revelam o âmbito político, como a coordenação entre as diversas entidades públicas, falhas judiciais e a falta de benefícios sociais, sendo que as restantes incidem na componente social. É um factor externo ao indivíduo que tem uma influência muito grande no quotidiano.

De acordo com Reis & Schwatzman (2002) a perspectiva sociopolítica tem como intuito a abordagem de procedimentos políticos e sociais, num contexto de grupo ou até mesmo na sociedade. A interacção entre ambos os âmbitos acontece com frequência, é necessário por vezes discutir questões políticas do ponto de vista exclusivo das normas que regem as diversas agências responsáveis pela implementação das políticas governamentais, incidindo e considerando a sociedade com a usuária de tais implementações. Esta perspectiva apresenta um impacto enorme no quotidiano de cada cidadão pois as medidas influenciam directamente o nível de vida de cada um, sendo cruciais no que toca à diminuição da pobreza.

De acordo com o resumo de processamento do caso, foram consideradas todas as respostas do inquérito e com um nível de fiabilidade consideravelmente bom com o alfa de Cronbach de 0,835.

Factor Impacto no Rendimento

Este factor é composto pelas seguintes variáveis e respectivos valores altos que determinaram a alocação neste conjunto: falta de oportunidade de emprego (0,582), grau de

criminalidade (0,590), natalidade não programada (0,704), custos inerentes à habitação (0,543), incapacidade física (0,667) e tributação portuguesa (0,560).

Atribui-se o nome de “impacto no rendimento”, pois todas as variáveis influenciam o rendimento líquido de um indivíduo, de uma forma mais directa ou indirecta, sendo este imprescindível à sobrevivência de um indivíduo e que pode contribuir significativamente para a pobreza do mesmo.

De acordo com Ferreira (2015), a distribuição, a intensidade e a incidência dos rendimentos influencia directamente a severidade da pobreza. É necessário estudar o que realmente contribui para a pobreza para se poder definir melhor as políticas de actuação na redução da mesma, o foco não deverá ser apenas social, mas deve compatibilizar com causas relacionadas com o crescimento económico.

Além disso, supondo que os indivíduos têm como rendimento aqueles que provém de trabalho, espera-se que o impacto do desempenho macroeconómico sobre o seu bem-estar dependa das condições do mercado de trabalho referentes sobretudo ao rendimento (Jayme Jr. et al, 2011).

Todas as respostas foram consideradas para os resultados, de acordo com o resumo de processamento do caso, com fiabilidade, pois apresenta um alfa de Cronbach de 0,758.

Factor Influência da Economia

Este factor é composto pelas seguintes variáveis e respectivos valores altos que determinaram a alocação neste conjunto: sistema económico e banca mundial (0,697), medidas estatais (0,669) e sistema económico português (0,853). A variável doença crónica estava agregada a este conjunto de variáveis, no entanto decidiu-se que seria mais pertinente não estar presente neste grupo, porque o seu conceito não estava tão interligado quanto esperado, assim foi colocada no grupo do factor a seguir, considerando que era o factor que tinha a segunda pontuação mais alta.

Considerou-se este factor como a “influência da economia” pois todas as variáveis estão fortemente ligadas com a economia em geral, pois esta influencia de forma transversal toda a sociedade.

De acordo com Singer (2004) o combate à pobreza requer o desenvolvimento económico da sociedade, tanto ao nível da economia solidária, em que a maior parte dos

capitalistas decide financiar acções que beneficiem/diminuam a pobreza ou na mobilização da comunidade através de actividades económicas que visam melhorar como um todo a sociedade, através da implementação de diversas medidas que possam criar riqueza.

A economia pode influenciar a defesa contra a exclusão social e a queda na indigência, pois pode ser considerada como um motor para a produção social através de variadas formas de trabalho autónomo, individuais e colectivas.

Relativamente ao resumo de processamento do caso, todas as respostas dadas aos questionários foram consideradas para a formação deste factor. O nível de fiabilidade é bastante aceitável, pois este grupo apresenta um alfa de Cronbach de 0,788.

Factor Influência de Grupos

Este factor é composto pelas seguintes variáveis e respectivos valores altos que determinaram a alocação neste conjunto: desintegração da família nuclear (0,658), exclusão social (0,749), transmissão de pobreza entre gerações (0,548), tipo de cultura (0,453), elevada imigração (0,611) e doença crónica (0,298).

Denominou-se este factor como “influência de grupos” porque os comportamentos em grupo ou influenciados por um grupo podem originar algumas variáveis deste factor, tanto ao nível familiar, como ao nível da cultura. Assim como a existência de grupos pode influenciar/prejudicar algumas variáveis presentes como é o caso de um indivíduo com uma doença crónica que pode sentir exclusão social.

Fernandes (1995) considera que a tendência é excluir o indivíduo que é rejeitado de algum grupo/universo simbólico, com representações específicas e com um certo número de trocas essenciais e equilibradas. A identidade de um indivíduo pode ser transformada pela influência de grupos, esta pode estar fortemente ligada à tendência de desenvolvimento de vida tanto positiva, como negativa (no caso da pobreza).

Para tais resultados relacionados com este factor, considerou-se o resumo de processamento do caso, que indica que todas as respostas foram classificadas. De acordo com o alfa de Cronbach, os resultados apresentam fiabilidade com um valor de 0,733.

Factor Qualificação profissional

Este factor é composto pelas seguintes variáveis e respectivos valores altos, que determinaram a alocação neste conjunto: desemprego (0,647), nível salarial (0,772) e nível de educação (0,7).

Considerou-se este factor como “qualificação profissional” pois é directamente influenciado pelo nível de educação e pode influenciar tanto o desemprego, como o nível salarial.

Uma das grandes contribuições do desenvolvimento da qualificação profissional é gerar rendimentos e emprego, não só para os indivíduos incluídos nessas qualificações, como também para toda a sociedade. Se a qualificação profissional for bem sucedida, pode ser considerada como uma política muito importante para o combate à pobreza, já que inclui a tentativa de aumentar os rendimentos e a taxa de emprego, além disso, a qualificação profissional eleva a produtividade de um trabalhador (Andrade, Barros, & Perrelli, 1999).

De acordo com o resumo de processamento do caso, não existiu exclusão de respostas. O alfa de Cronbach surgiu abaixo dos 0,7 com um valor de 0,582, teoricamente não sendo considerados como fiáveis os resultados, no entanto o valor está bastante próximo do valor recomendado e foi a única situação no meio de diversos resultados, por isso foi considerado na mesma para efeitos do estudo.

4.3.5 Correlações entre as variáveis na amostra “pobres”

De acordo com os resultados obtidos, verifica-se que as correlações mais fortes apresentadas e respectivos valores, são as seguintes:

- Desemprego & Nível salarial (0,347);
- Falta de oportunidade de emprego & Incapacidade física (0,449);
- Nível de educação & Desigualdade na sociedade (0,407);
- Grau de criminalidade & Falhas judiciais (0,5);
- Falta de coordenação entre entidades públicas & Falta de benefícios sociais (0,527);
- Burocracia & Falta de coordenação entre entidades públicas (0,442);
- Associativismo juvenil & Princípios e valores da sociedade (0,533);

- Exclusão social & Falta de coordenação entre entidades públicas (0,507);
- Transmissão de pobreza entre gerações & Tipo de cultura (0,515);
- Discriminação & Poder dos ricos sob os pobres (0,476);
- Desigualdade na sociedade & Falhas judiciais (0,534);
- Elevada imigração & Incapacidade física (0,484);
- Poder dos ricos sob os pobres & Princípios e valores da sociedade (0,451);
- Desintegração da família nuclear & Elevada imigração (0,480);
- Natalidade não programada & Princípios e valores da sociedade (0,359);
- Medidas estatais & Sistema económico português (0,512);
- Falhas judiciais & Desigualdade na sociedade (0,534);
- Sistema económico português & Medidas estatais (0,512);
- Custos inerentes à habitação & Incapacidade física (0,404);
- Doença crónica & Sistema económico e banca mundial (0,509);
- Incapacidade física & Tributação portuguesa (0,590);
- Sistema económico e banca mundial & Sistema económico português (0,516).

De acordo com as respostas recolhidas da amostra “pobres”, verifica-se que todas as correlações apresentadas, entre variáveis, são positivas, com valores relativamente próximos, que indicam correlações médias. Verifica-se que as respostas associadas à amostra em questão podem ter sido relativamente semelhantes.

A correlação com o coeficiente de valor mais alto 0,59 acontece entre a incapacidade física e a tributação portuguesa, enquanto que o coeficiente de valor mais baixo 0,347 incide nas variáveis desemprego e nível salarial.

4.3.6 Correlações entre factores na amostra “pobres”

Considerando os resultados obtidos, foi possível obter os valores de correlação entre os factores, de acordo com a correlação de Pearson, sendo que apenas se seguem os valores de correlação mais altos (negativos e positivos):

- Sociopolítico (V2) & Qualificação profissional (V6) 0,6;
- Impacto no rendimento (V3) & Qualificação profissional (V6) -0,546;
- Influência da economia (V4) & Influência de grupos (V5) -0,251;

- Influência de grupos (V5) & Sociopolítico (V1) -0,503.

De acordo com os resultados apurados, verificou-se que, em comparação, os valores dos coeficientes de correlação apresentam algumas discrepâncias. Considerando que os valores apresentados são os mais altos, verifica-se que apenas o factor sociopolítico e qualificação profissional apresentam um valor positivo. As restantes correlações são negativas, o que evidencia que a sua evolução é contrária, sendo que a única correlação positiva apresenta o coeficiente mais forte, com o valor de 0,6, e que a correlação entre os factores influência da economia e influência de grupos, com o coeficiente mais perto do 0, com o valor de -0,251.

4.4 Discussão dos resultados com empresas

De acordo com a metodologia, foi realizada uma verificação dos resultados com as diferentes empresas, de modo a adquirir dados realistas, para que seja possível ajudar as empresas a actuarem de forma estratégica no que toca ao âmbito da responsabilidade social.

A Informa D&B afirmou que está comprometida com o conhecimento, por essa razão disponibiliza informação necessária à evolução do conhecimento sobre o tecido empresarial português. A empresa apresenta práticas e/ou estratégias de responsabilidade social corporativa, como por exemplo: a disponibilização gratuita de dados para efeitos de estudo por estudantes e professores universitários, condições especiais resultantes de parcerias com diversas universidades do país, desenvolvem acções de sensibilização ambiental, promoção e ajuda a instituições sem fins lucrativos, favorecimento do apoio à família e a monitorização da sustentabilidade do negócio. Por fim, a empresa considera que os factores obtidos através deste estudo podem ajudar a direccionar as acções sociais.

O Grupo Sonae apresenta como política de gestão a diversificação do investimento e considera como valor a responsabilidade social, sendo esta referenciada na missão, pois tem como objectivo: *"criar valor económico e social a longo prazo, levando os benefícios do progresso e da inovação a um número crescente de pessoas"*. O apoio à comunidade é feito de acordo com 6 eixos, que estão relacionados com as diferentes áreas de negócio: sensibilização ambiental, cultura, educação e empreendedorismo, saúde e desporto, ciência e inovação e, por fim, solidariedade social. Relativamente ao último eixo, a actuação neste

âmbito é feita através do apoio à CASA - Centro de Apoio ao Sem-Abrigo, que incide em ajuda na alimentação e alojamento. O Grupo Sonae considera que os factores por si só não ajudam a responder aquilo que o grupo necessita como foco, devem ser incluídos numa visão mais macro do pretendido e das reais necessidades da comunidade em que estamos inseridos.

A Omnova (ex Resíquímica), sob o lema “Química Responsável”, procura estabelecer relações fortes com as partes interessadas e contribuir para o desenvolvimento do país. Arroga ter uma estratégia de RSC coerente baseada na integridade e em valores sólidos, como tal, assumem como primeiro objectivo a erradicação da pobreza (com base nos objectivos estabelecidos pela ONU) através de subsídios de trabalho, seguros de vida, política de apoio social, subsídio escolar e de creche, entre outros. A Omnova considera que os factores podem de facto ajudar a tomar decisões e definir estratégias mais focadas no que é necessário. A empresa ordenou os factores consoante a sua importância (do mais importante para o menos): Sociedade/Sociais, Impacto no Rendimento, Indicadores de Saúde, Qualificação Profissional, Organização Política e Medidas Estatais, Influência da Economia, Macroeconómico, Associação Familiar e Cultural, Sociopolítico e Influência de Grupos. A empresa afirma que, a partir do factor 5 (inclusive) até ao final, os factores estão ligados a questões muito macro e que estes até mesmo poderiam estar inseridos todos no primeiro ou então direccionados para minorias.

A Sumol+Compal, empresa de refrigerantes portuguesa, assume que desde sempre que têm práticas de responsabilidade social, mais especificamente direccionadas a entidades que estão localizadas nas áreas de influência das fábricas ou entrepostos. Procuram a ajudar/acudir situações de carência ou pobreza, apoiam instituições sociais como lares de idosos, *refood*, cooperam com o Banco Alimentar Contra a Fome, entre outras práticas. Afirmam que em alguns países africanos (S. Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Angola e Moçambique) actuam de forma directa na componente escolar das crianças, disponibilizando manuais, mochilas e material escolar. A empresa considera que os factores podem ajudar a focar a estratégia e que neste momento estão à procura de projectos com crianças e jovens para poderem focar os seus recursos.

A Longo Prazo - Consultores de Gestão tem como missão produzir informação necessária à optimização da gestão de activos financeiros através de um produto e serviço *worldclass*. A empresa afirma que apenas tem políticas ambientais, nomeadamente a reciclagem, e que ainda não explorou a área da responsabilidade social. No entanto

considera que, efectivamente os factores propostos podem ajudar a canalizar estratégias e práticas de responsabilidade social.

O Banco Invest, é um banco de investimento e poupança, que apresenta diversos focos como a gestão activa da carteira dos clientes, a inovação e a constante adaptação a todas as envolventes externas, assim como, o melhoramento contínuo. O banco apresenta elevados valores éticos que acompanham o dia-a-dia da empresa, pois não são toleradas quebras neste sentido. Relativamente à responsabilidade social, o banco não tem planos definidos, no entanto apresenta algumas práticas que incidem no bem-estar dos colaboradores, existe uma constante preocupação com a sua situação financeira e motivação, são feitas reuniões e avaliações em que o *feedback* do colaborador é extremamente relevante. O banco tem eventos pontuais que incidem em práticas relacionadas com a responsabilidade social desde apoios financeiros até a ajuda voluntária de colaboradores. O Banco Invest afirma que "*sem dúvida*" que a existência dos factores expostos pode ajudar a orientar e definir as políticas, como dar a conhecer os pontos de necessidade.

De modo a complementar este estudo, foi feita uma entrevista a instituição social, com o objectivo de recolher informação considerando o ponto de vista oposto. A Social mind, Responsabilidade social, indicou que é uma empresa social que costuma desafiar outras empresas por acções de *teambuilding* de responsabilidade social, sendo que o seu *core business* é efectivamente a responsabilidade social. De acordo com a direcção técnica, são propostos diversos projectos, que consideram, devido à incapacidade financeira e de meios, potenciais propostas a apresentar às empresas que demonstrem interesse em colaborar. A empresa acredita que "*as melhores práticas e os melhores métodos, são determinados por quem "vive" esses desafios diariamente*", sendo crucial saber ouvir e interpretar as reais necessidades. Indica que os factores identificados claramente podem ajudar a tomar decisões, sendo que é preciso verificar com as diferentes instituições o que realmente importa, pois considera que as IPSS e as empresas não falam a mesma linguagem, é extremamente importante perceber como obter um maior impacto social e verdadeiramente ajudar as instituições: "*O caso dos Incêndios de 2017 gerou uma onda de solidariedade espontânea, muitas delas, de iniciativa empresarial, que também criou problemas, por falta de aconselhamento! Milhares de toneladas de doações foram efectuadas sem que se respeitasse o que verdadeiramente era preciso, ficando toda esta "boa vontade" amontoada sem organização possível e sem destino. (...) mas como não foi*

possível efectuar uma boa triagem aquando da chegada (devido à imensidão de doações ao mesmo tempo), quando chegou ao destino final, já não estava em condições de ser utilizado!”.

Capítulo V. Conclusões, Limitações e Sugestões

5.1 Principais conclusões e reflexões

A investigação presente tem como principal objectivo fornecer informação pertinente que possa ajudar as empresas a pensarem estrategicamente a responsabilidade social, de modo a que a sociedade as empresas beneficiem o máximo da relação que têm, através da procura da resposta à questão: *Como podem as empresas enfocar estratégias que promovam a RSC?*. Para tal efeito, foi feita uma abordagem, ao nível da revisão de literatura, do conceito e particularidades da responsabilidade social corporativa e do modelo de *shared value*, como também algumas vertentes que estão ligadas, ainda assim com o objectivo de enquadrar e contextualizar, foi abordada a razão da escolha da pobreza, como problema social a ser estudado, assim como a área de incidência do estudo, a área da Grande Lisboa.

Considera-se de forma consensual que a responsabilidade social corporativa cada vez mais tem recebido importância, sendo até imprescindível no desenvolvimento de uma empresa, pois é algo que faz diferença na escolha e tomada de decisões das diferentes partes interessadas, como até mesmo, no próprio desenvolvimento do negócio. Os gestores que procuram satisfazer um objectivo maior, procuram enfatizar a sua cultura e ética organizacional, incorporando técnicas e princípios de responsabilidade social na própria estratégia, promovendo melhores relações com as diferentes partes interessadas que criarão valor mútuo. De uma forma mais aperfeiçoada surge o modelo de *shared value*, que deve substituir a responsabilidade social corporativa ao nível da estratégica, sendo uma oportunidade de negócio, que gera vantagens económicas e benefícios sociais de forma efectiva, podendo ser considerado como fonte de vantagem competitiva (Kramer & Porter, 2011)

De acordo com as respostas recolhidas dos diferentes inquiridos, como já abordado em capítulos anteriores, foi possível a realização de uma análise factorial, que permitiu agrupar variáveis que contribuem para a pobreza de Lisboa, assim como perceber as áreas que apresentam uma maior necessidade de ajuda. Através dessa mesma obtenção dos factores, foi possível responder à seguinte pergunta de investigação: *Como identificar as áreas com maior necessidade de apoio em Lisboa?*. Assim as empresas têm efectivamente a informação, de quais as áreas que devem enfocar as práticas e as estratégias de

responsabilidade social corporativa de modo a garantir mais sucesso. Além disso, a metodologia utilizada pode ser adaptada para um determinado contexto e/ou área ou então confere a possibilidade de tornar o estudo numa dimensão diferente (micro e macro).

De acordo com os resultados obtidos, foi possível verificar com empresas *feedbacks* e interpretações realistas que possibilitaram o acesso a um maior conhecimento no que toca a processos/práticas que podem ajudar a sua *performance* relativamente à responsabilidade social ao nível da estratégia. Foi concebível concluir que os factores obtidos podem ajudar efectivamente uma empresa a focar as suas práticas e estratégias, tendo sido uma resposta unânime, no entanto adaptações deverão ser feitas como a especificação das reais necessidades passando de uma visão macro, para algo mais restrito e direccionado para minorias.

Na presente dissertação, toda a metodologia utilizada foi escolhida de forma bastante selectiva, de modo a garantir o desenvolvimento da investigação, assim como os resultados foram abordados de forma pormenorizada no capítulo correspondente.

De facto, foi possível responder e/ou possibilitar meios e informação à elaboração de uma resposta à principal questão do presente estudo, assim como às restantes questões: “Como podem as empresas pensar e implementar estrategicamente ao nível de RSC?” e “Como podem a sociedade e as empresas tirar benefícios da sua relação?”. Relativamente à questão: “Será que as empresas actuam ao nível da responsabilidade social corporativa no que realmente é necessário?”, foi exequível verificar que nem sempre a sociedade/instituições sociais e as empresas falam a mesma linguagem, no entanto tem sido um processo bastante positivo que prevê ainda um grande desenvolvimento.

5.2 Contribuição da investigação para a Gestão

A investigação inerente a esta dissertação, passou pela construção de dois questionários, direccionados para duas amostras diferentes os “pobres” e os “não pobres”, com base na revisão da literatura, que foram testados e validados, tanto por especialistas, como por pessoas comuns. Os questionários deram a possibilidade de verificar variáveis, e após análise factorial, factores que mais contribuem para a pobreza em Lisboa, sendo este considerado pela ONU como uma prioridade no que toca à sua erradicação. Posteriormente, esta ferramenta pode auxiliar futuras investigações em diferentes locais e contextos.

Considerando que o principal objectivo é dar a possibilidade às empresas de criarem valor económico, com recurso ao valor social, tendo a noção precisa no que realmente faz sentido aplicar os diversos recursos, de modo a que a sociedade e a empresa alcancem uma optimização, a investigação presente contribuiu para este âmbito.

Como já referido anteriormente, implementar medidas de responsabilidade social de forma estratégica, e não apenas de forma pontual e prática, pode realmente fazer a diferença no desenvolvimento positivo da empresa, tal como a aplicação do modelo de *shared value*, que incide precisamente na partilha de valor entre as empresas e a sociedade.

Além disso, o *feedback* recolhido das empresas no fim da investigação, torna-se relevante para a gestão, pois pode possibilitar às outras empresas uma visão, não tanto teórica mas, sobretudo, realista.

Por fim, é de relevância referir, que de acordo com Porter & Kramer (2011), apenas alguns gestores demonstram ter noção e compreensão de questões sociais necessárias para a efectiva execução da responsabilidade social ao nível da estratégia e que poucos líderes do sector social apresentam formação em gestão e empreendedorismo.

5.3 Contribuição da investigação para a Universidade

Ao nível académico, esta dissertação contribuiu para o enriquecimento da universidade, com uma ferramenta na área da gestão, que pode ajudar as empresas a tomarem decisões de responsabilidade social corporativa e até mesmo implementarem ao nível da estratégia.

A investigação inerente à dissertação proporcionou, além de conhecimento teórico, um questionário que permite a reaplicação e adaptação para outros efeitos no mesmo âmbito, revelando resultados em dois tipos de amostras. Para elaboração do mesmo foi feita uma análise descritiva de especialistas da área, que poderá proporcionar outro tipo de inquéritos, considerando o método aplicado.

Ainda assim, a obtenção dos factores e a verificação realista com os gestores de diferentes empresas apresenta uma contribuição positiva da investigação para a Universidade, pois aferiu-se que existe carência de estudos dentro deste tema e sobretudo de estudos com o objectivo em questão.

5.4 Limitações de estudo

Relativamente às limitações de estudo, encontra-se em destaque o número de inquiridos que perfaz um total de 254, o que se considera um número reduzido, com 152 respostas para a amostra “não pobres”, pois nem sempre existiu a intenção de colaboração, sendo que a amostra “pobres” apenas teve 102 respostas, devido à dificuldade de chegar até às pessoas e conseguir que tenham predisposição para responder ao inquérito, que de alguma maneira poderá criar alguma sensibilização.

Além do número reduzido de inquiridos, é importante referir que por vezes os inquiridos são pessoas que praticam o erro (falta de atenção, distração...), que pode influenciar de forma ligeira os resultados e os inquiridos, de certa forma, podiam não estar a compreender de forma correcta o significado de cada pergunta, pois na amostra “pobres” o português nem sempre era a língua materna e ainda o conhecimento podia ser reduzido nos diferentes âmbitos.

Relativamente às entrevistas e à cooperação na recolha de respostas da amostra "pobres", foi demonstrado entrave realmente significativo por parte das empresas, maioria das mesmas nem sequer resposta davam ao meu pedido, alegavam ter uma agenda demasiado preenchida e outras negavam cooperação não dando justificações plausíveis, ou quando davam não voltavam com a decisão atrás mesmo após uma explicação da minha parte. Se existisse maior cooperação de empresas o trabalho podia ainda ser mais verdadeiro e completo.

Por fim, uma das limitações, também considerada como significativa, passou pela recolha de variáveis que se enquadrassem num contexto pretendido e que realmente fizessem sentido, pois para Lisboa, neste âmbito não existe muitas investigações. No que toca à obtenção dos factores, podem ter ocorrido pequenos erros ao nível da estatística e agrupamento das variáveis, com base nas respostas dos inquiridos.

5.5 Sugestões para futura investigação

Como sugestão para a realização de outros trabalhos, propõe-se um maior número de inquiridos, de modo a que ambas as amostras fossem maiores, com o objetivo de tornar o estudo ainda mais verdadeiro. Deste modo, teria toda a relevância ampliar as contribuições externas ao trabalho, tanto ao nível do número de empresas, como à existência de diversidade entre si, desde os modelos de negócio aos sectores.

Seria interessante aplicar a mesma metodologia em diferentes contextos e locais, as ferramentas que foram usadas nesta dissertação, assim como os seus métodos, podem ser adaptados a outras investigações.

Por fim, considero que esta dissertação pode ser uma rampa de lançamento para a criação de um modelo tanto para o tema relacionado com problemas sociais, como para as empresas no que toca à prática da responsabilidade social ao nível da estratégia, através da partilha de valor.

Referências Bibliográficas

Allegretti, G., Seixas, J. & Tulumello, S. (2019). Lisboa em transição profunda e desequilibrada. Habitação, imobiliário e política urbana no sul da Europa e na era digital. *Open journal solutions*, v. 21, n. 44.

Allen, D. B. (2001). Toward a model of corporate social strategy formulation. In Academy of Management annual meeting, Washington DC.

Almasaeed, S. & Al-Fawwaz, T. (2016). The impact degree of social causes of poverty on the trends of citizens of Al-Mafraq governorate, Jordan. *Clear International Journal of Research in Commerce & Management*, Vol. 7, Issue 6, p15-19. 5p.

Alves, A., Raposo, O., Roldão, C & Varela, P. (2019). Negro drama. Racismo, segregação e violência policial nas periferias de Lisboa. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Vol. 119, p. 5-28.

Anderson, R., Black, W., Hair, J. & Tatham, R. (2005). Análise multivariada de dados. *Bookman*, Porto Alegre.

Andrade, S., Barros, A. & Perrelli, R. (1999). A eficiência do Plano Nacional de Qualificação Profissional como instrumento de combate à pobreza no Brasil: os casos de Pernambuco e Mato Grosso. Manuscript. Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

Argandoña, A. (2007). La RS de la empresa a la luz de la ética, *Documento de Investigación 708*, IESE Business School, Universidad de Navarra.

Argandoña, A. (2008). La responsabilidad social de la empresas pequeñas y medianas. *Cuadernos Catedra “La caixa” RSE y GC*, IESE Business School, Universidad de Navarra.

Asher, H. B. (1983). Causal Modeling. Beverly Hills. CA: *Sage*.

Ashley, P. A. (2002). Ética e responsabilidade social nos negócios. São Paulo, Saraiva.

Azeem, M., Mugera, A., Schilizzi, S., & Siddique, K. (2017). An Assessment of Vulnerability to Poverty in Pujab, Pakistan. *Subjective Choices of Poverty Indicators*, Vol. 134, Issue 1, p.117-152.

Babjáková J., Dzuka J. & Gresty J. (2019). Perceived causes of poverty and subjective aspirations of the poor: a literature review. *Ceskoslovenka Psychologie*, Vol. 63, issue 3. p.325-336. 12p.

Barbieri, J. C.& Cajazeira, J. E. R. (2009). Responsabilidade social empresarial e empresa sustentável: da teoria à prática. São Paulo, Saraiva.

Barney, & Jay, B. (2011). Gaining and sustaining competitive advantage. 4ª ed. Boston: Prentice Hall.

Barney, J. B. & Peteraf, M. A. (2003). Unraveling the resource-based tangle. *Managerial and Decision Economics*, nº24, p. 309–323.

Bartholomew, D. J. (1984). The foundations of factor analysis. *Biometrika*, nº71, p. 221-232.

Beca-Frei & Pablo, J. (2018). Pobreza: Un problema de derechos humanos.Qué hacer cuando la legislación profundiza la pobreza?. *Díkaion Revista Fundamentación Jurídica*, nº27(1), p. 101-126.

Belo, P. (2016). Shared value creation as core strategy: impact on the consultancy industry. Dissertação de Mestrado, Universidade Católica Portuguesa.

Bluhm, R., Dräbing, V., Hilger, A., & Neubourg, C. (2010). Multidimensional Poverty in Senegal: An Assessment of Multidimensional Poverty. Maastricht: Maastricht Graduate School of Governance.

Bowman, C., & Ambrosini, V. (2000). Value creation versus value capture: towards a coherent definition of value in strategy. *British Journal of Management*, nº 11, p.1–15.

Brouwers, J. (2001). SROI: A practical guide for the development cooperation sector. Context international cooperation, Utrecht.

Buss, P. (2007). Globalização, pobreza e saúde. Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro.

Canepa, C. (2007). Cidades sustentáveis: o município como locus da sustentabilidade. São Paulo: RCS Editora.

Cantillon, B. (2011). The paradox of the social investment state: growth, employment and poverty in the Lisbon era. *Journal of European Social Policy*, nº215, p. 432-449, 18p.

Capucha, L. (2004). Desafios da pobreza. Tese de doutoramento, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

Cardoso, A. (1993). A outra face da cidade - pobreza em bairros degradados de Lisboa. Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa.

Carroll, A.B. (1999). Corporate social responsibility: Evolution of a definitional construct. *Business & Society*, nº38, p. 268–295.

Chuang, C.-M. & Hsiao, T.-Y. (2016). Creating Shared Value Through Implementing Green Practices for Star Hotels. *Asia Pacific J. Tour. Res.*, nº 21, p. 678–696.

Cisi, M. & Scagnelli, S.D. (2014). Approaches to Shared Value Creation: CSR 2.0 or Something More? Insights and Issues about the New Sustainability Perspective. *Bus. Econ. J.*, nº5, p. 10–12.

Coelho, E. (1978). A criminalização da marginalidade e a marginalização da criminalidade. *Revista Administração pública*, nº12(2), p.139-161.

Comissão Europeia, Comunicado de dia 25-10-2011, “Renewed EU strategy 2011-14 for Corporate Social Responsibility”, disponível em:

http://ec.europa.eu/enterprise/policies/sustainable-business/files/csr/new-csr/act_en.pdf,
acedido pela última vez em 15 de Junho de 2019.

Committee on Ways and Means (1996). Causes of poverty, with a focus on out-of-wedlock births : audiência antes da Subcommittee on Human Resources, House of Representatives, Congresso nº 104, segunda sessão, Estados Unidos.

Coromaldi, M., & Zoli, M. (2012). Deriving Multidimensional Poverty Indicators: Methodological Issues and an Empirical Analysis for Italy. *Social Indicators Research* , Vol. 107, Issue 1, p. 37-54.

da Costa, L., P. & Dias, J., G. (2015). What do europeans believe to be the causes of poverty? A multilevel analysis of heterogeneity. Within and between countries. *Kluwer Academic Publishers*.

Cox, D., & Pawar, M. (2013). International Social Work: Issues, Strategies, and Programs. Nº 55, City Road: SAGE Publications, Inc.

Crane, A. Matten, D., Pallazzo, G., Spence, L.J. (2014). Contesting the Value “Creating Shared Value Concept”. *Calif. Manage. Rev.*, nº56, p.130–154.

Cronbach, J. L. (1951). Coefficient alpha and the internal structure of tests. *Psychometrika*, vol. 16. nº3, p. 297-334.

Cronbach, J. L. (2004). My current t procedures. *Educational and Psychological Measurement*, vol. 64, nº3.

Davids, Y. D. & Gouws, A. (2013). Monitoring perceptions of the causes of poverty in South Africa. *Social Indicators Research*, nº 110(3), p.1201-1220.

Davis, K. (1990). Five propositions for Social Responsibility in Hoffman, W.; Mills, J. (2006). *Business Ethics*, New Jersey, Prentice Hall.

Deiglmeier, K.; Miller, D.T.; Phills, J.A. (2008). Rediscovering social innovation. *Stanford Soc. Innov. Rev.*, nº6, p.34–43.

Du, S. & Luo, X. (2015). Exploring the relationship between corporate social responsibility and firm innovation. *Marketing Letters*, nº 26(4), p.703–714.

Elkington, J. (1998). Partnerships from cannibals with forks: The triple bottom line of 21st-century business. *Environmental Quality Management*, nº8(1), p. 37–51.

Froes, C. & Melo Neto, F. P. (2001). Responsabilidade social e cidadania empresarial: a administração do terceiro setor. 2ª ed. Rio de Janeiro: Qualitymark.

Gambhir, V. K., Gupta, N., Majmudar, N. e Sodhani, S. (2017). Social Return on Investment (SROI) for Hindustan Unilever's (HUL) CSR initiative on livelihoods (Prabhat). *Procedia Computer Science*, 5th International Conference on Information Technology and Quantitative Management, ITQM 2017.

Engels, F. (1845). A Situação da Classe Trabalhadora em Inglaterra. Porto, *Afrontamento*.

Ferreira, L. (2005). Dinâmica de rendimentos, persistência da pobreza e políticas sociais em Portugal. Faculdade de Economia, Universidade do Porto.

Fernandes, A. (1998). Formas e Mecanismos de Exclusão Social. O Estado Democrático e a Cidadania, Porto, *Afrontamento*, p.9-66.

Garriga, E.& Melé, D. (2004). Corporate Social Responsibility Theories: Mapping the Territory. *Journal of Business Ethics*, Vol. 53, issue 1-2, p.51-71.

Garson, G. David. (2009). Statnotes: Topics in Multivariate Analysis. Disponível em: <http://faculty.chass.ncsu.edu/garson/PA765/statnote.html>, acedido pela última vez a 07 de Outubro de 2019.

Gaspar, J. (1987). Operação e organização do espaço - retrospectiva e tendências. *Portugal - os próximos 20 anos*, Vol. 1, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

Gidron, B. & Hasenfeld, Y. (2012). *Social Enterprises: An Organizational Perspective*. Palgrave Macmillan: Basingstoke, UK.

Gil, A.C. (2002). *Como elaborar Projetos de Pesquisa*. Ed. Atlas. São Paulo.

Goode, J. & Hatt, P. (1972). *Métodos em Pesquisa Social*. 4a ed. São Paulo: Nacional.

Harding, D., Lamont, M. & Small, M. (2011). Reavaliando cultura e pobreza. *Sociol. Antropol.* Vol.1, nº2, Rio de Janeiro.

Hart, S.L. (2005). *Capitalism at the Crossroads: The Unlimited Business Opportunities in Solving the World's Most Difficult Problems*. Pearson Education: London, UK.

Have, R. & Rubalcaba, L. (2016). Social innovation research: An emerging area of innovation studies?. *Res. Policy*, nº45, p. 1923–1935.

Hawkins, E., Hills, G., Patscheke, S., Pfitzer, M., & Porter, M. (2011). *Measuring Shared Value - How to Unlock Value by Linking Social and Business Results*. Massachusetts: FSG.

Hubbard, G., Johnson, W. L. & Zubac, A. (2010). The RBV and value creation: a managerial perspective. *European Business Review*, nº22(5), p. 515–538.

Husted, B. W. (2003). Governance choices for corporate social responsibility: to contribute, collaborate or internalize? *Long Range Planning*, v. 36, n. 5, p. 481-498.

Instituto Ethos (2005). *Guia de compatibilidade de ferramentas 2005*. São Paulo: Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social.

Jayme Jr., F., Martini, R. & Oliveira, A. (2011). *A macroeconomia do bem-estar social: relações e controvérsias*. Universidade Federal de Minas Gerais.

Kim, J., Mueller, C. (1978). Factor analysis: Statistical methods and practical issues. Beverly Hills.

King, G. (2010). How not to lie with statistics [Online] Disponível em: <http://gking.harvard.edu/files/mist.pdf> , acessado pela última vez a 15 de Novembro de 2019.

Knorringa, P. & Nadvi, K. (2016). Rising power clusters and the challenges of local and global standards. *Journal of Business Ethics*, nº133(1), p. 55–72.

Konig, D. (2012). Os enfoques sobre o planejamento familiar e controle de natalidade e os métodos disponibilizados pelo município de Camaquã. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Kramer, M. R. & Porter, M. E. (2006). Strategy and society: the link between corporate social responsibility and competitive advantage. *Harvard Business Review*, nº84(12), p. 78–92.

Kramer, M. R. & Porter, M.E. (2011). Creating Shared Value. *Harvard Business Review*, p. 3–17.

Kramer, M.R. & Porter, M.E.(2011). The big idea: Creating shared value. How to reinvent capitalism - And unleash a wave of innovation and growth. *Harvard Business Review*, nº89, p. 62–77.

Kretzer, J. & Menezes, E. A. (2006). A importância da visão baseada em recursos na explicação da vantagem competitiva. *Revista de Economia Mackenzie*, nº 4(4), p. 63–87.

Lemos, Â. D. da C., Mello, M. C. A. & Nascimento, L. F (2008). Gestão socioambiental estratégica. Porto Alegre: Bookman.

Lobão, M., Negas, M. & Rodrigues M. (2017). A cidade de Lisboa e os desafios de sustentabilidade entre a mobilidade urbana e o turismo. Universidade Aberta e Universidade de Lisboa, Lisboa.

Mair, J. & Seelos, C. (2005) Social entrepreneurship: Creating new business models to serve the poor. *Bus. Horiz.* nº 48, p. 241–246.

Marx, K. (1867). O Capital. Lisboa, Delfos.

Matos, M. (2013). Características do conselho de administração e divulgação de responsabilidade social corporativa - Estudo das empresas na bolsa de valores de Lisboa. Dissertação de mestrado, Instituto Politécnico de Coimbra, Coimbra.

McIntosh, M. et al. (2001). Cidadania Corporativa: estratégias bem-sucedidas para empresas responsáveis. Rio de Janeiro: Qualitymark.

Melo, M., Souza, R. & Yaryd, R. (2018). A relação entre a responsabilidade social corporativa e a transferência de conhecimento como fontes para geração de valor compartilhado. *Future Studies Research Journal: Trends & Strategies*, Vol. 10, Issue 3, p. 402-426, 25p.

Messina, G. (2017). La Construcción Social de Los Indicadores de Pobreza: Una Aplicación Al Caso de Argentina. *Revista de Pensamiento e Investigación Social*, Vol.17, Issue 3, p 247-270.

Moore, David S. (2007). The Basic Practice of Statistics. New York, Freeman.

Mozzicafreddo, J. (2000). Políticas públicas de concertação social: cidadania e mercado. Seminário Globalização, Competitividade e Negociação Colectiva, Instituto de Desenvolvimento e Inspeção das Condições de Trabalho (IDICT).

Oliveira, S. (2012). Olhar a pobreza em Angola: causas, consequências e estratégias de erradicação. *Ciências Sociais unisinos*, nº48(1) p. 39-40.

Organização das Nações Unidas (2015). Objectivos do Desenvolvimento Sustentável [Online]. Disponível em: <https://www.unric.org/pt/17-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel>, acedido pela última vez a 16 de Novembro de 2019.

Orr, S.& Sarni, W. (2015). Does the concept of “creating shared value” hold water?. *J. Bus. Strategy*, nº36, p. 18–29.

Panadero, S., Pascual, J. (2010). Developing the "causes of poverty in developing countries questionnaire (CPDCQ)" um a spanish-speaking population. *Social, behaviour and personality*, nº 38(9), p. 1167-1172.

Parasuraman, A. (1991). Marketing research. *Addison Wesley Publising Company*, 2ªed.

Petrini, J. (2003). Pós-modernidade e família. Ed. *Edusc*, Bauru.

Porter, M. E. (2007). Parem de Gastar Tanto Dinheiro. Guia Exame de Sustentabilidade. Ed. Abril, p. 86-89.

Porter, M. E. et al. (2012). Measuring shared value—how to unlock value by linking business and social results. *Foundation Strategy Report*, p. 1-20.

Rodrigues, C. (2012). Desigualdade económica portuguesa. Fundação Francisco Manuel dos Santos, ISEG, Universidade Técnica de Lisboa.

Reis, E. & Schwatzman, S. (2002). Pobreza e Exclusão Social: Aspectos Sóciopolíticos. *World Bank*.

Reyna, C. & Reparaz, M. (2014). Propiedades psicométricas de las Escalas de Atribuciones sobre las Causas de la Pobreza y Actitudes hacia los Pobres / Psychometric properties of the Attributions About the Causes of Poverty Scale and the Attitudes Toward the Poor Scale. *Actualidades en psicología*, nº 28(116), p. 55-66.

Saes, M. S. M. (2008). Estratégias de diferenciação e apropriação da quase-renda na agricultura: a produção de pequena escala.

Santos, C. F. O. (2010). Análise do comportamento socioambiental de empresas do Arranjo Produtivo Local de Confeccões do Agreste Pernambucano na perspectiva de seus principais stakeholders. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

Schmitt, J. (2014). Social Innovation for Business Success: Shared Value in the Apparel Industry. Springer Fachmedien: Wiesbaden, Germany.

Seixas, J. e Guterres, A. B. (2018). Political evolution in the Lisbon of the digital era. Fast urban changes, slow institutional restructuring and growing civic pressures. Urban Research and Practice. Latest articles. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/17535069.2018.1505272>, acedido pela última vez a 21 de Setembro de 2019.

Silva, A. (2015). City branding: Lisboa. Dissertação de Mestrado, ISCTE-IUL, Lisboa, Portugal.

Simmel, G. (1978). The philosophy of money, trans. Tom Bottomore and David Frisby. London Routledge Kegan Paul, p. 236, 232.

Singer, Paul (2004). A economia solidária no governo federal. Instituto de Pesquisa Económica Aplicada.

Smith, N. Craig (2003). Corporate Social Responsibility: not whether but how. Centre of Marketing, Working Paper N° 03-701, London Business School.

Sousa Filho, J. M. (2008). Gestão estratégica da responsabilidade socioambiental empresarial: um estudo comparado entre distribuidoras de energia e supermercados. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina.

Sousa Filho, J. M.& Wanderley, L. S. O. (2007). Divulgação da responsabilidade social empresarial: como os websites empresariais vêm sendo utilizados por empresas de energia e varejo. *Cadernos EBAPE*, Vol.5, nº2, p. 1-13.

Spearman, C. (1904). General intelligence, objectively determined and measured. *American Journal of Psychology*, nº 15, p. 201-293.

Stanton, Jeffrey M. (2001). Galton, Pearson, and the peas: A brief history of linear regression for statistics instructors. *Journal of Statistical Education*, nº9, p. 3. Disponível em: <http://www.amstat.org/publications/JSE/v9n3/stanton.html>, acedido pela última vez a 14 de Novembro de 2019.

Tabachnick, B., Fidell, L. (2007). Using multivariate analysis. Needham Heights.

United Nations (2017). Guide on poverty Measurement. In United Nations Economic Comission for Europe, New York and Geneva: United Nations.

Von Liel, B. (2016). Creating Shared Value as Future Factor of Competition: Analysis and Empirical Evidence. Springer Fachmedien: Wiesbaden, Germany.

Wójcik, P. (2016). How Creating Shared Value Differs From Corporate Social Responsibility. *J. Manag. Bus. Adm. Cent. Eur.*, nº 24, p. 32–55.

Zeller, R., Carmines, E. (1980). Measurement in the social sciences: The link between theory and data. Cambridge University Press.

Anexos

Anexo I - Questionário

Pobreza em Lisboa

De modo a apurar as razões que mais contribuem para a pobreza em Lisboa, por favor, responda às seguintes questões.

***Obrigatório**

1. Qual é a sua idade? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ 0-17
☐ 18-24
☐ 25-49
☐ 50-64
☐ 65+

2. Como é constituído o seu agregado familiar? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ 1 Adulto
☐ 2 Adultos
☐ 2 Adultos + 1 Criança
☐ 2 Adultos + 2 ou mais Crianças
☐ 1 Adulto + 1 Criança
☐ Outra: _____

3. Considera que o desemprego contribui para a pobreza? *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Não Contribui	☐	☐	☐	☐	☐	Contribui Muito

4. Considera que o nível do salário contribui para a pobreza? *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Não Contribui	☐	☐	☐	☐	☐	Contribui Muito

5. A falta de oportunidade de emprego influencia o estado de pobreza? *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Não Contribui	☐	☐	☐	☐	☐	Contribui Muito

6. Considera que o seu nível de educação (secundário, licenciatura, mestrado...) contribui para o estado de pobreza? *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Não Contribui	☐	☐	☐	☐	☐	Contribui Muito

7. Considera que o grau de criminalidade (de rua) contribui para a pobreza? *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Não Contribui	☐	☐	☐	☐	☐	Contribui Muito

8. Considera que a falta de coordenação entre entidades públicas, como a segurança social e autoridade tributária, no que toca à resolução de processos, influencia o estado de pobreza? *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Não Influencia	☐	☐	☐	☐	☐	Influencia Muito

9. Considera que a burocracia utilizada em geral (influência abusiva administrativa que pode impedir a realização/prosseguimento de alguns processos dos cidadãos) contribui para a pobreza? *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Não Contribui	☐	☐	☐	☐	☐	Contribui Muito

10. Considera que a falta de benefícios sociais contribui para a pobreza? *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Não contribui	☐	☐	☐	☐	☐	Contribui Muito

11. O associativismo juvenil (grupos de jovens) influencia a pobreza? *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Não Influencia	☐	☐	☐	☐	☐	Influencia Muito

12. A exclusão social contribui para a pobreza? *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Não Contribui	☐	☐	☐	☐	☐	Contribui Muito

13. Considera que os princípios e valores da sociedade contribuem para a pobreza? *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Não Contribui	☐	☐	☐	☐	☐	Contribui Muito

14. A transmissão de pobreza entre gerações influencia a pobreza? *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Não Influencia	☐	☐	☐	☐	☐	Influencia Muito

15. Considera que a discriminação contribui para a pobreza? *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Não Contribui	☐	☐	☐	☐	☐	Contribui Muito

16. Considera que o seu tipo de cultura influencia o estado de pobreza? *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Não influencia	☐	☐	☐	☐	☐	Influencia Muito

17. A existência de desigualdade na sociedade contribui para a pobreza? *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Não Contribui	☐	☐	☐	☐	☐	Contribui Muito

18. Considera que a elevada imigração influencia a pobreza? *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Não influencia	☐	☐	☐	☐	☐	Influencia Muito

19. Considera que os ricos têm poder sob os pobres e que isso influencia o estado de pobreza? *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Não Influencia	☐	☐	☐	☐	☐	Influencia Muito

20. A desintegração da família nuclear (pais e filhos) contribui para a pobreza? *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Não Contribui	☐	☐	☐	☐	☐	Contribui Muito

21. A natalidade não programada influencia a pobreza? *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Não influencia	☐	☐	☐	☐	☐	Influencia Muito

22. Considera que certas medidas estatais (decisões que directamente influenciam o cidadão em relação a auxílios) contribuem para a pobreza? *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Não Contribuem	☐	☐	☐	☐	☐	Contribuem Muito

23. Considera que a existência de falhas judiciais (pouca informação ou mal prestada no sistema judicial, más decisões por parte do juiz) contribuem para a pobreza? *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Não Contribuem	☐	☐	☐	☐	☐	Contribuem Muito

24. Considera que o sistema económico português contribui para a pobreza? *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Não Contribui	☐	☐	☐	☐	☐	Contribui Muito

25. Os custos inerentes à habitação (prestação, compra, renda...) contribuem para a pobreza? *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Não Contribuem	☐	☐	☐	☐	☐	Contribuem Muito

26. Considera que o facto de um indivíduo ser portador de uma doença crónica contribui para a sua pobreza? *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Não Contribui	☐	☐	☐	☐	☐	Contribui Muito

27. Considera que o facto de um indivíduo ter uma certa incapacidade física contribui para a sua pobreza? *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Não Contribui	☐	☐	☐	☐	☐	Contribui Muito

28. Considera que o sistema económico e banca mundial contribuem para a pobreza? Ou seja, que estes apenas privilegiam os mais ricos desconsiderando a pobreza? *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Não Contribuem	☐	☐	☐	☐	☐	Contribuem Muito

29. A tributação portuguesa (pagamento de impostos) influencia o estado de pobreza? *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Não Influencia	☐	☐	☐	☐	☐	Influencia Muito

Anexo II - Resultados da amostra "não pobres" - Teste de KMO e Bartlett

Teste de KMO e Bartlett		
Medida Kaiser-Meyer-Olkin de adequação de amostragem.		,821
Teste de esfericidade de Bartlett	Aprox. Qui-quadrado	1821,348
	gl	351
	Sig.	,000

Anexo III - Resultados da amostra "não pobres" - Comunalidades

Comunalidades

	Inicial	Extração
Desemprego	1,000	,512
Falta de oportunidade de emprego	1,000	,690
Nível Salarial	1,000	,446
Nível de educação	1,000	,331
Grau de criminalidade	1,000	,501
Falta de coordenação entre entidades públicas	1,000	,597
Burocracia	1,000	,557
Falta de benefícios sociais	1,000	,428
Associativismo juvenil	1,000	,682
Exclusão social	1,000	,534
Princípios e valores da sociedade	1,000	,644
Transmissão de pobreza entre gerações	1,000	,517
Discriminação	1,000	,600
Tipo de cultura	1,000	,528
Desigualdade na sociedade	1,000	,553
Elevada imigração	1,000	,509
Poder dos ricos sob os pobres	1,000	,500

Tipo de cultura	1,000	,528
Desigualdade na sociedade	1,000	,553
Elevada imigração	1,000	,509
Poder dos ricos sob os pobres	1,000	,500
Desintegração da família nuclear	1,000	,665
Natalidade não programada	1,000	,496
Medidas estatais	1,000	,499
Falhas judiciais	1,000	,546
Sistema económico português	1,000	,653
Doença crónica	1,000	,779
Custos inerentes à habitação	1,000	,617
Incapacidade física	1,000	,795
Sistema económico e banca mundial	1,000	,533
A tributação portuguesa	1,000	,674

Método de Extração: análise de Componente Principal.

Anexo IV - Resultados da amostra "não pobres" - Variância total explicada

Componente	Variância total explicada								
	Autovalores iniciais			Somos de extração de carregamentos ao quadrado			Somos de rotação de carregamentos ao quadrado		
	Total	% de variância	% cumulativa	Total	% de variância	% cumulativa	Total	% de variância	% cumulativa
1	8,119	30,069	30,069	8,119	30,069	30,069	3,493	12,936	12,936
2	2,179	8,070	38,139	2,179	8,070	38,139	3,283	12,161	25,097
3	1,869	6,922	45,061	1,869	6,922	45,061	3,266	12,096	37,193
4	1,851	6,856	51,917	1,851	6,856	51,917	2,984	11,052	48,246
5	1,370	5,073	56,990	1,370	5,073	56,990	2,361	8,744	56,990
6	1,151	4,263	61,253						
7	1,068	3,957	65,210						
8	,951	3,524	68,733						
9	,784	2,905	71,638						
10	,725	2,687	74,325						
11	,690	2,555	76,880						
12	,667	2,472	79,352						
13	,637	2,358	81,709						
14	,577	2,136	83,845						
15	,554	2,052	85,897						
16	,493	1,827	87,724						
17	,434	1,609	89,333						
18	,427	1,581	90,914						
19	,369	1,365	92,279						
20	,352	1,305	93,584						
21	,335	1,240	94,825						
22	,326	1,206	96,030						
23	,267	,990	97,020						
24	,252	,934	97,954						
25	,232	,861	98,815						
26	,205	,761	99,576						
27	,114	,424	100,000						

Método de Extração: análise de Componente Principal.

Anexo V - Resultados da amostra "não pobres" - Matriz de componente

Matriz de componente^a

	Componente				
	1	2	3	4	5
Falhas judiciais	,671	-,003	-,248	,171	,070
Medidas estatais	,658	-,003	-,238	,045	,085
Atribuição portuguesa	,651	-,090	-,107	-,173	-,448
Custos inerentes à habitação	,637	,259	-,046	-,136	-,351
Discriminação	,614	,054	,299	-,354	,078
Burocracia	,612	,027	-,398	,116	,099
Grau de criminalidade	,588	-,317	-,233	-,022	,015
Desintegração da família nuclear	,584	-,126	-,227	,464	,204
Exclusão social	,580	,129	,281	-,273	,166
Falta de coordenação entre entidades públicas	,576	-,026	-,500	-,024	-,117
Falta de benefícios sociais	,571	,152	-,069	-,023	-,272
Natalidade não programada	,569	-,004	-,070	,408	-,023
Desigualdade na sociedade	,559	-,066	,197	-,443	-,033
Poder dos ricos sob os pobres	,555	,344	,231	-,138	-,042
Transmissão de pobreza entre gerações	,552	-,024	,326	,017	,324
Sistema económico português	,549	-,395	-,140	-,148	-,392
Tipo de cultura	,517	-,324	,326	,044	,217

Desigualdade na sociedade	,559	-,066	,197	-,443	-,033
Poder dos ricos sob os pobres	,555	,344	,231	-,138	-,042
Transmissão de pobreza entre gerações	,552	-,024	,326	,017	,324
Sistema económico português	,549	-,395	-,140	-,148	-,392
Tipo de cultura	,517	-,324	,326	,044	,217
Associativismo juvenil	,510	-,497	,059	,178	,374
Sistema económico e banca mundial	,498	,324	,365	-,063	-,208
Elevada imigração	,486	-,474	-,057	,079	-,197
Nível Salarial	,485	,366	-,068	-,169	,207
Nível de educação	,459	-,107	,175	,018	,281
Falta de oportunidade de emprego	,520	,543	-,253	-,079	,234
Princípios e valores da sociedade	,448	-,511	,277	-,324	,016
Desemprego	,413	,443	-,263	-,126	,246
Doença crónica	,383	,189	,375	,658	-,154
Incapacidade física	,422	,219	,442	,551	-,264

Método de Extração: análise de Componente Principal.

a. 5 componentes extraídos.

Anexo VI - Resultados da amostra "não pobres" - Matriz de componente rotativa

Matriz de componente rotativa^a

	Componente				
	1	2	3	4	5
Sistema económico português	,768	,180	-,035	,170	-,002
Atribuição portuguesa	,712	,367	,135	,007	,120
Elevada imigração	,599	,017	-,065	,365	,110
Falta de coordenação entre entidades públicas	,586	,011	,499	,068	-,012
Grau de criminalidade	,534	,056	,245	,391	-,025
Falta de benefícios sociais	,429	,322	,283	-,027	,243
Discriminação	,165	,675	,154	,305	,003
Desigualdade na sociedade	,304	,618	,074	,243	-,121
Exclusão social	,062	,617	,228	,309	,045
Sistema económico e banca mundial	,110	,603	,114	-,019	,380
Poder dos ricos sob os pobres	,089	,588	,288	,053	,245
Custos inerentes à habitação	,466	,476	,322	-,121	,235
Falta de oportunidade de emprego	,001	,304	,770	-,017	,073
Desemprego	-,010	,242	,673	-,009	-,029
Burocracia	,399	-,003	,577	,234	,097
Nível Salarial	,012	,389	,535	,085	,022
Falhas judiciais	,397	,070	,495	,304	,214
Medidas estatais	,387	,142	,481	,291	,110

Associativismo juvenil	,222	-,032	,094	,787	,064
Tipo de cultura	,152	,272	-,033	,637	,154
Transmissão de pobreza entre gerações	-,023	,392	,185	,540	,193
Princípios e valores da sociedade	,369	,390	-,238	,522	-,165
Nível de educação	,049	,240	,167	,483	,100
Desintegração da família nuclear	,290	-,188	,445	,472	,354
Doença crónica	,011	,078	,045	,158	,864
Incapacidade física	,067	,219	-,008	,089	,857
Natalidade não programada	,310	-,011	,322	,283	,465

Método de Extração: análise de Componente Principal.

Anexo VII - Resultados da amostra "não pobres" - Matriz de transformação de componente

Matriz de transformação de componente

Componente	1	2	3	4	5
1	,529	,472	,470	,439	,289
2	-,437	,326	,539	-,582	,273
3	-,393	,557	-,578	,247	,374
4	-,084	-,591	,060	,155	,785
5	-,606	-,103	,388	,620	-,294

Método de Extração: análise de Componente Principal.

Método de Rotação: Varimax com Normalização de Kaiser.

Anexo VIII - Resultados da amostra "não pobres" - Factor Macroeconómico

Resumo de processamento do caso

	N	%
Casos Válido	152	100,0
Excluídos ^a	0	,0
Total	152	100,0

a. Exclusão de lista com base em todas as variáveis do procedimento.

Estatísticas de confiabilidade

Alfa de Cronbach	N de itens
,788	6

Anexo IX - Resultados da amostra "não pobres" - Factor Sociedade/Sociais

Resumo de processamento do caso

	N	%
Casos Válido	152	100,0
Excluídos ^a	0	,0
Total	152	100,0

a. Exclusão de lista com base em todas as variáveis do procedimento.

Estatísticas de confiabilidade

Alfa de Cronbach	N de itens
,800	6

Anexo X - Resultados da amostra "não pobres" - Factor Organização política e Medidas Estatais

Resumo de processamento do caso

		N	%
Casos	Válido	152	100,0
	Excluídos ^a	0	,0
	Total	152	100,0

a. Exclusão de lista com base em todas as variáveis do procedimento.

Estatísticas de confiabilidade

Alfa de Cronbach	N de itens
,777	6

Anexo XI - Resultados da amostra "não pobres" - Factor Associação Familiar e Cultural

Resumo de processamento do caso

		N	%
Casos	Válido	152	100,0
	Excluídos ^a	0	,0
	Total	152	100,0

a. Exclusão de lista com base em todas as variáveis do procedimento.

Estatísticas de confiabilidade

Alfa de Cronbach	N de itens
,749	6

Anexo XII - Resultados da amostra "não pobres" - Factor Indicadores de Saúde

Resumo de processamento do caso			
	N	%	
Casos	Válido	152	100,0
	Excluídos ^a	0	,0
	Total	152	100,0

a. Exclução de lista com base em todas as variáveis do procedimento.

Estatísticas de confiabilidade		
Alfa de Cronbach	N de itens	
,739	3	

Anexo XIII - Resultados da amostra "não pobres" - Correlações entre variáveis

Correlações										
		Desemprego	Nível Salarial	Falta de oportunidade de emprego	Nível de educação	Grau de criminalidade	Falta de coordenação entre entidades públicas	Burocracia	Falta de benefícios sociais	Associativismo juvenil
Desemprego	Correlação de Pearson	1	,412 ^{**}	,525 ^{**}	,100	,175 [*]	,322 ^{**}	,300 ^{**}	,085	,074
	Sig. (2 extremidades)		,000	,000	,222	,031	,000	,000	,297	,364
	N	152	152	152	152	152	152	152	152	152
Nível Salarial	Correlação de Pearson	,412 ^{**}	1	,466 ^{**}	,320 ^{**}	,170 [*]	,263 ^{**}	,201 [*]	,342 ^{**}	,135
	Sig. (2 extremidades)	,000		,000	,000	,037	,001	,013	,000	,098
	N	152	152	152	152	152	152	152	152	152
Falta de oportunidade de emprego	Correlação de Pearson	,525 ^{**}	,466 ^{**}	1	,170 [*]	,236 ^{**}	,378 ^{**}	,366 ^{**}	,345 ^{**}	,075
	Sig. (2 extremidades)	,000	,000		,037	,003	,000	,000	,000	,357
	N	152	152	152	152	152	152	152	152	152
Nível de educação	Correlação de Pearson	,100	,320 ^{**}	,170 [*]	1	,233 ^{**}	,216 ^{**}	,226 ^{**}	,319 ^{**}	,341 ^{**}
	Sig. (2 extremidades)	,222	,000	,037		,004	,000	,006	,000	,000
	N	152	152	152	152	152	152	152	152	152
Grau de criminalidade	Correlação de Pearson	,175 [*]	,170 [*]	,236 ^{**}	,233 ^{**}	1	,425 ^{**}	,409 ^{**}	,294 ^{**}	,422 ^{**}
	Sig. (2 extremidades)	,031	,037	,003	,004		,000	,000	,000	,000
	N	152	152	152	152	152	152	152	152	152
Falta de coordenação entre entidades públicas	Correlação de Pearson	,322 ^{**}	,263 ^{**}	,378 ^{**}	,216 ^{**}	,425 ^{**}	1	,552 ^{**}	,430 ^{**}	,284 ^{**}
	Sig. (2 extremidades)	,000	,001	,000	,000	,000		,000	,000	,012
	N	152	152	152	152	152	152	152	152	152
Burocracia	Correlação de Pearson	,300 ^{**}	,201 [*]	,366 ^{**}	,220 ^{**}	,409 ^{**}	,552 ^{**}	1	,354 ^{**}	,331 ^{**}
	Sig. (2 extremidades)	,000	,013	,000	,006	,000	,000		,000	,000
	N	152	152	152	152	152	152	152	152	152

Exclusão social	Princípios e valores da sociedade	Transmissão de valores entre gerações	Discriminação	Tipo de cultura	Desigualdade na sociedade	Elevada imigração	Poder dos ricos sobre os pobres	Desintegração da família nuclear	Instabilidade não programada	Medidas estatutárias	Falhas judiciais
,254 ^{**}	-,006	,192 [*]	,217 ^{**}	,066	,227 ^{**}	,026	,288 ^{**}	,181 [*]	,226 ^{**}	,312 ^{**}	,209 ^{**}
,002	,825	,318	,007	,425	,005	,747	,000	,026	,006	,000	,010
152	152	152	152	152	152	152	152	152	152	152	152
,362 ^{**}	,068	,331 ^{**}	,302 ^{**}	,133	,181 [*]	,137	,392 ^{**}	,192 [*]	,197 [*]	,286 ^{**}	,224 ^{**}
,001	,403	,000	,000	,103	,026	,091	,000	,015	,015	,000	,006
152	152	152	152	152	152	152	152	152	152	152	152
,295 ^{**}	-,075	,274 ^{**}	,334 ^{**}	,114	,250 ^{**}	,028	,331 ^{**}	,270 ^{**}	,208 [*]	,373 ^{**}	,383 ^{**}
,000	,359	,001	,000	,164	,002	,734	,000	,001	,010	,000	,000
152	152	152	152	152	152	152	152	152	152	152	152
,273 ^{**}	,250 ^{**}	,302 ^{**}	,216 ^{**}	,372 ^{**}	,190 [*]	,261 ^{**}	,254 ^{**}	,216 ^{**}	,268 ^{**}	,193 [*]	,177 [*]
,001	,002	,000	,007	,000	,019	,001	,002	,004	,001	,017	,029
152	152	152	152	152	152	152	152	152	152	152	152
,307 ^{**}	,332 ^{**}	,201 [*]	,408 ^{**}	,263 ^{**}	,258 ^{**}	,383 ^{**}	,141	,432 ^{**}	,293 ^{**}	,333 ^{**}	,356 ^{**}
,000	,000	,013	,000	,001	,001	,000	,083	,000	,000	,000	,000
152	152	152	152	152	152	152	152	152	152	152	152
,142	,143	,181 [*]	,256 ^{**}	,197 [*]	,266 ^{**}	,300 ^{**}	,142	,319 ^{**}	,244 ^{**}	,393 ^{**}	,417 ^{**}
,002	,000	,025	,001	,015	,001	,000	,080	,000	,002	,000	,000
152	152	152	152	152	152	152	152	152	152	152	152
,348 ^{**}	,123	,269 ^{**}	,213 ^{**}	,196 [*]	,248 ^{**}	,222 ^{**}	,226 ^{**}	,421 ^{**}	,313 ^{**}	,455 ^{**}	,530 ^{**}
,000	,132	,001	,009	,015	,002	,006	,005	,000	,000	,000	,000
152	152	152	152	152	152	152	152	152	152	152	152

Sistema económico português	Custos inerentes à habitação	Doença crónica	Incapacidade física	Sistema económico e banca mundial	Atribuição portuguesa
.138	.317 ^{**}	.103	.103	.170 [*]	.189 [*]
.091	.000	.209	.206	.037	.020
.152	.152	.152	.152	.152	.152
.158	.285 ^{**}	.106	.112	.251 ^{**}	.323 ^{**}
.052	.000	.195	.169	.002	.000
.152	.152	.152	.152	.152	.152
.035	.387 ^{**}	.170 [*]	.138	.278 ^{**}	.258 ^{**}
.673	.000	.037	.090	.001	.001
.152	.152	.152	.152	.152	.152
.160 [*]	.223 ^{**}	.147	.139	.212 ^{**}	.155
.048	.006	.071	.089	.009	.057
.152	.152	.152	.152	.152	.152
.433 ^{**}	.314 ^{**}	.117	.133	.082	.373 ^{**}
.000	.000	.153	.103	.316	.000
.152	.152	.152	.152	.152	.152
.412 ^{**}	.376 ^{**}	.116	.113	.073	.413 ^{**}
.000	.000	.153	.166	.375	.000
.152	.152	.152	.152	.152	.152
.281 ^{**}	.405 ^{**}	.200 [*]	.147	.140	.320 ^{**}
.000	.000	.013	.070	.085	.000
.152	.152	.152	.152	.152	.152

Falta de benefícios sociais	Correlação de Pearson	.085	.342 ^{**}	.345 ^{**}	.318 ^{**}	.294 ^{**}	.430 ^{**}	.354 ^{**}	1	.120
	Sig. (2 extremidades)	.297	.000	.000	.000	.000	.000	.000		.141
	N	.152	.152	.152	.152	.152	.152	.152	.152	.152
Assentamento juvenil	Correlação de Pearson	.074	.135	.075	.341 ^{**}	.422 ^{**}	.204 [*]	.331 ^{**}	.120	1
	Sig. (2 extremidades)	.384	.098	.357	.000	.000	.012	.000	.141	
	N	.152	.152	.152	.152	.152	.152	.152	.152	.152
Exclusão social	Correlação de Pearson	.254 ^{**}	.262 ^{**}	.295 ^{**}	.273 ^{**}	.307 ^{**}	.142	.346 ^{**}	.343 ^{**}	.267 ^{**}
	Sig. (2 extremidades)	.002	.001	.000	.001	.000	.082	.000	.000	.001
	N	.152	.152	.152	.152	.152	.152	.152	.152	.152
Pontos e valores da sociedade	Correlação de Pearson	-.008	.088	-.075	.250 ^{**}	.332 ^{**}	.143	.123	.219 [*]	.474 ^{**}
	Sig. (2 extremidades)	.921	.403	.359	.002	.000	.080	.132	.007	.000
	N	.152	.152	.152	.152	.152	.152	.152	.152	.152
Transmissão de valores entre gerações	Correlação de Pearson	.182 [*]	.331 ^{**}	.274 ^{**}	.302 ^{**}	.201 [*]	.181 [*]	.269 ^{**}	.158	.347 ^{**}
	Sig. (2 extremidades)	.018	.000	.001	.000	.013	.025	.001	.052	.000
	N	.152	.152	.152	.152	.152	.152	.152	.152	.152
Discriminação	Correlação de Pearson	.217 ^{**}	.302 ^{**}	.334 ^{**}	.218 ^{**}	.408 ^{**}	.256 ^{**}	.213 ^{**}	.326 ^{**}	.247 ^{**}
	Sig. (2 extremidades)	.007	.000	.000	.007	.000	.001	.009	.000	.002
	N	.152	.152	.152	.152	.152	.152	.152	.152	.152
Tipo de cultura	Correlação de Pearson	.065	.133	.114	.372 ^{**}	.263 ^{**}	.197 [*]	.196 [*]	.109	.419 ^{**}
	Sig. (2 extremidades)	.425	.103	.164	.000	.001	.015	.015	.182	.000
	N	.152	.152	.152	.152	.152	.152	.152	.152	.152
Desigualdade na sociedade	Correlação de Pearson	.221 ^{**}	.181 [*]	.250 ^{**}	.190 [*]	.258 ^{**}	.266 ^{**}	.246 ^{**}	.232 ^{**}	.151
	Sig. (2 extremidades)	.005	.026	.002	.019	.001	.001	.002	.004	.063
	N	.152	.152	.152	.152	.152	.152	.152	.152	.152

.343 ^{**}	.219 [*]	.158	.326 ^{**}	.109	.232 ^{**}	.256 ^{**}	.374 ^{**}	.267 ^{**}	.379 ^{**}	.329 ^{**}	.251 ^{**}	.278 ^{**}
.000	.007	.052	.000	.182	.004	.001	.000	.001	.000	.000	.002	.001
.152	.152	.152	.152	.152	.152	.152	.152	.152	.152	.152	.152	.152
.267 ^{**}	.474 ^{**}	.347 ^{**}	.247 ^{**}	.419 ^{**}	.151	.355 ^{**}	.131	.434 ^{**}	.288 ^{**}	.390 ^{**}	.340 ^{**}	.319 ^{**}
.001	.000	.000	.002	.000	.063	.000	.107	.000	.000	.000	.000	.000
.152	.152	.152	.152	.152	.152	.152	.152	.152	.152	.152	.152	.152
1	.270 ^{**}	.376 ^{**}	.547 ^{**}	.300 ^{**}	.486 ^{**}	.095	.369 ^{**}	.188 [*]	.193 [*]	.287 ^{**}	.298 ^{**}	.214 ^{**}
	.001	.000	.000	.000	.000	.245	.000	.020	.017	.000	.000	.008
.152	.152	.152	.152	.152	.152	.152	.152	.152	.152	.152	.152	.152
.276 ^{**}	1	.311 ^{**}	.364 ^{**}	.373 ^{**}	.458 ^{**}	.286 ^{**}	.234 ^{**}	.106	.167 [*]	.252 ^{**}	.205 [*]	.382 ^{**}
.001		.000	.000	.000	.000	.000	.004	.194	.039	.002	.011	.000
.152	.152	.152	.152	.152	.152	.152	.152	.152	.152	.152	.152	.152
.376 ^{**}	.311 ^{**}	1	.405 ^{**}	.392 ^{**}	.318 ^{**}	.296 ^{**}	.353 ^{**}	.277 ^{**}	.228 ^{**}	.263 ^{**}	.306 ^{**}	.229 ^{**}
.000	.000		.000	.000	.000	.000	.000	.001	.005	.001	.000	.004
.152	.152	.152	.152	.152	.152	.152	.152	.152	.152	.152	.152	.152
.547 ^{**}	.364 ^{**}	.405 ^{**}	1	.397 ^{**}	.544 ^{**}	.152	.326 ^{**}	.182 [*]	.164 [*]	.298 ^{**}	.299 ^{**}	.246 ^{**}
.000	.000	.000		.000	.000	.062	.000	.025	.043	.000	.000	.002
.152	.152	.152	.152	.152	.152	.152	.152	.152	.152	.152	.152	.152
.300 ^{**}	.373 ^{**}	.392 ^{**}	.397 ^{**}	1	.306 ^{**}	.348 ^{**}	.181 [*]	.322 ^{**}	.265 ^{**}	.235 ^{**}	.295 ^{**}	.245 ^{**}
.000	.000	.000	.000		.000	.000	.025	.000	.001	.004	.000	.002
.152	.152	.152	.152	.152	.152	.152	.152	.152	.152	.152	.152	.152
.486 ^{**}	.458 ^{**}	.318 ^{**}	.544 ^{**}	.396 ^{**}	1	.254 ^{**}	.295 ^{**}	.093	.176 [*]	.392 ^{**}	.306 ^{**}	.382 ^{**}
.000	.000	.000	.000	.000		.002	.000	.254	.030	.000	.000	.000
.152	.152	.152	.152	.152	.152	.152	.152	.152	.152	.152	.152	.152

.395 ^{***}	.193 [*]	.276 ^{***}	.297 ^{***}	.367 ^{***}
.000	.024	.001	.000	.000
152	152	152	152	152
.054	.195 [*]	.167 [*]	.092	.225 ^{***}
.509	.022	.039	.259	.005
152	152	152	152	152
.369 ^{***}	.186 [*]	.227 ^{***}	.335 ^{***}	.279 ^{***}
.000	.041	.005	.000	.001
152	152	152	152	152
.184 [*]	.011	.024	.160 [*]	.331 ^{***}
.023	.892	.774	.049	.000
152	152	152	152	152
.261 ^{***}	.262 ^{***}	.309 ^{***}	.316 ^{***}	.188 [*]
.001	.000	.000	.008	.020
152	152	152	152	152
.404 ^{***}	.142	.247 ^{***}	.371 ^{***}	.350 ^{***}
.000	.090	.002	.000	.000
152	152	152	152	152
.196 [*]	.217 ^{***}	.230 ^{***}	.251 ^{***}	.319 ^{***}
.015	.007	.004	.002	.000
152	152	152	152	152
.314 ^{***}	.073	.140	.285 ^{***}	.347 ^{***}
.000	.370	.085	.000	.000
152	152	152	152	152

Elevada imigração	Correlação de Pearson	.026	.137	.028	.267 ^{***}	.393 ^{***}	.306 ^{***}	.222 ^{**}	.256 ^{**}	.355 ^{***}
	Sig. (2 extremidades)	.747	.091	.734	.001	.000	.000	.006	.001	.000
Poder dos ricos sob os pobres	N	152	152	152	152	152	152	152	152	152
	Correlação de Pearson	.288 ^{***}	.392 ^{***}	.331 ^{***}	.254 ^{**}	.141	.142	.226 ^{**}	.374 ^{***}	.131
Desintegração da família nuclear	Sig. (2 extremidades)	.000	.000	.000	.002	.083	.080	.005	.000	.107
	N	152	152	152	152	152	152	152	152	152
Instabilidade não programada	Correlação de Pearson	.191 [*]	.197 [*]	.276 ^{***}	.235 ^{**}	.432 ^{***}	.319 ^{**}	.421 ^{***}	.267 ^{**}	.434 ^{***}
	Sig. (2 extremidades)	.026	.015	.001	.004	.000	.000	.000	.001	.000
Medidas estatísticas	N	152	152	152	152	152	152	152	152	152
	Correlação de Pearson	.228 ^{**}	.197 [*]	.208 [*]	.268 ^{***}	.283 ^{***}	.244 ^{**}	.313 ^{**}	.379 ^{***}	.288 ^{**}
Falhas judiciais	Sig. (2 extremidades)	.005	.015	.010	.001	.000	.002	.000	.000	.000
	N	152	152	152	152	152	152	152	152	152
Sistema económico português	Correlação de Pearson	.312 ^{***}	.289 ^{***}	.373 ^{***}	.193 [*]	.333 ^{***}	.393 ^{***}	.456 ^{***}	.329 ^{***}	.390 ^{***}
	Sig. (2 extremidades)	.000	.000	.000	.017	.000	.000	.000	.000	.000
Custos inerentes à habitação	N	152	152	152	152	152	152	152	152	152
	Correlação de Pearson	.309 ^{***}	.224 ^{**}	.383 ^{***}	.177 [*]	.356 ^{***}	.411 ^{***}	.530 ^{***}	.251 ^{**}	.340 ^{***}
	Sig. (2 extremidades)	.010	.006	.000	.029	.000	.000	.000	.002	.000
	N	152	152	152	152	152	152	152	152	152
	Correlação de Pearson	.138	.158	.035	.160 [*]	.433 ^{***}	.412 ^{**}	.281 ^{**}	.278 ^{**}	.319 ^{**}
	Sig. (2 extremidades)	.091	.052	.673	.048	.000	.000	.000	.001	.000
	N	152	152	152	152	152	152	152	152	152
	Correlação de Pearson	.317 ^{***}	.285 ^{***}	.387 ^{***}	.223 ^{**}	.314 ^{**}	.376 ^{***}	.405 ^{***}	.395 ^{***}	.054
	Sig. (2 extremidades)	.000	.000	.000	.006	.000	.000	.000	.000	.509
	N	152	152	152	152	152	152	152	152	152

.095	.289 ^{***}	.296 ^{***}	.152	.348 ^{***}	.254 ^{**}	1	.145	.378 ^{***}	.286 ^{**}	.238 ^{**}	.224 ^{**}
.245	.000	.000	.062	.000	.002		.076	.000	.000	.003	.005
152	152	152	152	152	152		152	152	152	152	152
.369 ^{***}	.234 ^{**}	.353 ^{***}	.326 ^{***}	.181 [*]	.295 ^{**}	.145	1	.244 ^{**}	.308 ^{***}	.288 ^{**}	.308 ^{***}
.000	.004	.000	.000	.025	.000	.076		.002	.000	.000	.000
152	152	152	152	152	152	152		152	152	152	152
.188 [*]	.106	.277 ^{***}	.182 [*]	.322 ^{***}	.093	.378 ^{***}	.244 ^{**}	1	.541 ^{***}	.421 ^{***}	.580 ^{***}
.020	.194	.001	.025	.000	.254	.000	.002		.000	.000	.000
152	152	152	152	152	152	152	152		152	152	152
.193 [*]	.167 [*]	.228 ^{**}	.164 [*]	.265 ^{***}	.176 [*]	.286 ^{***}	.308 ^{***}	.541 ^{***}	1	.443 ^{***}	.442 ^{***}
.017	.039	.005	.043	.001	.030	.000	.000	.000		.000	.000
152	152	152	152	152	152	152	152	152	152	152	152
.297 ^{***}	.252 ^{***}	.263 ^{***}	.298 ^{***}	.235 ^{**}	.392 ^{***}	.236 ^{**}	.288 ^{**}	.421 ^{***}	.443 ^{***}	1	.568 ^{***}
.000	.002	.001	.000	.004	.000	.003	.000	.000	.000		.000
152	152	152	152	152	152	152	152	152	152	152	152
.298 ^{***}	.205 [*]	.306 ^{***}	.299 ^{***}	.295 ^{***}	.306 ^{***}	.224 ^{**}	.308 ^{***}	.580 ^{***}	.442 ^{***}	.568 ^{***}	1
.000	.011	.000	.000	.000	.000	.005	.000	.000	.000	.000	
152	152	152	152	152	152	152	152	152	152	152	152
.214 ^{**}	.382 ^{***}	.229 ^{**}	.246 ^{**}	.245 ^{**}	.362 ^{***}	.491 ^{***}	.141	.199 [*]	.228 ^{**}	.381 ^{***}	.321 ^{**}
.008	.000	.004	.002	.002	.000	.000	.082	.014	.005	.000	.000
152	152	152	152	152	152	152	152	152	152	152	152
.369 ^{***}	.184 [*]	.261 ^{***}	.404 ^{***}	.196 [*]	.314 ^{**}	.216 ^{**}	.414 ^{***}	.248 ^{**}	.287 ^{**}	.327 ^{**}	.404 ^{***}
.000	.023	.001	.000	.015	.000	.008	.000	.002	.000	.000	.000
152	152	152	152	152	152	152	152	152	152	152	152
.166 [*]	.011	.282 ^{***}	.142	.217 ^{**}	.073	.134	.181 [*]	.300 ^{***}	.334 ^{***}	.164 [*]	.212 ^{**}
.041	.892	.000	.080	.007	.370	.099	.026	.000	.000	.044	.009

.491**	.216**	.134	.117	.129	.433**
.000	.008	.099	.151	.112	.000
.152	.152	.152	.152	.152	.152
.141	.414**	.181*	.218**	.549**	.366**
.082	.000	.026	.007	.000	.000
.152	.152	.152	.152	.152	.152
.199*	.248**	.300**	.227**	.171*	.259*
.014	.002	.000	.005	.035	.001
.152	.152	.152	.152	.152	.152
.228**	.281**	.334**	.326**	.238**	.327**
.005	.000	.000	.000	.003	.000
.152	.152	.152	.152	.152	.152
.381**	.327**	.164*	.181*	.304*	.359**
.000	.000	.044	.025	.000	.000
.152	.152	.152	.152	.152	.152
.321**	.404**	.212**	.207**	.304**	.423**
.000	.000	.009	.010	.000	.000
.152	.152	.152	.152	.152	.152
1	.351**	.111	.134	.167*	.555**
	.000	.174	.101	.040	.000
.152	.152	.152	.152	.152	.152
.351**	1	.183*	.319**	.414*	.558**
.000		.024	.000	.000	.000
.152	.152	.152	.152	.152	.152
.111	.183*	1	.813**	.277**	.125
.174	.024		.000	.001	.126

Doença crônica	Correlação de Pearson	.103	.106	.170*	.147	.117	.116	.200*	.183*	.185*
	Sig. (2 extremidades)	.209	.195	.037	.071	.153	.153	.013	.024	.022
	N	152	152	152	152	152	152	152	152	152
Incapacidade física	Correlação de Pearson	.103	.112	.138	.139	.133	.113	.147	.276**	.161*
	Sig. (2 extremidades)	.206	.169	.090	.089	.103	.166	.070	.001	.039
	N	152	152	152	152	152	152	152	152	152
Sistema econômico e banca mundial	Correlação de Pearson	.170*	.251**	.278**	.212**	.082	.073	.140	.297**	.092
	Sig. (2 extremidades)	.037	.002	.001	.009	.316	.375	.085	.000	.259
	N	152	152	152	152	152	152	152	152	152
Atribuição portuguesa	Correlação de Pearson	.189*	.323**	.268**	.155	.373**	.413**	.320**	.367**	.225**
	Sig. (2 extremidades)	.020	.000	.001	.057	.000	.000	.000	.000	.005
	N	152	152	152	152	152	152	152	152	152

** A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).

* A correlação é significativa no nível 0,05 (2 extremidades).

.166*	.011	.282**	.142	.217**	.073	.134	.181*	.300**	.334**	.164*	.212**	.111
.041	.892	.000	.080	.007	.370	.099	.026	.000	.000	.044	.009	.174
.152	.152	.152	.152	.152	.152	.152	.152	.152	.152	.152	.152	.152
.227**	.024	.309**	.247**	.230**	.140	.117	.218*	.227**	.326**	.181*	.207*	.134
.005	.774	.000	.002	.004	.085	.151	.007	.005	.000	.025	.010	.101
.152	.152	.152	.152	.152	.152	.152	.152	.152	.152	.152	.152	.152
.335**	.160*	.216**	.371**	.251**	.285**	.129	.549**	.171*	.238**	.304**	.304**	.167*
.000	.049	.008	.000	.002	.000	.112	.000	.035	.003	.000	.000	.040
.152	.152	.152	.152	.152	.152	.152	.152	.152	.152	.152	.152	.152
.279**	.331**	.188*	.350**	.310**	.347**	.433**	.366**	.259**	.327**	.359**	.423**	.555**
.001	.000	.020	.000	.000	.000	.000	.000	.001	.000	.000	.000	.000
.152	.152	.152	.152	.152	.152	.152	.152	.152	.152	.152	.152	.152

.111	.183*	1	.813**	.277**	.125
.174	.024		.000	.001	.126
.152	.152	.152	.152	.152	.152
.134	.319**	.813**	1	.312**	.207*
.101	.000	.000		.000	.011
.152	.152	.152	.152	.152	.152
.167*	.414**	.277**	.312**	1	.334**
.040	.000	.001	.000		.000
.152	.152	.152	.152	.152	.152
.555**	.558**	.125	.207*	.334**	1
.000	.000	.126	.011	.000	
.152	.152	.152	.152	.152	.152

Anexo XIV - Resultados da amostra "não pobres" - Correlações entre factores

		Correlações				
		V2	V3	V4	V5	V6
V2	Correlação de Pearson	1	,260	,399*	,467*	,429*
	Sig. (2 extremidades)		,182	,035	,012	,023
	N	28	28	28	28	28
V3	Correlação de Pearson	,260	1	,693**	,723**	,759**
	Sig. (2 extremidades)	,182		,000	,000	,000
	N	28	28	28	28	28
V4	Correlação de Pearson	,399*	,693**	1	,814**	,863**
	Sig. (2 extremidades)	,035	,000		,000	,000
	N	28	28	28	28	28
V5	Correlação de Pearson	,467*	,723**	,814**	1	,906**
	Sig. (2 extremidades)	,012	,000	,000		,000
	N	28	28	28	28	28
V6	Correlação de Pearson	,429*	,759**	,863**	,906**	1
	Sig. (2 extremidades)	,023	,000	,000	,000	
	N	28	28	28	28	28

*. A correlação é significativa no nível 0,05 (2 extremidades).

**. A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).

Anexo XV - Resultados da amostra "pobres" - Teste de KMO e Bartlett

Teste de KMO e Bartlett		
Medida Kaiser-Meyer-Olkin de adequação de amostragem.		,720
Teste de esfericidade de Bartlett	Aprox. Qui-quadrado	1335,932
	gl	351
	Sig.	,000

Anexo XVI - Resultados da amostra "pobres" - Comunalidades

Comunalidades		
	Inicial	Extração
Desemprego	1,000	,511
Nível Salarial	1,000	,608
Falta de oportunidade de emprego	1,000	,539
Nível de educação	1,000	,678
Grau de criminalidade	1,000	,584
Falta de coordenação entre entidades públicas	1,000	,419
Burocracia	1,000	,359
Falta de benefícios sociais	1,000	,319
Associativismo juvenil	1,000	,543
Exclusão social	1,000	,699
Princípios e valores da sociedade	1,000	,608
Transmissão de pobreza entre gerações	1,000	,489
Discriminação	1,000	,586
Tipo de cultura	1,000	,372
Desigualdade na sociedade	1,000	,755
Elevada imigração	1,000	,621
Poder dos ricos sob os pobres	1,000	,593
Desintegração da família nuclear	1,000	,566

Natalidade não programada	1,000	,603
Medidas estatais	1,000	,652
Falhas judiciais	1,000	,555
Sistema económico português	1,000	,731
Custos inerentes à habitação	1,000	,436
Doença crónica	1,000	,594
Incapacidade física	1,000	,642
Sistema económico e banca mundial	1,000	,573
Atribuição portuguesa	1,000	,573

Método de Extração: análise de Componente Principal.

Anexo XVII - Resultados da amostra "pobres" - Variância total explicada

Variância total explicada									
Componente	Autovalores iniciais			Somadas de extração de carregamentos ao quadrado			Somadas de rotação de carregamentos ao quadrado		
	Total	% de variância	% cumulativa	Total	% de variância	% cumulativa	Total	% de variância	% cumulativa
1	7,302	27,044	27,044	7,302	27,044	27,044	4,310	15,961	15,961
2	2,419	8,959	36,003	2,419	8,959	36,003	2,992	11,082	27,043
3	1,938	7,176	43,179	1,938	7,176	43,179	2,936	10,874	37,917
4	1,873	6,938	50,117	1,873	6,938	50,117	2,917	10,805	48,722
5	1,678	6,213	56,330	1,678	6,213	56,330	2,054	7,608	56,330
6	1,462	5,416	61,746						
7	1,170	4,334	66,080						
8	1,057	3,915	69,996						
9	,913	3,382	73,377						
10	,870	3,223	76,600						
11	,774	2,865	79,465						
12	,709	2,627	82,093						
13	,642	2,379	84,471						
14	,534	1,977	86,448						
15	,504	1,867	88,316						
16	,432	1,600	89,916						
17	,404	1,495	91,411						
18	,380	1,408	92,818						
19	,368	1,361	94,180						
20	,310	1,147	95,327						
21	,287	1,063	96,390						
22	,224	,831	97,221						
23	,206	,764	97,985						
24	,174	,644	98,629						
25	,166	,613	99,242						
26	,118	,438	99,680						
27	,087	,320	100,000						

Método de Extração: análise de Componente Principal.

Anexo XVIII - Resultados da amostra "pobres" - Matriz de componente

Matriz de componente^a

	Componente				
	1	2	3	4	5
Desemprego	,205	-,117		,672	
Nível Salarial		-,332	,109	,612	,330
Falta de oportunidade de emprego	,443	,276	-,345	-,172	-,344
Nível de educação	,344	-,544		,360	,363
Grau de criminalidade	,661	-,164	-,237	,135	-,216
Falta de coordenação entre entidades públicas	,527	-,134		-,227	,259
Burocracia	,562			-,169	
Falta de benefícios sociais	,486			-,196	,197
Associativismo juvenil	,625	-,198	,178	,238	-,158
Exclusão social	,542		-,335		,540
Princípios e valores da sociedade	,585	-,248	,230	,165	-,353
Transmissão de pobreza entre gerações	,559			-,181	,373
Discriminação	,583	-,349	,191	-,278	
Tipo de cultura	,543			-,153	,222
Desigualdade na sociedade	,645	-,496	,131	-,272	
Elevada imigração	,488	,482	-,330	,117	,166
Poder dos ricos sob os pobres	,620	-,319	,110	-,295	
Desintegração da família nuclear	,399	,461	-,155	,143	,387

Matriz de componente rotativa^a

	Componente				
	1	2	3	4	5
Desemprego		,244	,162		,647
Nível Salarial					,772
Falta de oportunidade de emprego	,146	,582	,116	,182	-,364
Nível de educação	,370		-,122	,186	,700
Grau de criminalidade	,425	,590		,158	,167
Falta de coordenação entre entidades públicas	,482			,430	
Burocracia	,406	,178	,299	,252	
Falta de benefícios sociais	,406			,381	
Associativismo juvenil	,466	,330	,316		,341
Exclusão social	,261	,120	-,109	,749	,208
Princípios e valores da sociedade	,528	,367	,318	-,183	,247
Transmissão de pobreza entre gerações	,387		,194	,548	
Discriminação	,750		,121		
Tipo de cultura	,369	,111	,133	,453	
Desigualdade na sociedade	,856	,107			
Elevada imigração	-,105	,414	,250	,611	
Poder dos ricos sob os pobres	,745	,143			

Natalidade não programada	,341	-,131	-,275	,426	-,460
Medidas estatais	,579	,154	,537		
Falhas judiciais	,720	-,107		-,136	
Sistema económico português	,325	,532	,550	,134	-,146
Custos inerentes à habitação	,445	-,153	-,417		-,201
Doença crónica	,498	,465	,344		
Incapacidade física	,557	,325	-,429		-,202
Sistema económico e banca mundial	,547	,321	,389	,111	
A tributação portuguesa	,611	,251	-,179	,315	

Método de Extração: análise de Componente Principal.

a. 5 componentes extraídos.

Anexo XX - Resultados da amostra "pobres" - Matriz de transformação de componente

Matriz de transformação de componente

Componente	1	2	3	4	5
1	,643	,462	,396	,447	,128
2	-,585	,124	,580	,327	-,446
3	,225	-,573	,676	-,376	,150
4	-,434	,319	,179	-,098	,818
5	-,073	-,585	-,129	,736	,306

Método de Extração: análise de Componente Principal.

Método de Rotação: Varimax com Normalização de Kaiser.

Anexo XXI - Resultados da amostra "pobres" - Factor Sociopolítico

Resumo de processamento do caso

		N	%
Casos	Válido	102	100,0
	Excluídos ^a	0	,0
	Total	102	100,0

a. Exclusão de lista com base em todas as variáveis do procedimento.

Estatísticas de confiabilidade

Alfa de Cronbach	N de itens
,835	9

Anexo XXII - Resultados da amostra "pobres" - Factor Impacto no Rendimento

Resumo de processamento do caso

		N	%
Casos	Válido	102	100,0
	Excluídos ^a	0	,0
	Total	102	100,0

a. Exclusão de lista com base em todas as variáveis do procedimento.

Estatísticas de confiabilidade

Alfa de Cronbach	N de itens
,758	6

Anexo XXIII - Resultados da amostra "pobres" - Factor Influência da economia

Resumo de processamento do caso

		N	%
Casos	Válido	102	100,0
	Excluídos ^a	0	,0
	Total	102	100,0

a. Exclusão de lista com base em todas as variáveis do procedimento.

Estatísticas de confiabilidade

Alfa de Cronbach	N de itens
,788	4

Anexo XXIV - Resultados da amostra "pobres" - Factor Influência de grupos

Escala: ALL VARIABLES

Resumo de processamento do caso

		N	%
Casos	Válido	102	100,0
	Excluídos ^a	0	,0
	Total	102	100,0

a. Exclução de lista com base em todas as variáveis do procedimento.

Estatísticas de confiabilidade

Alfa de Cronbach	N de itens
,733	5

Anexo XXV - Resultados da amostra "pobres" - Factor Qualificação profissional

Resumo de processamento do caso

		N	%
Casos	Válido	102	100,0
	Excluídos ^a	0	,0
	Total	102	100,0

a. Exclução de lista com base em todas as variáveis do procedimento.

Estatísticas de confiabilidade

Alfa de Cronbach	N de itens
,582	3

Anexo XXVI - Resultados da amostra "pobres" - Correlações entre variáveis

		Correlações								
		Desemprego	Nível Salarial	Falta de oportunidade de emprego	Nível de educação	Grau de criminalidade	Falta de coordenação entre entidades públicas	Burocracia	Falta de benefícios sociais	Associativismo juvenil
Desemprego	Correlação de Pearson	1	,347 ^{***}	,026	,292 ^{***}	,188	,050	,047	,032	,261 ^{***}
	Sig. (2 extremidades)		,000	,795	,003	,059	,617	,639	,751	,008
	N	102	102	102	102	102	102	102	102	102
Nível Salarial	Correlação de Pearson	,347 ^{***}	1	-,264 ^{***}	,373 ^{***}	,087	-,096	-,126	-,104	,034
	Sig. (2 extremidades)	,000		,007	,000	,382	,337	,206	,298	,734
	N	102	102	102	102	102	102	102	102	102
Falta de oportunidade de emprego	Correlação de Pearson	,026	-,264 ^{***}	1	-,122	,433 ^{***}	,091	,251 [*]	,045	,112
	Sig. (2 extremidades)	,795	,007		,222	,000	,364	,011	,656	,261
	N	102	102	102	102	102	102	102	102	102
Nível de educação	Correlação de Pearson	,292 ^{***}	,373 ^{***}	-,122	1	,210 [*]	,263 ^{***}	,154	,127	,443 ^{***}
	Sig. (2 extremidades)	,003	,000	,222		,034	,008	,123	,205	,000
	N	102	102	102	102	102	102	102	102	102
Grau de criminalidade	Correlação de Pearson	,188	,087	,433 ^{***}	,210 [*]	1	,176	,330 ^{***}	,276 ^{***}	,499 ^{***}
	Sig. (2 extremidades)	,059	,382	,000	,034		,077	,001	,005	,000
	N	102	102	102	102	102	102	102	102	102
Falta de coordenação entre entidades públicas	Correlação de Pearson	,050	-,096	,091	,263 ^{***}	,176	1	,442 ^{***}	,527 ^{***}	,242 [*]
	Sig. (2 extremidades)	,617	,337	,364	,008	,077		,000	,000	,014
	N	102	102	102	102	102	102	102	102	102

Exclusão social	Princípios e valores da sociedade	Transmissão de pobreza entre gerações	Discriminação	Tipo de cultura	Desigualdade e na sociedade	Elevada imigração	Poder dos ricos sobre os pobres	Desintegração da família nuclear	Isotopia não programada	Medidas estatais	Falhas judiciais	Sistema económico português
,067	,197 [*]	,087	-,041	-,008	,038	,060	-,044	,131	,248 [*]	,086	,124	,089
,501	,048	,387	,684	,935	,703	,547	,661	,168	,012	,393	,212	,376
102	102	102	102	102	102	102	102	102	102	102	102	102
,192	,048	,037	,014	-,009	,040	-,106	,010	,009	,106	,062	,058	-,085
,054	,630	,714	,886	,925	,691	,287	,920	,926	,288	,536	,563	,394
102	102	102	102	102	102	102	102	102	102	102	102	102
,188	,229 [*]	,306 ^{**}	,118	,249 [*]	,208 [*]	,339 ^{**}	,283 ^{**}	,208 [*]	,239 [*]	,047	,329 ^{**}	,115
,059	,021	,002	,236	,011	,036	,000	,004	,036	,016	,637	,001	,249
102	102	102	102	102	102	102	102	102	102	102	102	102
,356 ^{**}	,303 ^{**}	,225 [*]	,240 ^{**}	,164	,407 ^{**}	,072	,215 [*]	,059	,179	,092	,133	-,127
,000	,002	,023	,015	,100	,000	,474	,030	,555	,072	,356	,183	,204
102	102	102	102	102	102	102	102	102	102	102	102	102
,374 ^{**}	,463 ^{**}	,240 [*]	,266 ^{**}	,365 ^{**}	,425 ^{**}	,235 [*]	,397 ^{**}	,184	,321 ^{**}	,240 [*]	,500 ^{**}	,009
,000	,000	,015	,007	,000	,000	,017	,000	,064	,001	,015	,000	,932
102	102	102	102	102	102	102	102	102	102	102	102	102
,507 ^{**}	,292 ^{**}	,200 [*]	,373 ^{**}	,169	,347 ^{**}	,173	,241 [*]	,200 [*]	,065	,189	,346 ^{**}	,097
,000	,003	,044	,000	,089	,000	,082	,015	,044	,514	,058	,000	,332
102	102	102	102	102	102	102	102	102	102	102	102	102

Custos inerentes à habitação	Doença crónica	Incapacidade física	Sistema económico e banca mundial	A tributação portuguesa
,152	,090	,053	,194	,094
,127	,368	,595	,050	,349
102	102	102	102	102
,019	,022	-,122	,030	,124
,848	,827	,222	,764	,215
102	102	102	102	102
,216 [*]	,191	,449 ^{**}	,287 ^{**}	,197 [*]
,029	,055	,000	,003	,047
102	102	102	102	102
,030	,009	-,027	,010	,149
,767	,925	,786	,919	,136
102	102	102	102	102
,363 ^{**}	,112	,342 ^{**}	,314 ^{**}	,444 ^{**}
,000	,262	,000	,001	,000
102	102	102	102	102
,326 ^{**}	,152	,236 [*]	,263 ^{**}	,163
,001	,126	,017	,007	,103
102	102	102	102	102

Burocracia	Correlação de Pearson	,047	-,126	,251 [*]	,154	,330 ^{**}	,442 ^{**}	1	,301 ^{**}	,382 ^{**}
	Sig. (2 extremidades)	,639	,206	,011	,123	,001	,000		,002	,000
	N	102	102	102	102	102	102	102	102	102
Falta de benefícios sociais	Correlação de Pearson	,032	-,104	,045	,127	,276 ^{**}	,527 ^{**}	,301 ^{**}	1	,315 ^{**}
	Sig. (2 extremidades)	,751	,298	,656	,205	,005	,000	,002		,001
	N	102	102	102	102	102	102	102	102	102
Associativismo juvenil	Correlação de Pearson	,261 ^{**}	,034	,112	,443 ^{**}	,499 ^{**}	,242 [*]	,382 ^{**}	,315 ^{**}	1
	Sig. (2 extremidades)	,008	,734	,261	,000	,000	,014	,000	,001	
	N	102	102	102	102	102	102	102	102	102
Exclusão social	Correlação de Pearson	,067	,192	,188	,356 ^{**}	,374 ^{**}	,507 ^{**}	,277 ^{**}	,369 ^{**}	,067
	Sig. (2 extremidades)	,501	,054	,059	,000	,000	,000	,005	,000	,502
	N	102	102	102	102	102	102	102	102	102
Princípios e valores da sociedade	Correlação de Pearson	,197 [*]	,048	,229 [*]	,303 ^{**}	,463 ^{**}	,292 ^{**}	,291 ^{**}	,181	,533 ^{**}
	Sig. (2 extremidades)	,048	,630	,021	,002	,000	,003	,003	,069	,000
	N	102	102	102	102	102	102	102	102	102
Transmissão de pobreza entre gerações	Correlação de Pearson	,087	,037	,306 ^{**}	,225 [*]	,240 [*]	,200 [*]	,137	,236 [*]	,235 [*]
	Sig. (2 extremidades)	,387	,714	,002	,023	,015	,044	,189	,020	,017
	N	102	102	102	102	102	102	102	102	102
Discriminação	Correlação de Pearson	-,041	,014	,118	,240 [*]	,266 ^{**}	,373 ^{**}	,368 ^{**}	,287 ^{**}	,331 ^{**}
	Sig. (2 extremidades)	,684	,886	,236	,015	,007	,000	,000	,003	,001
	N	102	102	102	102	102	102	102	102	102
Tipo de cultura	Correlação de Pearson	-,008	-,009	,249 [*]	,164	,365 ^{**}	,169	,201 [*]	,290 ^{**}	,400 ^{**}
	Sig. (2 extremidades)	,935	,925	,011	,100	,000	,089	,043	,003	,000
	N	102	102	102	102	102	102	102	102	102

.277**	.291**	.137	.368**	.201*	.263**	.204*	.232*	.252*	.023	.405**	.350**	.221*
.005	.003	.169	.000	.043	.008	.040	.019	.011	.820	.000	.000	.025
102	102	102	102	102	102	102	102	102	102	102	102	102
.369**	.181	.230*	.287**	.290**	.261**	.228*	.211*	.150	.144	.194	.337**	.159
.000	.069	.020	.003	.003	.008	.021	.033	.133	.148	.051	.001	.111
102	102	102	102	102	102	102	102	102	102	102	102	102
.087	.533**	.235*	.331**	.400**	.353**	.196*	.362**	.139	.263**	.383**	.328**	.208*
.502	.000	.017	.001	.000	.000	.048	.000	.163	.008	.000	.001	.036
102	102	102	102	102	102	102	102	102	102	102	102	102
1	.151	.388**	.239*	.266**	.280**	.346**	.249*	.395**	.081	.098	.405**	-.044
	.130	.000	.016	.007	.004	.000	.012	.000	.418	.329	.000	.661
102	102	102	102	102	102	102	102	102	102	102	102	102
.151	1	.142	.378**	.236*	.423**	.096	.451**	.000	.359**	.281**	.309**	.246*
.130		.153	.000	.017	.000	.335	.000	.997	.000	.004	.002	.013
102	102	102	102	102	102	102	102	102	102	102	102	102
.388**	.142	1	.233*	.515**	.429**	.306**	.448**	.276**	-.046	.303**	.393**	.060
.000	.153		.019	.000	.000	.002	.000	.005	.648	.002	.000	.552
102	102	102	102	102	102	102	102	102	102	102	102	102
.239*	.378**	.233*	1	.157	.707**	.045	.476**	.040	.180	.465**	.402**	.044
.016	.000	.019		.115	.000	.655	.000	.687	.071	.000	.000	.658
102	102	102	102	102	102	102	102	102	102	102	102	102
.266**	.236*	.515**	.157	1	.253*	.401**	.404**	.242*	.004	.344**	.488**	.106
.007	.017	.000	.115		.010	.000	.000	.014	.968	.000	.000	.291
102	102	102	102	102	102	102	102	102	102	102	102	102

.254**	.290**	.307**	.288**	.236*
.010	.003	.001	.004	.017
102	102	102	102	102
.213*	.102	.189	.259**	.148
.031	.308	.057	.009	.137
102	102	102	102	102
.243*	.218*	.224*	.275**	.415**
.014	.028	.024	.005	.000
102	102	102	102	102
.230*	.235*	.284**	.173	.345**
.020	.017	.004	.082	.000
102	102	102	102	102
.222*	.261**	.161	.388**	.273**
.025	.008	.106	.000	.005
102	102	102	102	102
.117	.379**	.354**	.377**	.194
.242	.000	.010	.000	.051
102	102	102	102	102
.288**	.261**	.223*	.169	.260**
.003	.008	.024	.089	.008
102	102	102	102	102
.115	.081	.184	.174	.293**
.250	.419	.064	.081	.003
102	102	102	102	102

Desigualdade na sociedade	Correlação de Pearson	.038	.040	.209*	.407**	.425**	.347**	.263**	.261**	.353**
	Sig. (2 extremidades)	.753	.691	.036	.000	.000	.000	.008	.008	.000
	N	102	102	102	102	102	102	102	102	102
Elevada imigração	Correlação de Pearson	.060	-.106	.339**	.072	.235*	.173	.204*	.228*	.196*
	Sig. (2 extremidades)	.547	.287	.000	.474	.017	.082	.040	.021	.048
	N	102	102	102	102	102	102	102	102	102
Poder dos ricos sob os pobres	Correlação de Pearson	-.044	.010	.283**	.215*	.397**	.241*	.232*	.211*	.262**
	Sig. (2 extremidades)	.661	.920	.004	.030	.000	.015	.019	.033	.000
	N	102	102	102	102	102	102	102	102	102
Desintegração da família nuclear	Correlação de Pearson	.131	.009	.206*	.059	.184	.200*	.252*	.150	.139
	Sig. (2 extremidades)	.188	.926	.036	.555	.064	.044	.011	.133	.163
	N	102	102	102	102	102	102	102	102	102
Natalidade não programada	Correlação de Pearson	.248*	.106	.239*	.179	.321**	.065	.023	.144	.263**
	Sig. (2 extremidades)	.012	.288	.016	.072	.001	.514	.820	.148	.008
	N	102	102	102	102	102	102	102	102	102
Medidas estatais	Correlação de Pearson	.086	.062	.047	.092	.240*	.189	.405**	.194	.383**
	Sig. (2 extremidades)	.393	.536	.637	.356	.015	.058	.000	.051	.000
	N	102	102	102	102	102	102	102	102	102
Falhas judiciais	Correlação de Pearson	.124	.058	.329**	.133	.500**	.346**	.356**	.337**	.328**
	Sig. (2 extremidades)	.212	.563	.001	.183	.000	.000	.000	.001	.001
	N	102	102	102	102	102	102	102	102	102
Sistema económico português	Correlação de Pearson	.089	-.085	.115	-.127	.009	.097	.221*	.159	.208*
	Sig. (2 extremidades)	.376	.394	.249	.204	.932	.332	.025	.111	.038
	N	102	102	102	102	102	102	102	102	102

.286**	.423**	.429**	.707**	.253*	1	.020	.675**	.043	.185	.413**	.534**	.028	
.004	.000	.000	.000	.010		.841	.000	.667	.063	.000	.000	.820	
102	102	102	102	102	102	102	102	102	102	102	102	102	
.346**	.096	.306**	.045	.401**	.020	1	.085	.480**	.256**	.276**	.248*	.160	
.000	.335	.002	.655	.000	.841		.398	.000	.009	.005	.012	.131	
102	102	102	102	102	102	102	102	102	102	102	102	102	
.249*	.451**	.448**	.476**	.404**	.675**	.085	1	.065	.158	.289**	.522**	.001	
.012	.000	.000	.000	.000	.000	.396		.515	.517	.003	.000	.995	
102	102	102	102	102	102	102	102	102	102	102	102	102	
.395**	.000	.276**	.040	.242**	.043	.480**	.065	1	.016	.196*	.137	.290**	
.000	.997	.005	.667	.014	.667	.000	.515		.672	.048	.169	.003	
102	102	102	102	102	102	102	102	102	102	102	102	102	
.081	.358*	-.048	.190	.004	.185	.256**	.158	.018	1	-.005	.237*	.108	
.618	.000	.648	.071	.968	.063	.009	.117	.672		.959	.017	.278	
102	102	102	102	102	102	102	102	102	102	102	102	102	
.098	.281**	.303**	.495**	.344**	.413**	.276**	.269**	.196*	-.005	1	.455**	.512**	
.329	.004	.002	.000	.000	.000	.005	.003	.048	.959		.000	.000	
102	102	102	102	102	102	102	102	102	102	102	102	102	
.495**	.308**	.393**	.402**	.486**	.534**	.248**	.522**	.137	.237*	.455**	1	.212*	
.000	.002	.000	.000	.000	.000	.012	.000	.189	.017	.000		.033	
102	102	102	102	102	102	102	102	102	102	102	102	102	
-.044	.246*	.060	.044	.106	.023	.150	.001	.290*	.108	.512**	.212*	1	
.661	.013	.562	.658	.291	.820	.131	.995	.003	.278	.000	.033		.000
102	102	102	102	102	102	102	102	102	102	102	102	102	102

.341**	.165	.197*	.177	.153
.000	.097	.047	.075	.125
102	102	102	102	102
.164	.357**	.484**	.224*	.435**
.101	.000	.000	.023	.000
102	102	102	102	102
.222*	.263**	.185	.299**	.204*
.025	.008	.062	.002	.040
102	102	102	102	102
.146	.340**	.261**	.202*	.352**
.143	.000	.008	.042	.000
102	102	102	102	102
.274**	-.037	.293**	.148	.329**
.005	.713	.003	.136	.001
102	102	102	102	102
.061	.436**	.173	.418**	.317**
.545	.000	.082	.000	.001
102	102	102	102	102
.335**	.138	.394**	.314**	.415**
.001	.166	.000	.001	.000
102	102	102	102	102
-.092	.500**	.120	.516**	.251*
.360	.000	.230	.000	.011
102	102	102	102	102
1	.125	.404**	.017	.290**
	.211	.000	.868	.003

Custos inerentes à habitação	Correlação de Pearson	.552	.019	.216*	.030	.363**	.326**	.254**	.213*	.243*
	Sig. (2 extremidades)	.127	.848	.029	.767	.000	.005	.010	.031	.014
	N	102	102	102	102	102	102	102	102	102
Doença crônica	Correlação de Pearson	.090	.022	.191	.009	.112	.152	.290**	.102	.218*
	Sig. (2 extremidades)	.368	.827	.055	.925	.262	.126	.009	.308	.028
	N	102	102	102	102	102	102	102	102	102
Incapacidade física	Correlação de Pearson	.053	-.122	.448**	-.027	.342**	.236*	.327**	.189	.224*
	Sig. (2 extremidades)	.595	.222	.000	.786	.000	.017	.001	.057	.024
	N	102	102	102	102	102	102	102	102	102
Sistema econômico e saúde mundial	Correlação de Pearson	.194	.030	.287**	.010	.314**	.263**	.296**	.259**	.275**
	Sig. (2 extremidades)	.050	.764	.003	.919	.001	.007	.004	.009	.005
	N	102	102	102	102	102	102	102	102	102
Atribuição portuguesa	Correlação de Pearson	.094	.124	.197*	.149	.448**	.163	.236*	.148	.415**
	Sig. (2 extremidades)	.249	.215	.047	.136	.000	.103	.017	.137	.000
	N	102	102	102	102	102	102	102	102	102

** A correlação é significativa no nível 0.01 (2 extremidades).
* A correlação é significativa no nível 0.05 (2 extremidades).

.230 [*]	.222 [*]	.117	.288 ^{**}	.115	.341 ^{**}	.164	.222 [*]	.146	.274 ^{**}	.061	.335 ^{**}	-.092
.020	.025	.242	.003	.250	.000	.101	.025	.143	.005	.545	.001	.360
102	102	102	102	102	102	102	102	102	102	102	102	102
.235 [*]	.261 ^{**}	.379 ^{**}	.261 ^{**}	.081	.165	.357 ^{**}	.263 ^{**}	.340 ^{**}	-.037	.436 ^{**}	.138	.500 ^{**}
.017	.008	.000	.008	.419	.097	.000	.008	.000	.713	.000	.166	.000
102	102	102	102	102	102	102	102	102	102	102	102	102
.284 ^{**}	.161	.354 ^{**}	.223 [*]	.184	.197 [*]	.484 ^{**}	.185	.261 ^{**}	.293 ^{**}	.173	.394 ^{**}	.120
.004	.106	.010	.024	.064	.047	.000	.062	.008	.003	.082	.000	.230
102	102	102	102	102	102	102	102	102	102	102	102	102
.173	.388 ^{**}	.377 ^{**}	.189	.174	.177	.224 [*]	.299 ^{**}	.202 [*]	.148	.418 ^{**}	.314 ^{**}	.516 ^{**}
.082	.000	.000	.089	.081	.075	.023	.002	.042	.136	.000	.001	.000
102	102	102	102	102	102	102	102	102	102	102	102	102
.345 ^{**}	.273 ^{**}	.194	.260 ^{**}	.293 ^{**}	.153	.435 ^{**}	.264 [*]	.352 ^{**}	.329 ^{**}	.317 ^{**}	.415 ^{**}	.251 [*]
.000	.005	.051	.008	.003	.125	.000	.040	.000	.001	.001	.000	.011
102	102	102	102	102	102	102	102	102	102	102	102	102

1	.125	.404 ^{**}	.017	.290 ^{**}
	.211	.000	.868	.003
102	102	102	102	102
.125	1	.336 ^{**}	.509 ^{**}	.394 ^{**}
.211		.001	.000	.000
102	102	102	102	102
.404 ^{**}	.336 ^{**}	1	.214 [*]	.590 ^{**}
.000	.001		.031	.000
102	102	102	102	102
.017	.509 ^{**}	.214 [*]	1	.315 ^{**}
.868	.000	.031		.001
102	102	102	102	102
.290 ^{**}	.394 ^{**}	.590 ^{**}	.315 ^{**}	1
.003	.000	.000	.001	
102	102	102	102	102

Anexo XXVII - Resultados da amostra "pobres" - Correlações entre factores

		Correlações				
		V2	V3	V4	V5	V6
V2	Correlação de Pearson	1	-,202	-,054	-,503 [*]	,600
	Sig. (2 extremidades)		,488	,847	,047	,208
	N	20	14	15	16	6
V3	Correlação de Pearson	-,202	1	-,230	-,481	-,546
	Sig. (2 extremidades)	,488		,429	,082	,129
	N	14	18	14	14	9
V4	Correlação de Pearson	-,054	-,230	1	-,251	-,184
	Sig. (2 extremidades)	,847	,429		,349	,662
	N	15	14	20	16	8
V5	Correlação de Pearson	-,503 [*]	-,481	-,251	1	-,150
	Sig. (2 extremidades)	,047	,082	,349		,722
	N	16	14	16	20	8
V6	Correlação de Pearson	,600	-,546	-,184	-,150	1
	Sig. (2 extremidades)	,208	,129	,662	,722	
	N	6	9	8	8	11

*. A correlação é significativa no nível 0,05 (2 extremidades).

